



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

A ESCRAVIDÃO URBANA EM CAMPINAS: A DINÂMICA
HISTÓRICA E ECONÔMICA DO TRABALHO ESCRAVO
NO MUNICÍPIO EM CRESCIMENTO (1850-1888)

Mário Danieli Neto

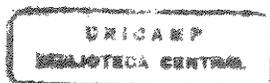
Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
História Econômica, sob a orientação da
Profa. Dra. Wilma Peres Costa.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Mário Danieli
Neto em 20/02/2001 e orientada pela
Profa. Dra. Wilma Peres Costa.*

CPG, 20/02/2001

Wilma Peres Costa

Campinas, 2001



2015415

WILSON L. L. L.
N.º CHAMADA:
+UNICAMP
20227e
V. _____ Ex. _____
TOMBO BC/45430
PROC. 16/292/01
C D
PREC. 11,00
DATA 28/07/2001
N.º CPD _____

ii

CM00157729-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

D227e Danieli Neto, Mário
A escravidão urbana em Campinas: a dinâmica histórica e econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888)/ Mário Danieli Neto. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Wilma Peres Costa
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Escravidão – Campinas (SP). 2. Campinas (SP) – História-1850-1888. I. Costa, Wilma Peres. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

À memória de meu pai, Mário Danieli Jr. e de meu irmão Marco Antonio. À minha mãe, Clarisse Milani Danieli, cujo trabalho árduo ao longo da vida, contribuiu imensamente para minha formação pessoal e profissional. À Isabel, minha esposa, amiga e companheira de momentos difíceis e de momentos de alegria, cujo espírito de luta e dedicação à pesquisa histórica, sempre foram meu maior exemplo, e aos meus sobrinhos, Lucas e Mateus que desde que nasceram tornaram minha vida um riso constante.

Agradecimentos

Agradeço à **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)** a concessão de Bolsa de Mestrado, que permitiu a realização dos créditos do curso de mestrado em História Econômica do Instituto de Economia da Unicamp, assim como, proporcionou os recursos necessários para que eu pudesse dedicar-me exclusivamente à pesquisa documental sobre o tema aqui apresentado.

Agradeço aos professores do Instituto de Economia da Unicamp, em especial, ao Prof. Luiz Felipe de Alencastro, que orientou o trabalho até praticamente o final, sendo substituído por motivo de viagem, pela Prof^ª. Wilma Peres Costa, que aceitou de bom grado a tarefa de continuar orientando-me, realizando a leitura do texto e contribuindo para sua conclusão.

Agradeço também, à Prof^ª. Lígia Osório Silva, que acompanhou o trabalho desde o início, e juntamente com a Prof^ª. Wilma, fizeram as críticas e sugeriram modificações quando da qualificação da dissertação.

Agradeço ainda, ao Prof. Robert Slenes do IFCH da Unicamp, pela leitura atenta, pelas sugestões e críticas e por ter aceitado o convite para participar da banca de defesa.

Agradeço aos colegas de curso, em especial, Fábio Alexandre dos Santos, Cláudia Alessandra Tessari, Eduardo Barros Mariuti, Luiz Paulo Nogueiról e Adão Clóvis, que contribuíram para este trabalho indicando bibliografia, lendo e discutindo os textos preliminares.

Nas instituições de pesquisa nas quais tive oportunidade de trabalhar, agradeço aos funcionários do Centro de Memória da Unicamp, especialmente, Fernando Abrahão e Ema Camillo e a todos os colegas do Centro de Lógica.

Um agradecimento especial dedico aos amigos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (Puccamp), Cristiano Guedes de Moura e André Betti, que sempre incentivaram meu trabalho.

Sumário

Agradecimentos	v
Introdução	1
A importância da região e o recorte cronológico	1
Sobre as fontes documentais	6
Capítulo I	9
Considerações preliminares sobre a escravidão urbana	9
Perspectivas sobre a Escravidão Urbana	20
Capítulo II	37
O Oeste Paulista: consolidação da cafeicultura e a crise da escravidão no município de Campinas	37
Capítulo III	61
Campinas: aspectos da evolução urbana após 1850	61
<i>Atividades urbanas e expansão econômica</i>	62
<i>O perímetro urbano e seus limites</i>	82
Capítulo IV	95
O cotidiano da escravidão no espaço urbano	95
<i>Nota sobre o contingente escravo urbano em Campinas</i>	95
<i>A disseminação do trabalho escravo na cidade</i>	103
<i>Trabalho e liberdade</i>	106
<i>A prática cotidiana da escravidão: escravos de aluguel e de ganho nos anúncios da “Gazeta de Campinas”</i>	118
<i>Manifestações religiosas e culturais</i>	140
<i>O novo e o arcaico (a cidade e a escravidão)</i>	142
Considerações Finais	147
Fontes e Bibliografia	149
Manuscritas	149
Impressas	149
Artigos	150
Livros e Teses	152

Introdução

O objetivo primordial deste trabalho está na compreensão do trabalho escravo no município de Campinas, privilegiando o espaço urbano, procurando mostrar a importância do escravo no cotidiano da cidade, bem como contribuir para a pesquisa histórica de um tema pouco estudado nessa região paulista, mas que vem despertando cada vez mais o interesse de pesquisadores que se debruçam sobre as implicações do trabalho cativo nas regiões cafeeiras do Sudeste brasileiro.

Buscou-se também, com a pesquisa de fontes empíricas bastante variadas, refletir acerca da historicidade, da dinâmica e dos problemas que envolvem a prática do trabalho escravo dentro do espaço urbano, tais como: a necessidade de serviços na cidade, que crescia em importância econômica, os serviços que eram oferecidos pelos escravos urbanos, as práticas cotidianas desses escravos e seu relacionamento com a população livre e com o comércio da cidade em geral.

Procurou-se ainda, mostrar a relevância do mercado de escravos no município em geral após 1850 e, principalmente, a importância desse comércio no ritmo cotidiano da cidade. Assim, o escravo aparece percorrendo as ruas do perímetro urbano, oferecendo seus serviços, especializados ou não, vendendo suas quitandas, trabalhando como alugados, ou ao ganho e dessa maneira, em alguns casos, pleiteando sua alforria mediante o pecúlio que procurava acumular com suas muitas atividades.

Certamente, a presença de muitos cativos nas ruas da cidade, provocava alguns conflitos entre esses e a população livre, exigindo que o poder municipal controlasse esse contingente escravo e delimitasse o espaço e o tipo de atividade que lhes eram permitido ocupar-se. Por isso, uma outra preocupação da pesquisa, foi identificar a municipalidade agindo no sentido de coibir atitudes que pudessem pôr em risco a ordem escravista estabelecida, através dos regulamentos e posturas.

A importância da região e o recorte cronológico

Durante o século XIX, a região que abrange Campinas, no chamado “Oeste Paulista” conhece um grande crescimento econômico e populacional, fruto da atividade

econômica agro-exportadora inicial da cana-de-açúcar e o grande desenvolvimento da cultura cafeeira já em meados do século passado. A antiga Vila de São Carlos, passa, em 1842, a receber o título de município com o nome atual (Campinas). Amaral Lapa¹ privilegia em sua obra o período e 1850-1900 entendendo ser 1850 um marco no desenvolvimento urbano da cidade, no crescimento populacional e na “modernização” dos hábitos. A “modernidade” chega rapidamente na Campinas de meados do século XIX, fruto da pujante economia exportadora impulsionada pelo café, que trazia capitais e investimentos de vulto para cidade, que rapidamente, expandia seu pequeno centro urbano, e implantava inovações importantes como a estrada de ferro, em 1872.

Partimos então deste marco de 1850 para compreendermos o movimento de crescimento da urbanização em Campinas e nele inserirmos a problemática do trabalho escravo.

Neste sentido, 1850 possui duplo sentido histórico para nosso trabalho. Primeiro, em relação ao espaço geográfico delimitado, corresponde a um momento de expansão econômica favorecida pelo café e pelas ferrovias. Segundo, 1850 marca o fim definitivo do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, que já vinha sendo discutido no plano nacional e internacional desde o início do século XIX, e chega ao seu ocaso com a proibição definitiva. Este fato, encaminhou a sociedade brasileira para uma ruptura importante tanto no plano social, como no político e econômico, fazendo com que a questão da substituição do braço escravo na produção entrasse nos principais debates da época, e que fossem propostas soluções diferenciadas para resolver o problema.

Isto nos levou a considerar o período em questão como de grande importância, pois Campinas encontra-se mergulhada na problemática da crise do regime escravista no mesmo momento histórico em que conhece um surto de produção de café, e de expansão econômica inédito, tornando-se uma das principais cidades onde produzia-se essa cultura, e onde encontravam-se os maiores plantéis de escravos da província, superando inclusive a capital. Considerada neste plano de contradições e crise do trabalho escravo, a escravidão urbana em Campinas pode ser compreendida dentro de um espaço cheio de tensões, que é a cidade. Embora o comando da economia e mesmo da expansão urbana seja o café e seus desdobramentos, o setor urbano, com a possibilidade de investimento em imóveis,

¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da

financiamentos, comércio, aos poucos dinamizava-se e neste complexo meio urbano, o escravo, que trabalhava na cidade, vivia uma realidade muito distinta daquela presente nas fazendas de café da região.

Este duplo movimento histórico, de uma lado a expansão urbana da cidade, de outro a necessidade de braços para a lavoura cafeeira e a crise da escravidão, marcam as experiências de vida e a própria dinâmica do trabalho escravo no centro urbano. O escravo urbano está todo o tempo estabelecendo múltiplas relações sociais e de trabalho com a população, com o poder público, com a justiça, em torno de questões como liberdade, vigilância e interagindo com outros personagens fundamentais para este período, como o migrante, o imigrante e o ex-escravo.

Por outro lado, julgamos suficiente encerrarmos o trabalho em 1888, pois este marco cronológico representa além da abolição completa da escravidão no Brasil, um período onde novos problemas devem ser enfrentados pela sociedade. A escravidão marcara durante três séculos as relações de trabalho e sua supressão por força da lei, não foi suficiente para que novas relações de trabalho fossem estabelecidas da noite para o dia. É um período de incertezas, onde a transição para o trabalho livre é a grande discussão, como fazê-la, como estava sendo feita, aponta para soluções diferentes conforme a região que se observa. O imigrante, o trabalhador nacional e o ex-escravo são faces de uma mesma problemática, e como a sociedade deveria encaminhá-la insere outra discussão conceitual, histórica e historiográfica.

Assim, o primeiro capítulo desse trabalho foi dividido em duas partes. A primeira, intitulada *Considerações preliminares sobre a escravidão urbana* tem o objetivo de identificar o problema e mostrar as características principais do trabalho escravo no meio urbano. Surgem as categorias: escravos de aluguel, escravos que trabalhavam ao ganho e escravos domésticos, as modalidades mais comuns de trabalho escravo na cidade. A segunda parte desse capítulo, cujo título é *Perspectivas sobre a escravidão urbana*, comenta resumidamente, as principais obras e autores que se debruçaram sobre o problema da escravidão urbana, buscando fazer um balanço da historiografia do tema.

O segundo capítulo, intitulado *O Oeste Paulista: consolidação da cafeicultura e a crise da escravidão no município de Campinas*, insere a discussão histórica sobre o

crescimento econômico da região, especialmente após 1850, com a expansão do café. Essa nova dinâmica econômica provocou um aumento significativo da população do município, tanto da livre, como do contingente de escravos. O capítulo trata ainda de um problema fundamental para a região: o encerramento do tráfico atlântico de escravos para o Brasil e as repercussões da crise da escravidão e do tráfico interno na composição da população escrava do município de Campinas.

O capítulo 3, intitulado *Campinas: aspectos da evolução urbana após 1850*, apresenta dois momentos da expansão da cidade no período: primeiramente, buscou-se identificar as *Atividades urbanas e expansão econômica*, mostrando o rápido crescimento do comércio, as incipientes atividades industriais, o impacto da ferrovia na economia e na paisagem urbana, bem como os problemas decorrentes da precária malha viária da cidade. A segunda parte desse capítulo mostra *O perímetro urbano e seus limites*, onde buscou-se observar o espaço físico onde trabalhavam e viviam os escravos, bem como as preocupações da municipalidade em organizar e controlar suas atividades, objetivando evitar conflitos entre a população livre e os cativos que perambulavam pelo centro da cidade.

No quarto e último capítulo, cujo título é *O cotidiano da escravidão no espaço urbano*, procurou-se identificar as atividades exercidas pelos escravos dentro da cidade, recorrendo às várias fontes documentais do século XIX, tais como jornais, processos judiciais, posturas municipais, entre outros, que permitissem observar o trabalho cativo e sua importância no espaço urbano. Importância essa, que se revela por exemplo, nos muitos anúncios de escravos de aluguel publicados nos jornais, que trazem às vezes, a profissão desses indivíduos, assim como, nas ações de liberdade, onde os senhores tentavam diante dos tribunais, assegurar sua “propriedade”, cuja legitimidade começava a ser seriamente contestada.

Assim, o capítulo foi dividido em seis tópicos, sendo que, no primeiro, *Nota sobre o contingente escravo urbano em Campinas*, procurou-se arrolar algumas das esparsas fontes documentais que contém números sobre a população escrava habitante do perímetro urbano, apontando para as dificuldades em obter dados estatísticos consistentes sobre o assunto.

Em seguida, o tópico *A disseminação do trabalho escravo na cidade*, analisa a prática da escravidão urbana, especialmente na forma do aluguel desde as décadas iniciais do século XIX, como atividade econômica importante para os pequenos proprietários.

O item seguinte, *Trabalho e Liberdade*, busca mostrar a complicada relação entre o trabalho escravo na cidade e as formas de adquirir a alforria, sobretudo no conturbado período após 1850 com a crise da escravidão. Foram utilizadas nesse estudo, as ações de liberdade de escravos no tribunal de Campinas, que, em geral, mediante pagamento ao senhor, com um pecúlio acumulado através do árduo trabalho cotidiano, pleiteavam sua alforria.

O próximo tópico, *A prática cotidiana da escravidão: escravos de aluguel e de ganho nos anúncios da "Gazeta de Campinas"*, mostra o trabalho escravo na cidade, as principais atividades em que os cativos eram empregados, veiculados através da imprensa, nos anúncios de aluguel, compra, venda e fuga de escravos.

Em seguida, *Manifestações religiosas e culturais*, procurou-se mostrar um pouco das práticas sociais de escravos, em seus cultos religiosos e atividades artísticas, como fator importante na construção de um espaço para uma maior sociabilidade da população negra dentro da cidade. Destaque para o papel das irmandades e festas como o carnaval.

Finalmente, em *O novo e o arcaico (a cidade e a escravidão)*, emerge nesse cenário, um contraste entre o crescimento da cidade e sua "modernização", com a introdução da estrada de ferro, fábricas e comércio e a presença da instituição escravista dentro desse espaço, provocando tensões, por vezes, conflitos, que deixavam exposta a contradição entre a propagada "modernidade" e escravidão no meio urbano.

Sobre as fontes documentais

Esse estudo sobre a escravidão urbana em Campinas, levou à busca de fontes primárias que pudessem informar e esclarecer a dinâmica do trabalho escravo na cidade, procurando, ao mesmo tempo, fundamentar a pesquisa empírica, com a bibliografia sobre escravidão e sobre escravidão em Campinas. As principais fontes utilizadas foram:

- *Jornais*

Foram pesquisados, inicialmente, jornais de Campinas do século XIX, que se encontram no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP. Nesta fonte encontramos importante número de informações sobre escravos nos serviços urbanos. Os jornais oferecem ao leitor uma vasta gama de ofertas, anúncios os mais variados possíveis, e serviços. Em todos estes aspectos da vida urbana da cidade, pudemos notar a presença de escravos, a partir dos jornais. Privilegiamos o jornal *Gazeta de Campinas* pelo fato de que, este era o periódico que possuía o maior número de anúncios em seus classificados, e também porque alguns anúncios em outros jornais, como *O Constitucional*, repetem-se freqüentemente.

Nesse material foram recolhidos basicamente anúncios de compra, venda, aluguel e fuga de escravos em Campinas, sendo que principalmente nos anúncios de aluguel de escravos, encontram-se as melhores informações sobre a atividade de escravos urbanos. estavam estes escravos empregados em serviços domésticos, no comércio ou em serviços, constituindo também um importante mercado urbano de compra, venda e aluguel de cativos na Segunda metade do século XIX, como mostrou Amaral Lapa.

- *Inventários*

Pesquisamos os inventários do Tribunal de Justiça de Campinas, localizados no Centro de Memória da UNICAMP, onde encontramos algumas listas de matrículas de escravos, que infelizmente não puderam esclarecer se remetiam aos escravos urbanos ou apenas aos escravos de roça, embora em alguns casos constasse a qualificação profissional

do escravo. Nos inventários chamou-nos a atenção alguns preços de alugueis de escravos na cidade.

- *Livros de Impostos sobre compra e venda de escravos*

Nos livros da Coletoria de Campinas, sob a guarda do Centro de Memória da UNICAMP, encontramos relações de pagamentos de imposto de meia-siza de escravos, que permitiram obter dados mais consistentes sobre o mercado de escravos em Campinas e foram de grande importância para identificar a procedência da população cativa que chegava ao município via tráfico interno. Nesses documentos, consta o nome do comprador, o nome do vendedor, o nome do escravo e o valor pago à coletoria, o que permitiu mostrar os nomes de alguns dos mais conhecidos negociantes de escravos que atuavam no município.

- *Livros de Atas da Câmara Municipal de Campinas, Posturas, Editais e Correspondências*

Nessas fontes foram encontradas muitas referências aos escravos urbanos, a maioria das vezes tendo como preocupação principal, disciplinar, vigiar e organizar o trabalho dos cativos nas várias atividades que exerciam, o que mostra a importância do trabalho escravo na área urbana.

- *Ações de Liberdade de Escravos do tribunal de Justiça de Campinas*

Essa documentação, também sob guarda do Centro de Memória UNICAMP, contribui de forma significativa para levantar problemas relativos à escravidão, especialmente nas décadas finais do regime, assim como apresenta elementos para o estudo da escravidão urbana. Tratam-se de processos judiciais de escravos contra seus senhores com vistas a obterem sua liberdade. Constam desses documentos informações sobre as atividades profissionais dos escravos na cidade, a forma como conseguiam juntar um

pecúlio que permitia que pleiteassem sua liberdade diante da justiça, e as artimanhas dos senhores e da própria justiça para manter sob a escravidão esses indivíduos, muitos dos quais, segundo mostram estudos baseados nesta documentação, já hábeis freqüentadores de tribunais. Essa documentação apresenta-se de forma individualizada, permitindo pouca margem de manobra para obter-se dados quantitativos. A principal referência que utilizamos para o uso dessa fonte foi o livro de Fernando Abrahão *Ações de Liberdade de Escravos do Tribunal de Justiça de Campinas*², obra de referência imprescindível para qualquer estudo sobre escravidão em Campinas.

² ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do tribunal de Campinas*. Centro de Memória Unicamp, Campinas, 1992.

Capítulo I

Considerações preliminares sobre a escravidão urbana

“O luxo e a corrupção nasceram entre nós antes da civilização e da indústria; e qual será a causa principal de um fenômeno tão espantoso? A escravidão, senhores, a escravidão, porque o homem, que conta com os jornais de seus escravos, vive na indolência, e a indolência traz todos os vícios após si”.

(José Bonifácio de Andrada e Silva).

A escravidão em suas diversas formas, como instituição encetada desde os primórdios da colônia portuguesa na América, tem sido objeto de estudo para historiadores de várias nacionalidades há várias décadas. Suas formas de organização, a violência que imprimiu ao longo de três séculos em nosso país, assim como as marcas indeléveis que deixou em nossa sociedade, são alguns dos aspectos mais recorrentes observados em estudos históricos sobre o tema da escravidão.

Na grande diversidade de problemas que a escravidão sugere ao pesquisador de história, um deles será destacado neste trabalho. A preocupação aqui é observar a dinâmica da escravidão no espaço urbano. Maciçamente utilizada no campo, na produção agrícola de exportação em especial, a escravidão trouxe também sua sombra de violência para o meio urbano. Os estudos que tomam como objeto a escravidão urbana, pode-se dizer, não são ainda copiosos, diversamente dos inúmeros trabalhos que privilegiam o trabalho do negro escravo no campo.

Desta forma, o que pretende-se aqui é tratar dos problemas que envolveram a escravidão nas cidades, contando para isso, com o rigor de estudos, artigos e livros que foram publicados sobre o assunto. Primeiramente, serão abordadas algumas características da escravidão urbana, procurando enfatizar as diversas formas que a presença e o trabalho do escravo assumiram neste espaço, para depois, num segundo momento, observar como o

tema em questão vem sendo estudado pelos historiadores, e quais problemas tem apresentado maior relevância.

Os critérios para a seleção dos trabalhos que serão comentados a seguir levaram em consideração aqueles que, evidentemente, tratassem da escravidão urbana, envolvendo livros, teses acadêmicas, artigos em revistas ou jornais, assim como outros estudos que embora não tratem diretamente do tema, servem como base para a formulação ou solução de algumas questões essenciais para a compreensão do problema.

Os períodos abarcados por esses estudos vão desde o período colonial até o final do império e a abolição da escravidão.

Porém, antes de debruçar-se sobre o que foi escrito sobre o tema, faz-se necessário esclarecer algumas características que tornaram a escravidão urbana uma forma peculiar de trabalho nas cidades.

Primeiramente, fica claro que a escravidão urbana era uma forma de trabalho que demandava um número reduzido de indivíduos, em contraste com o campo, onde havia necessidade de grandes contingentes de cativos para a produção agrícola. Havia proprietários que possuíam poucos escravos, que trabalhavam para seu senhor e ainda poderiam ser alugados para outros. Em geral, a propriedade escrava nas cidades compunha-se de um número reduzido de cativos.

Isso não significa, certamente, que sua importância fosse menor, pois na cidade, havia carência de trabalhadores em muitos ofícios e serviços de modo geral, o que abria espaço para a prática do aluguel de escravos e também à presença dos escravos “de ganho”.

Alguns aspectos da escravidão urbana tornaram-se importantes para compreender a forma que o trabalho assumiu dentro do espaço urbano. Tem-se que as principais modalidades da escravidão nas cidades são caracterizadas pelo aluguel e pelo ganho. Ou seja, o escravo poderia se alugado por um senhor à outra pessoa, ou poderia trabalhar na cidade fazendo vários serviços, ou quando era habilitado para algum tipo de função, desempenhá-la nas ruas, pagando ao senhor uma parcela do que ganhava durante a jornada de trabalho.

Havia ainda, nas cidades, a possibilidade de empregar-se escravos no trabalho das indústrias, prática encontrada em cidades das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio

de Janeiro, principalmente. Nos Estados Unidos, o trabalho escravo também era empregado nas cidades do sul escravista³.

Outra característica importante que marca a escravidão urbana, diz respeito ao aspecto da segurança dentro das cidades. O escravo urbano era alvo de forte vigilância da polícia e do município, incidindo sobre ele uma constante desconfiança. Em todas as cidades brasileiras do século XIX, assim como tem-se vários exemplos nos Estados Unidos do mesmo período, existiam leis severas que regulamentavam a presença e a atividade dos escravos urbanos quando iam aos mercados fazer compras para seus senhores, quando saíam às ruas para vender suas quitandas, quando iam buscar água nos chafarizes ou fontes das praças da cidade. Todo esse controle objetivava diminuir a possibilidade de agrupamentos de escravos nesses espaços públicos, evitando-se o temor de rebeliões e tumultos que pudessem oferecer perigo a população livre na cidade.

Se por um lado, os escravos urbanos tinham uma mobilidade muito maior que os que estavam trabalhando na lavoura, se, como no feliz título dado por Algranti em sua obra, o feitor encontrava-se ausente nas cidades, o controle exercido pela autoridade policial sobre o escravo urbano não deixa dúvidas quanto à preocupação da população branca e livre em relação ao trânsito daqueles que os serviam nas ruas.

O grande temor de revoltas urbanas desencadeadas por escravos, tivesse ou não fundamento na prática, fazia com que os escravos urbanos sofressem uma série de sanções penais, regulamentadas por leis dos municípios.

A escravidão nas cidades revelava uma face do sistema escravista diferente daquela marcada pela *plantation*. As relações entre brancos e negro, escravos e libertos no meio urbano tornavam-se muito diferentes do que ocorria no campo, onde a vigilância era constante e o trabalho árduo da lavoura, impedia os escravos de moverem-se com alguma autonomia.

³ VERSIANI, Flávio, pesquisou o trabalho escravo nas fábricas em Minas Gerais no século XIX. No Rio de Janeiro, escravos trabalhavam nas fábricas de pólvora, chapéus e tabaco, conforme descrito por KARASH Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares do original *Slave life in Rio de Janeiro (1808-1850)*; p.269-274; e ALGRANTI, Leila. *O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes, Petrópolis, RJ, 1988.(p.53-58). Para o sul dos Estados Unidos, Claudia Goldin aponta que cidades como Richmond, New Orleans e Louisiana empregavam grande número de escravos em atividades industriais, como fabricação de tabaco e fundição de ferro. GOLDIN, Claudia. *Urban slavery in American South (1820-1860): a quantitative history*. Chicago Press, 1976 (p.45-46). Ver ainda sobre esse tema nos Estados Unidos, STAROBIN, Robert *Industrial slavery in the Old South*. Também

Já nas cidades, os escravos encontravam a possibilidade de conquistar sua liberdade, acumulando um pecúlio que lhes permitiria pagar a alforria. Além disso, as formas de sociabilidade entre escravos, ou mesmo negros libertos, nas cidades se davam em outros moldes, quando comparados ao campo. Nas cidades, os espaços públicos eram freqüentados por grande número de cativos, em busca de serviço ao ganho, ou trabalhando como alugados, embora, em quase todas as cidades, houvessem restrições contra o ajuntamento de cativos nas praças e chafarizes⁴.

Outro aspecto que revela a diferença da escravidão nas cidades, diz respeito ao aspecto religioso. São várias as igrejas e associações religiosas organizadas por escravos ou libertos, tanto no Rio de Janeiro, como em Salvador, Minas Gerais e também São Paulo⁵.

Esse aspecto da escravidão urbana, a religião, na verdade, não era encontrado apenas no Brasil do século XIX, maior país escravista da época, mas também nos Estados Unidos, foram várias as ordens religiosas que congregavam cativos em torno do culto religioso.

A religião, pode ser considerada como forma de afirmação da luta pela liberdade entre os escravos urbanos, já que era um componente social que relevava organização e solidariedade entre essa camada da população.

Sobre a escravidão urbana no Texas, durante o século XIX, encontra-se o seguinte comentário:

“Os escravos (urbanos) lutavam pelo privilégio de viverem fora (living out) por causa das liberdades que isto proporcionava. Os brancos, por outro lado, consideravam negros como “quase-livre” (quasi-free) quando alugavam seu próprio tempo e ocupavam desordenadamente os cortiços (pest-houses) longe de seus senhores. Institucionalmente, os escravos urbanos expressavam sua busca por autonomia estabelecendo igrejas negras separadas. Até quando os escravos eram muito poucos, ou muito pobres para desenvolverem organizações religiosas distintas, eles celebravam reuniões com seus próprios pregadores (preachers)”⁶.

GRAHAM, Richard. *Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e sul dos Estados Unidos no século XIX*, p. 235.

⁴ ALGRANTI, op. cit. p. 51; KARASH, op. cit. p. 425-438.

⁵ O tema será comentado. Descrições mais detalhadas podem ser vistas em KLEIN, Herbert *Escravidão africana: América Latina e Caribe*, Brasiliense, 1988.; REIS, João José, *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. In *História da Vida Privada no Brasil*, vol.2, Companhia das Letras, 1998.; KARASH, Mary.; op. cit. , cap. 9.

No Brasil, como observou Klein, tal fenômeno em torno da religião também ocorria de forma bastante usual em várias cidades. Ainda que se possa argumentar que tal prática fosse tolerada pela população branca devido ao fato de acentuar a separação entre negros e brancos, pois haviam sido fundadas sob preceitos racistas de segregação, tais comunidades religiosas permitiam aos libertos e escravos desfrutarem de um espaço onde mantinham “cultos religiosos afro-americanos”, na acepção de Klein, da mesma forma que “*agiram como sociedades de ajuda mútua e cimentaram as amizades de classe e cor através da atividade cerimonial ritual*”.

Ainda comentando sobre a importância da religião para os negros libertos e escravos nas cidades, escreve Klein:

“Estas irmandades negras existiam em toda a cidade e vila que tivesse uma população substancial de negros e mulatos livre e escravos. A maioria das cidades maiores tinha diversas destas sociedades, e muitas irmandades admitiam também os escravos (...)

Estudos têm afirmado que a maioria das pessoas de cor livres no Brasil pertenciam a tais irmandades, das quais faziam parte também um grande número de escravos. Todas estas instituições pagavam tributos e assistiam as necessidades espirituais, físicas e funerárias de seus membros”⁷.

Essas irmandades desempenhavam então, um importante papel na cidade e na vida dos cativos, quando ofereciam aos negros libertos ou escravos, a oportunidade, ainda que ínfima, de reunirem-se em torno do culto religioso, além é claro, de proporcionar ritos fúnebres, aspecto importante da religiosidade tanto católica, quanto de nações africanas.

Escrevendo sobre as formas que assumiu o rito fúnebre no Brasil do século XIX, João José Reis, destaca a presença e a importância das irmandades que reuniam negros em torno do culto religioso e da cerimônia funerária de seus membros.

Escreve este autor: “*Os africanos comuns, e os pobres em geral, se associavam a irmandades católicas, entre outras razões, para melhor solenizar suas mortes*”. Os cultos de origem africana, nos funerais que eram realizados em várias cidades brasileiras, eram

⁶ SLAVERY, URBAN. *The Handbook of Texas Online*. Site da Internet: <http://www.tsha.utexas.edu/handbook/online/articles/view/SS/yps2.html>

⁷ KLEIN, Herbert S. *Escravidão africana: América Latina e Caribe*. Trad. de José Eduardo de Mendonça. Editora Brasiliense, 1987, p.253.

presença constante, e o autor acima citado, não deixa escapar a percepção que os povos de origem africana tinham a respeito de seus mortos. Cita um jornal baiano, *O Alabama*, onde extraiu a notícia de que as vendedoras de peixe, na maioria africanas ou crioulas, sentindo-se incomodadas pelas companheiras já mortas, que “lhes atrasavam o comércio”, mandaram celebrar várias missas pelas almas das falecidas, completando a cerimônia com um “serviço extraordinário”, onde a batucada atravessou a madrugada, mostrando a presença do culto católico, mesclado com a religiosidade africana⁸.

Neste sentido, pode-se com a observação desses aspectos, perceber as várias práticas que envolviam a escravidão no meio urbano. Os estudos mais específicos sobre o tema preferem centrar seu foco nas relações de trabalho estabelecidas nas cidades, entre escravos e brancos, entre libertos e escravos e etc., ficando essa lacuna, que envolve as crenças religiosas, manifestadas pelos escravos urbanos e sua importância para a sociabilidade dessa população cativa, como uma tarefa ainda a ser afrontada pelos historiadores que estudam o fenômeno urbano da escravidão.

Aqui, não trataremos deste aspecto com maiores detalhes, mas fica o registro de sua importância no estudo da escravidão urbana.

Igualmente importante, neste sentido, revela-se outro problema relacionado a presença de escravos nas ruas das cidades. Gilberto Freyre talvez tenha sido o primeiro estudioso a mostrar a prática da prostituição de escravas nas cidades. Em seu trabalho com anúncios de jornais, esse autor revela alguns aspectos desse comércio, veiculado nos jornais, às vezes discretamente, outras vezes, de forma explícita.

Também Karasch, cuja obra será melhor examinada em seguida, havia destacado o problema da prostituição de escravas na cidade do Rio de Janeiro. Essa prática, sem dúvida, fazia parte também, do trabalho escravo nas cidades.

Essa autora destaca que muitas prostitutas, mulheres escravas, eram “disfarçadas” pelos seus senhores como sendo mulheres livres. Esclarece Karasch que “*se elas (mulheres) ainda eram escravas, não era incomum para seus mestres solicitar serviços para elas ou vendê-las pelas ruas como escravas ao ganho*, e comentando o argumento de uma autoridade da época, o Dr. Lassance Cunha, enfatiza que “*a prostituição era mais*

⁸ REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. *História da vida privada no Brasil*, v.2, ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org. do volume) p.99 e 122.

comum do que em geral se acredita, porque a maior parte era exercida clandestinamente por mulheres escravas”.

Nos anúncios de jornais tal aspecto da escravidão urbana também aparecia, e, até mesmo nos lares urbanos, tal prática era encontrada com alguma frequência. “*Sem dúvida, escreve Karasch,*

*“muito da prostituição clandestina envolvia escravas domésticas e seus senhores. Como na maior parte dos outros serviços realizados por escravos, havia igualmente uma profusão de obrigações para os escravos domésticos. Jovens mulheres mulatas que os senhores anunciavam nos jornais para trabalhos domésticos em uma casa de cavalheiros solteiros, também serviam como companheiras sexuais”*⁹.

Essa forma de trabalho, praticada por mulheres escravizadas, mas também por jovens livres, em grande maioria negras ou mulatas, era fruto constante de preocupação das autoridades municipais, especialmente no tocante ao aspecto da higiene e do saneamento, que no século XIX, começava a ganhar destaque nos debates públicos e na prática administrativa dos municípios. No Rio de Janeiro da época, tal problema revelou-se fonte de grandes esforços no sentido de disciplinar a prática da prostituição pelas ruas da cidade. Sendo uma cidade densamente povoada, a capital do império sofria para encontrar soluções para a questão.

Em 1875, Ludgero Gonçalves da Silva, então Chefe da Polícia do Rio de Janeiro, mandou proceder um levantamento a respeito das prostitutas existentes na cidade e, ainda que reconhecesse que os números estavam muito longe da exatidão, conseguiu distinguir quatro classes de meretrizes que trabalhavam na cidade:

“1ª De escravas pretas e pardas, alojadas em casas decentemente mobiliadas por seus próprios senhores, que as obrigam ao pagamento de salário elevado.

2ª De miseráveis que residem em casas térreas, vivem na pobreza, e apresentam-se esqueléticas com sinais visíveis das enfermidades de que estão afetadas.

3ª De jovens, quase todas estrangeiras, que habitam casas de boa aparência sob a inspeção de mulheres que auferem os lucros da impureza; satisfazendo o estipulado nas convenções particulares que com elas têm celebrado.

⁹ KARASCH, Mary. From Portage to Proprietorship: Africans Occupations in Rio de Janeiro, 1808-1850. ENGERMAN and GENOVESE *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*, p. 383.

São jovens governadas despoticamente e com tanto vigor que algumas delas têm escapado de casa pelas janelas por meio de lençóis solidamente amarrados.

Tentando a polícia tomar conhecimento do fato, viu-se inibida de qualquer procedimento por terem declarado às autoridades –aquelas jovens – estarem em semelhantes casas por vontade própria, e não sofrerem constrangimento algum.

4^ª De não menos miseráveis mulheres que ocupam casas suntuosas, usam sedas, plumas de subido preço, jóias e brilhantes de grande valor, freqüentam teatros e lugares públicos e têm à sua disposição vistosos carros” ¹⁰.

A primeira dessas classes definidas pela polícia era, sem dúvida, aquela que envolvia a prostituição clandestina de escravas. Percebe-se ainda, que já nesta época, havia forte presença de mulheres imigrantes prostituídas.

Também havia escravos, os chamados capoeiras, que, em especial no Rio de Janeiro no final do Império, provocavam por vezes conflitos com a polícia, reunindo-se em grandes grupos, denominados “maltas”. A prática da capoeira por escravos, com destaque para os africanos, era uma expressão cultural vinculada a movimentação dos cativos pelas ruas da cidade. Em artigo recente, Carlos Eugênio Líbano, pesquisou os registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro no final do século XIX e observou atentamente os registros de entradas nesta instituição dos escravos que praticavam a capoeira.

O autor constatou ainda, através desses registros, que a maior parte dos escravos detidos pela polícia sob alegação de serem capoeiras, ou chefes de maltas, pertenciam a categoria de escravos domésticos, ou seja, aqueles que viviam em casas de seus senhores. Ao contrário do que pareceria óbvio, os escravos de ganho, cuja mobilidade pelas ruas da cidade era muito maior que dos escravos domésticos representavam uma parcela relativamente pequena do número de indivíduos detidos, o que leva o autor especular sobre a anuência dos senhores para com as atividades de seus escravos domésticos fora de casa, especialmente durante a noite, quando mais se envolviam nos conflitos entre maltas de capoeiras e a polícia¹¹.

¹⁰ SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado: tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. VAINFAS, Ronaldo (org.) *História e sexualidade no Brasil*. Rio e Janeiro, Graal, 1986, p. 148.

¹¹SOARES, Carlos Eugênio Líbano. A capoeira escrava no Rio de Janeiro. *Escravidão: ofícios e liberdade*. SOUSA Jorge Prata de. (org.). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro –APERJ, Rio de Janeiro, 1998.

Deste modo, o universo que envolvia o trabalho escravo urbano, era composto por elementos variados, tanto no aspecto econômicos da questão do trabalho, assim como também envolvia práticas culturais, religiosas e sociais complexas, que ao serem exploradas pela história, revelam temas por vezes obscuros ou desconhecidos desta forma de trabalho.

A seguir, pretende-se mostrar algumas definições do trabalho escravo nas cidades, acompanhando a literatura concernente sobre o assunto, destacando algumas das formas mais comuns encontradas no trabalho escravo urbano durante o século XIX. É evidente, que esses parâmetros devem ser observados tendo-se como complemento de análise, as práticas urbanas de trabalho escravo que acima ficam descritas. Assim observa-se que as formas típicas da escravidão nas cidades foram o trabalho ao ganho e o aluguel, esta última, praticada também no meio rural. O trabalho doméstico, muito comum nas cidades, também era muito utilizado no campo.

Escravos de aluguel

O aluguel de escravos, embora bastante comum nas cidades brasileiras, não era privilégio apenas destas, mas se fazia presente também, no campo, onde senhores de grande escravaria poderiam alugar alguns de seus cativos para outro, ou mesmo, senhores de escravos que viviam na cidade, em períodos onde a demanda por mão-de-obra no campo crescia, poderiam auferir bons lucros alugando suas “peças” para a lavoura.

Nas cidades, os escravos de aluguel eram requisitados para todo o tipo de serviço. Os mais requisitados, no entanto, eram as lavadeiras, cozinheiras e serviços domésticos em geral. Pedreiros, carpinteiros, ferreiros, engomadeiras e amas-de-leite, também tinham grande procura por seus serviços, que amiúde eram requisitados através de anúncios nos jornais.

Havia inclusive, nas cidades maiores, agências de locação especializadas em alugar escravos, bastando àquele que necessitasse de um cativo para qualquer tipo de trabalho, recorrer a esses estabelecimentos, que em geral, funcionavam nas ruas onde o comércio urbano era bastante movimentado¹².

¹² KARASH, Mary., op. cit., p. 67 comenta sobre o agitado mercado de compra, venda e aluguel de escravos no Valongo, no Rio de Janeiro.

Escravos ao ganho

Outra forma de trabalho escravo nas cidades era a chamada “ao ganho”. Ao que parece, de acordo com a historiografia sobre o tema, essa forma cristalizou-se como típica do meio urbano. Se a forma de aluguel estava presente também no campo em alguns períodos, a forma ao ganho tornou-se comum apenas nas cidades¹³.

Essa forma de trabalho escravo urbano caracterizou-se pela grande mobilidade que o escravo desfrutava, devido ao fato de realizar tarefas diversas, alguns possuindo qualificação para tal ou qual profissão, mas a maior parte, trabalhando em serviços pesados, como carregar cargas ou pessoas, ou ainda vender quitandas, olhar crianças, etc.

O escravo ao ganho, como já foi dito, mantinha um acordo com seu dono e deveria no fim do dia, ou de um período estipulado pelo senhor, apresentar a este uma parte do seu ganho, ficando com a outra parte para si. Havia, neste sentido, uma brecha para que o escravo pudesse acumular um pecúlio que permitiria comprar sua liberdade, embora tal intento não fosse tão simples quanto possa parecer de início.

O escravo ao ganho, mesmo tendo grande mobilidade e possibilidades de trabalho na cidade, precisaria trabalhar muito e por muito tempo para juntar algum dinheiro, pois o pagamento pelos serviços dos escravos, em especial para os menos habilitados, era ínfimo, o que fazia com que o escravo fosse obrigado a uma jornada de trabalho extenuante.

Agrava ainda a situação, o fato de que o escravo que trabalhava ao ganho ou mesmo alugado, às vezes, morava longe de seu senhor e devia sustentar-se com seu trabalho, pagando o aluguel dos quartos de cortiço, onde porventura conseguisse instalar-se e ainda deveria ter algum dinheiro para vestir-se e claro, alimentar-se do angu com pedaços de carne que era oferecido diariamente nas ruas das cidades aos escravos, por outras negras, igualmente escravas ou libertas¹⁴.

¹³ ALGRANTI, Leila, op. cit. p. 49. “*A primeira das formas de trabalho (sistema de aluguel) não é peculiar das cidades, embora fosse mais praticada do que no campo, mas a segunda (sistema de ganho) era exclusividade do ambiente urbano*”.

¹⁴ Sobre as condições de trabalho dos escravos ao ganho no Rio de Janeiro, escreve Algranti “(...) tanto os carregadores como os alfaiates apresentavam deformações físicas nas costas, ou nos membros, devido a esforço ou posições viciosas” (p.92). E segue: “(...) a dificuldade em adquirir a diária exigida pelo senhor era grande. Some-se a esse fato os custos de seu sustento e o alto preço que os escravos atingiam, principalmente se possuíam alguma profissão”. (p.93). Uma descrição minuciosa das doenças apresentadas por escravos urbanos, no Rio de Janeiro, Recife e Salvador, devido às péssimas condições de trabalho,

Escravos domésticos

Os escravos domésticos eram aqueles que viviam sob custódia de seus senhores, residindo na casa desses e para eles realizando todo e qualquer tipo de tarefa. Esses escravos, também poderiam servir como alugados em outras residências, conforme desejo dos senhores em dispor de seus servos e obter algum lucro alugando-os para trabalhar para outros.

Esses escravos poderiam também, sair às ruas para realizar tarefas como compras, buscar água para a casa entre outras, mas eram vigiados com mais rigor que os escravos ao ganho, por exemplo. Para saírem a noite, necessitavam de autorização por escrito do senhor, pois caso fossem encontrados longe de casa, sem consentimento de seu amo, eram recolhidos à cadeia.

Tinham, portanto, menores oportunidades de movimento pelas ruas do que os escravos alugados ou ao ganho, mas poderiam granjear a confiança de seus senhores e obter algumas concessões da parte desses.

Em geral, os escravos domésticos trabalhavam como cozinheiros, lavadeiras, faxineiros, serventes, etc., podendo mesmo, como era comum, exercerem todas essas atividades conjuntamente.

Segundo observou Karasch, os escravos domésticos, em especial, as mulheres, sofriam maiores restrições em termos de liberdade pessoal que as outras categorias de escravos urbanos, embora, em contrapartida, talvez recebessem um melhor tratamento¹⁵.

Essa categoria de escravos, embora não fosse exclusividade do meio urbano, tal qual os escravos de aluguel não o eram, podendo ser encontrados também em residências da área rural, compunham um importante grupo de indivíduos cativos, cujo trabalho era solicitado com frequência nos anúncios de jornais, por senhores que necessitavam de escravos para a realização das tarefas mais fundamentais da vida cotidiana dos lares escravistas do século XIX.

alimentação e aos maus tratos recebidos, foi feita por Gilberto Freyre em *Os escravos nos anúncios de jornais do século XIX*. Ed. Nacional, Recife, 1979.

¹⁵ KARASCH, Mary. *From Porterage to Proprietorship...* p.382-384

Perspectivas sobre a Escravidão Urbana

Após abordar alguns aspectos que fundamentam o estudo da escravidão urbana, como foi visto acima, cumpre observar como o tema vem sendo tratado por pesquisadores, quais abordagens têm mostrado maior profundidade teórica e empírica e também, quais críticas podem ser feitas à essas abordagens, algumas já clássicas, outras que primam pela novidade.

O estudo da escravidão urbana de forma sistemática, entre historiadores do Brasil, pode-se dizer, ainda é pequeno. Exceções feitas às obras monumentais de Gilberto Freyre, em especial *Sobrados e Mucambos*, obra pioneira em muitos aspectos, onde o tema aparece de maneira clara.

Freyre foi certamente, quem primeiro debruçou-se sobre as práticas urbanas cotidianas, entre elas, a escravidão, de maneira mais profunda. *Sobrados e Mucambos* revela o universo das cidades brasileiras do século XIX, com riqueza de detalhes e fundamentada em farta documentação primária¹⁶.

Também em outra obra pioneira, Gilberto Freyre revela intimidade com a documentação fornecida pelos anúncios de jornais, desenvolvendo uma análise ao mesmo tempo antropológica e sociológica da escravidão, observando as características étnicas descritas nos anúncios de fugas de escravos, desvendando as marcas da violência do cativo presentes neste rico material que os periódicos oitocentistas oferecem ao historiador. Sem dúvida, Freyre trabalhou com uma fonte primária tipicamente urbana, o jornal, que permite ao pesquisador desvendar muitos aspectos que perpassavam o cotidiano da escravidão nas cidades. Inovou, portanto, mais uma vez, desenvolvendo um estudo sistemático da escravidão e mostrando a importância do material jornalístico como fonte histórica¹⁷.

Outros clássicos da historiografia brasileira também tocaram no assunto, tais como, Emilia Viotti da Costa em *Da Senzala à Colônia*¹⁸, embora sua abordagem da escravidão urbana, busque analisar os aspectos culturais da presença negra nas cidades, suas músicas, seus hábitos alimentares, suas danças e cultos religiosos. Também Jacob Gorender em *O*

¹⁶ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 3ª edição aumentada, Rio de Janeiro, 1961, 2t.

¹⁷ FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2ª edição, Recife, 1979.

¹⁸ COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982.

*escravismo colonial*¹⁹ tece algumas considerações sobre a presença escrava nos centros urbanos.

No entanto, esses estudos, de grande importância sem dúvida em seu aspecto mais amplo, não chegam a trazer uma análise detalhada do fenômeno da escravidão urbana, já que a proposta de seus autores não residia em abordar exclusivamente tal problema. Oferecem, contudo, questões e caminhos para pesquisas mais aprofundadas, e é aí que reside sua maior importância.

Desta forma, abordar a escravidão urbana em sua perspectiva historiográfica é tratar dos estudos onde tal questão é desenvolvida de modo a apresentar a dinâmica do funcionamento do trabalho escravo nas cidades, suas contradições e seus limites dentro do próprio sistema escravista.

No Brasil, esse tipo de estudo encontra ainda poucas obras de peso, as quais serão vistas logo mais. Nos Estados Unidos, apareceram já na década de 1970 alguns dos estudos mais importantes sobre a escravidão nas cidades, dentre os quais, pode-se destacar o clássico estudo de Richard Wade²⁰, que lançou muitas questões sobre o tema, foi criticado por vários autores, mas continua oferecendo excelente material para uma análise crítica da escravidão urbana.

O trabalho de Wade, desenvolve a argumentação de que a escravidão nas cidades tornou-se, no período anterior a Guerra de Secessão, um grande problema, pois esse sistema de trabalho era incompatível com o meio urbano. O escravo urbano desfrutava de uma maior liberdade de movimento dentro da cidade e, por vezes, seu trabalho chocava-se com o trabalho de artesãos e comerciantes livres, gerando conflitos dentro desse espaço, onde a competição por serviços era muito acirrada.

Mais do que isso, a escravidão urbana, para Wade, seria incompatível com o sistema porque envolvia um alto custo em relação à segurança nas cidades, pois o temor de insurreições elevava os gastos com vigilância e segurança nos centros urbanos, o que tornou a escravidão urbana uma contradição dentro do próprio sistema escravista, e fadou-lhe à decadência.

¹⁹ GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 5ª edição, Ática, São Paulo, 1988.

²⁰ WADE, Richard. *Slavery in the cities 1820-1860*. Londres, 1977.

Na verdade, o trabalho de Wade consolida também uma tradição na historiografia norte-americana sobre a escravidão presente nos relatos de seus próprios protagonistas, haja visto obras que trazem à luz as condições de vida do escravo nas cidades, podendo citar-se como exemplo o relato de Frederick Douglass²¹, ele mesmo um escravo urbano, que expressou também de seu ponto de vista, a incompatibilidade da escravidão nas cidades.

Um dos principais textos sobre o tema na historiografia norte-americana no entanto, foi escrito por Claudia Goldin²², em obra que tornou-se fundamental para a abordagem do problema, pois essa autora, desmonta, através de sua crítica bem fundamentada no trabalho empírico e na construção de um modelo explicativo econométrico, o argumento da incompatibilidade da escravidão com o espaço urbano, lançando novas propostas para explicar o declínio da população urbana em determinados períodos, que para a autora, não estavam ligados ao elevado custo da segurança nem na competição no mercado de trabalho urbano, mas sim, à elasticidade da oferta e da demanda por trabalho nas áreas urbanas e em seu relacionamento com a demanda por escravos nas zonas agrícolas.

Assim, a proximidade da relação entre a oferta de escravos na cidade e sua contrapartida no campo é expressa pela autora nos seguintes termos: “*O mercado urbano de escravos não era sujeito apenas às influências da demanda e oferta urbanas, mas também às vicissitudes do mercado mais extensivo da agricultura*”.

Goldin, após passar pela historiografia que trata do tema nos Estados Unidos, divide os principais autores em dois grupos, de acordo com as abordagens estabelecidas por eles. Deste modo, a autora define um grupo de autores que afirmam que a demanda por escravos nas cidades declina porque havia escassez de trabalho para esses escravos no espaço urbano. Portanto esses autores acreditam que os escravos eram “empurrados” (*pushed out*) das cidades, além de implicar nesse sentido, o problema dos custos de vigilância que cresciam cada vez mais. Para Goldin os autores deste grupo seriam Cairnes, Douglass, Eaton, Wade e Wesley²³.

²¹ DOUGLASS, Frederick. *Life and times of Frederick Douglass*. Citadel; New York, 1983.

²² GOLDIN, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South- 1820-1860: a Quantitative History*. The University of Chicago Press, 1976.

²³ CAIRNES, DOUGLASS, op. cit. , EATON, Clement. *The Growth of Southern Civilization 1790-1890*. Harper & Row, New York, 1961. WADE, op. cit. e Wesley.

Outro grupo, dentro dessa perspectiva historiográfica, seria definido pelos autores que, segundo Goldin, afirmam que a escravidão nas cidades entrou em decadência porque era mais vantajoso aplicar o trabalho cativo na lavoura, ou seja, esses autores acreditam que a demanda por braços no campo estaria “puxando” (*pull*) escravos das cidades para a produção agrícola. Entre os autores arrolados nesta categoria estariam Gray, Phillips, Ramsdell e Russel²⁴.

..... A saída para o problema encontrada por Goldin em seu trabalho opera com uma terceira possibilidade para explicar o que a autora define como “relativo declínio da escravidão urbana”. Relativo, porque, de acordo com Goldin, haveria períodos onde a demanda por trabalho escravo nas cidades crescia, enquanto em outros momentos, essa demanda declinava. Afirmam a autora:

“Eu defino a hipótese de “empurrar” (push) [os escravos] como afirmando que a demanda por escravos urbanos era declinante, e a hipótese de “puxar” (pull) como afirmando que a demanda rural cresce mais rápido que a demanda urbana. É possível que ambas hipóteses sejam operativas ao mesmo tempo, ou que uma terceira, não mencionada na literatura tradicional, seja a correta (...).

Essa terceira hipótese seria afirmada da seguinte maneira:

“que devido a alta elasticidade da demanda por seus serviços, os escravos urbanos podiam ser vendidos das cidades, especialmente de 1850 a 1860, ainda que a demanda por seus serviços crescesse a uma taxa maior que das áreas rurais”. (p. 8-9).

Portanto, através da aplicação de um modelo econométrico para a análise dos dados empíricos obtidos sobre população livre e escrava das várias cidades do sul dos Estados Unidos, preços dos escravos e dos produtos agrícolas produzidos pelas áreas rurais, Goldin busca estabelecer um novo parâmetro para a dinâmica da escravidão urbana, ou seja, para a autora, não se sustentam os argumentos de incompatibilidade da escravidão com o meio urbano, assim como refuta-se que o aparente declínio da escravidão urbana no período

²⁴ GRAY, Lewis. *History of agriculture in the Southern United States to 1860*. Gloucester, Mass, P. Smith, 1958. PHILLIPS, Ulrich. *American negro slavery: a survey of the supply, employment and control of negro labor as determined by the plantation regime*. Baton Rouge, Louisiana State University, 1966. RAMSDELL, C. W. *Reconstruction in Texas*. Austin University of Texas, Texas Historical Association, 1970. Russel.

anterior a guerra tenha sido causado pela contradição estabelecida entre a maior liberdade dos escravos na cidade com o sistema escravista em seu funcionamento, devido aos custos de manutenção e vigilância do escravo nas cidades.

Para Goldin, o declínio da escravidão urbana em alguns períodos específicos, representa na verdade, uma elasticidade da demanda por trabalho no espaço urbano, que encontra sua contrapartida nos períodos de maior ou menor demanda por trabalhadores no campo. Além disso, a oscilação dos preços de escravos, compunham uma importante faceta da variação da população urbana cativa. Afirmar a autora:

“O declínio da escravidão urbana nas décadas de 1850 a 1860 foi quase inteiramente devido ao rápido crescimento nos preços de escravos em geral, o que levou os proprietários urbanos a inverter em dinheiro seus ganhos de capitais”²⁵..

Um dos grandes méritos do trabalho de Goldin, é a relação que a autora desenvolve entre a demanda por trabalhadores cativos nas cidades e no meio rural, através da análise de preços de escravos e população das duas áreas, o que a levou a determinar a maior elasticidade da demanda por trabalho escravo nas áreas urbanas em comparação com o meio rural. (comentar mais sobre a sazonalidade no trabalho agrícola).

O modelo econométrico proposto pela autora, mostra que tanto a população cativa, quanto os preços de escravos e taxas de aluguel dos mesmos no período estudado (1820-1860), apresentou ciclos de aumento e decréscimo. Goldin afirma que nas cidades que perdiam escravos, os preços subiam rapidamente. Ao contrário, naquelas cidades que durante essas 4 décadas atraíam escravos, ou os perdia mais lentamente, os preços subiam pouco, ou mesmo declinavam²⁶.

Esse movimento era independente dos problemas sociais relativos ao controle da população cativa no ambiente urbano, como sugeriram alguns autores analisados por Goldin. Pode-se concluir, de acordo com a autora, que o declínio da escravidão urbana (em termos populacionais) entre os anos 1850 e 1860, foi um movimento temporário, pois caso os preços de escravos caíssem, as cidades voltariam a arregimentar mais cativos. O

²⁵ GOLDIN, Claudia. *A model to explain the relative decline of urban slavery: empirical results*. ENGERMAN & GENOVESE (ed.) *Race and Slavery in the Western Hemisphere: Quantitative Studies*.

²⁶ Ib. idem, p.436.

movimento de entrada e saída de escravos das áreas urbanas é explicado pela autora como sendo uma demanda sazonal por trabalho no campo e sua correlação com a variante preços.

Além disso, Goldin afirma que as estimativas quanto ao aumento da população escrava urbana são subestimadas, se for considerado o incremento da atividade industrial no período, que demandava grande número de trabalhadores cativos²⁷.

Se, como vê-se nos parágrafos acima, a escravidão urbana vem sendo tema de estudo nos Estados Unidos desde a década de 1970, no Brasil, o pioneirismo na abordagem crítica do tema, de maneira sistemática e não como forma coadjuvante do sistema escravista, pode ser atribuído à Leila Mezan Algranti em *O feitor ausente*²⁸, obra que põe em evidência o cotidiano de violência que envolve o escravo urbano, assim como analisa as principais características deste fenômeno à luz de uma historiografia muito bem equilibrada.

Na obra de Algranti, são vistos todos os componentes da escravidão urbana, ou seja, o trabalho do escravo de aluguel, do escravo ao ganho, o trabalho do escravo nas indústrias, a contradição ou possível contradição que envolvia a questão do ganho do escravo com o sistema escravista em geral, problemas esses que, analisados pela autora com bastante acuidade, oferecem explicações sobre o trabalho escravo na cidade do Rio de Janeiro e lança questões novas para o estudo do problema em outras regiões brasileiras.

No estudo de Algranti, o trabalho escravo envolve-se com as obras públicas da capital da colônia (o período privilegiado pela autora vai de 1808 a 1821), verificando-se ainda o esforço de disciplinar a movimentação dos cativos no espaço urbano, especialmente, no capítulo final, onde os castigos aplicados aos escravos que cometiam delitos ou transgrediam os códigos de posturas da cidade, passaram a ser atribuídos à autoridade policial.

Cumprir lembrar ainda que a autora, também de forma pioneira, marcou a diferença entre os escravos de aluguel e aqueles que trabalhavam no sistema ao ganho. Algranti enfatiza que o trabalho ao ganho foi exclusividade das cidades, sendo que o sistema de aluguel de escravos comportava tanto o trabalho do cativo na cidade, quanto na lavoura.

²⁷ Ib. idem, p.450.

²⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Vozes, Petrópolis, 1988.

Examinando a documentação sobre crimes neste período na corte, Algranti percorre o cotidiano de violência que se esconde atrás de pequenos acontecimentos policiais, envolvendo escravos. O esforço da autoridade municipal para disciplinar essa população sempre em movimento pela cidade também é observado pela autora e quando esses personagens envolviam-se em crimes, ou mesmo infringiam as posturas que os proibia de circular fora de horários estipulados previamente, eram recolhidos à cadeia. Muitos senhores reclamavam dessa prática, pois implicava numa perda de rendimentos e acabavam pagando a fiança para que o escravo fosse libertado e retomasse suas atividades.

A prática de castigos corporais também era comum, pois os escravos que cometiam delitos poderiam ser mandados para a cadeia, onde recebiam o castigo de açoites conforme determinado pelo senhor, não podendo, no entanto, ultrapassar o limite de 50 açoites diários. Para isso, os senhores pagavam uma taxa à casa de detenção.

Críticas a esta obra inovadora podem ser feitas em alguns aspectos mais pontuais, quando a autora analisa as tensões que envolvem o trabalho assalariado dentro do próprio sistema escravista, como é o caso do escravo ao ganho. Essa aparente contradição, ou seja, a presença de remuneração em dinheiro numa estrutura onde esta forma de contrapartida ao trabalho deveria ser negada, é vista pela autora como tendo um caráter insignificante, já que Algranti procura balizar a discussão dentro do campo teórico do sistema capitalista, onde o salário é elemento primordial no funcionamento da sociedade, enquanto no escravismo, tal prática não acarretaria problemas, pois *“seu (salário) desaparecimento não alteraria em nada o sistema”*²⁹.

Afora essa questão a obra apresenta uma sólida base empírica, que permite à autora a incursão em um terreno ainda inexplorado pelos historiadores brasileiros, e lança o mote para novas abordagens da escravidão urbana.

A contribuição de Algranti em *O feitor ausente* foi fundamental para que surgissem nos anos seguintes, novos estudos sobre o fenômeno da escravidão urbana. Um desses estudos, de autoria de Marilena Rosá Nogueira da Silva³⁰, segue os passos de Algranti, mas trabalha de forma diferente, com periodização e documentação diversa dessa autora.

²⁹ SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo Brasileiro nas Redes do Poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 133-152.

³⁰ SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua*. HUCITEC, 1987.

Se Algranti privilegiou o período de 1808 a 1821 em seu estudo, ou seja, o período anterior a independência, Marilena Silva, inicia seu trabalho em 1822 e segue até 1888, também tratando da escravidão urbana no Rio de Janeiro, podendo-se dizer que, cronologicamente, um trabalho complementa o outro.

O trabalho de Silva parece abordar um período mais rico para o estudo da escravidão urbana, pois, com a independência do Brasil, a preocupação com o problema da escravidão passa a ser discutido entre os políticos nacionais do período, pois até antes de 1822, a questão da escravidão era ponto pacífico. Agora começavam a surgir alguns tímidos argumentos, nos debates políticos, contra a prática de tal forma de trabalho num país que acabara de tornar-se independente³¹. Além do mais, a primeira lei anti-tráfico firmada entre Brasil e Inglaterra data de 1831³², sendo que, a Inglaterra havia proibido os seus súditos de participarem do tráfico africano desde 1807. A partir deste momento histórico, a discussão sobre o trabalho escravo no Brasil começa a ser vista por outra perspectiva, já que as constantes pressões inglesas para o fechamento do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, começavam a tornar preocupante a manutenção da ordem escravista.

Desta forma, tomando como base a documentação empírica coletada nos arquivos do Rio de Janeiro, Silva apresenta um trabalho de grande qualidade.

Alguns aspectos ausentes da obra de Algranti, talvez devido à sua preocupação dessa autora com uma conceituação teórica mais apurada, reforçam sobremaneira o trabalho de Silva. Por exemplo, em Silva encontra-se a análise, em primeiro lugar, dos limites do perímetro urbano do Rio de Janeiro, com suas paróquias e sua respectiva

³¹ José Bonifácio pôs em debate o problema da abolição do tráfico africano e da escravidão no Brasil, em sua representação dirigida à Assembléia Constituinte em 1823. O projeto apresentado propunha a abolição gradual da escravidão, mediada pelo Estado Imperial. No texto, as críticas à instituição escravista são bastante duras para a época, apelando para a imoralidade e falta de consciência cristã que o comércio e emprego de escravos representavam. Bonifácio não deixa de atacar o atraso técnico e econômico da nação recém emancipada de Portugal, atraso esse, atribuído pelo autor à escravidão, que corrompe qualquer iniciativa empreendedora e favorece a indolência dos senhores. SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (org.). Companhia das Letras; Publifolha, São Paulo, 2000.

³² “Lei de 7 de novembro de 1831; estabelecendo que todos os escravos que entrassem no território brasileiro, ou portos do Brasil, vindos de fora ficavam livres, excetuando-se os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão era permitida, enquanto empregados nos serviços das mesmas embarcações e os que fugissem do território, ou embarcação estrangeira, os quais seriam entregues aos senhores, que os reclamassem, e exportados para fora do Brasil”. BANDECCHI, Pedro Brasil. *Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. Coleção Museu Paulista*, vol. 9, São Paulo, 1980., p.43.

população livre e cativa, o que compõe, sem dúvida, ponto de partida essencial no estudo da escravidão no espaço urbano, já que é neste espaço, que o escravo vive e trabalha.

Além desse aspecto, Silva incorpora uma documentação bastante interessante, composta pelas licenças para negócios na cidade do Rio de Janeiro, através da qual a autora consegue identificar os proprietários de escravos urbanos e sua condição sócio-econômica, característica essa, que reveste a escravidão urbana de maior importância para aqueles proprietários que viviam sem abastança, utilizando-se dos jornais de seus cativos, que deveriam ser licenciados pela autoridade municipal, para obter algum ganho extra.

Neste sentido, percebe-se melhor, com Silva, como a escravidão inseria-se no espaço urbano. Os escravos que trabalhavam vendendo quaisquer coisas nas ruas da cidade, deveriam antes ter a licença requerida pelos seus senhores, caso contrário, seriam recolhidos à cadeia e o senhor deveria pagar fiança para libertá-los.

Todos esses aspectos, presentes nas obras de Algranti e de Silva compõem o universo movimentado da escravidão urbana e podem ser observados não apenas no Rio de Janeiro, mas em outras cidades brasileiras do século XIX.

Também Mary Karasch³³, em trabalho anterior ao de Algranti havia analisado a escravidão no Rio de Janeiro. Em seu *Slave life in Rio*, já consagrado na historiografia sobre a escravidão no Brasil, essa autora escreve em pormenores as formas que compreendem a escravidão dentro da cidade.

Karasch observou com muito rigor, baseando-se em documentação recolhida junto aos arquivos do Rio de Janeiro e vasta bibliografia, vários aspectos importantes da escravidão urbana, que posteriormente, foram utilizados tanto por Algranti quanto por Silva. Definiu com precisão o mercado de escravos na região do Valongo, assim como classificou os tipos de atividades ou ofícios praticados pelos escravos na cidade.

Deste modo, classificou as ocupações da seguinte maneira: manuais especializadas e semi-especializadas e ocupações não manuais. A partir dessa abordagem, Karasch mostrou como movimentavam-se os cativos dentre esses tipos de ocupações, ora de uma categoria para outra, ora dentro de sua própria categoria. Na cidade, segundo essa autora, a maioria dos escravos desenvolviam ocupações manuais.

³³ KARASCH, Mary. , op. cit., 2000.

Karasch percebeu, por exemplo, que entre o grupo dos escravos carregadores, existiam algumas distinções que indicavam por assim dizer, o *status* do indivíduo. Os de categoria mais ínfima eram aqueles que transportavam o lixo das residências ou dejetos de qualquer tipo, também chamados de “tigres”. Outros escravos carregadores, transportavam pessoas nas “cadeirinhas”, tinham um *status* mais elevado e vestiam-se com esmero. Havia ainda os que trabalhavam na alfândega e recebiam melhor pagamento por seus jornais, além dos indispensáveis “aguadeiros” que transportavam água dos chafarizes e fontes da cidade para as residências. Aparece portanto, na obra dessa autora, a explícita referência à uma hierarquia dentro das profissões que eram exercidas por escravos urbanos.

Desta forma, para Karasch *“Havia uma hierarquia definida entre a categoria de ocupações manuais não especializadas; isto é, muitas delas (atividades) eram considerados melhores que outras, e as preferidas davam status aos escravos. Mover-se em trabalho de maior prestígio significava amiúde, um elevado grau de satisfação para um escravo ambicioso”*.

Ainda de acordo com esta autora, entre as ocupações não especializadas, os escravos que trabalhavam como carregadores, os estivadores nas docas e também os remadores, freqüentemente recebiam salários e mereciam a designação de negro de ganho. A atividade no porto do Rio de Janeiro, o mais importante do império no século XIX, parecia ser uma boa oportunidade para escravos trabalharem em uma atividade cujos pagamentos propiciariam a compra da alforria³⁴. Nas cidades portuárias tanto da América Latina, como também em outras regiões onde havia escravidão africana, o trabalho nas docas empregava em geral, muitos escravos³⁵.

Desta forma, percebendo a organização interna das atividades exercidas por escravos urbanos no Rio de Janeiro, Karasch apresenta um texto rico em detalhes, que pode ser considerado um dos mais importantes para o estudo da escravidão urbana.

³⁴ KARASCH, Mary. From Porterage to Proprietorship...

³⁵ Comentando sobre a escravidão urbana em Barbados, no Caribe, Welch descreve a atividade portuária da seguinte forma: “O comércio marítimo também oferecia oportunidades para escravos ao ganho (self-hire), outros trabalhadores cativos e homens ou mulheres libertos, para atuarem em atividades organizadas que modificavam o típico estereótipo racial senhor-escravo associado com regimes rurais”. WELCH, Pedro L. V. *The Urban Context of Slave Life: Views from Bridgetown, Barbados, in the 18th and 19th Centuries*. Artigo extraído do site da Internet: <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/1834/document1.htm>

Essas três obras são, com certeza, de grande importância para a compreensão do fenômeno da escravidão nas cidades e, permanecem como referências básicas para qualquer estudo que queira seguir nessa direção.

Foram destacados, de início esses três trabalhos, por serem os mais completos até o momento sobre o assunto. Tanto Algranti quanto Silva e ainda Karasch desenvolvem seus estudos na capital do império brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, espaço sem dúvida, privilegiado para a análise da escravidão urbana, já que este município possui um número de escravos superior a qualquer outra cidade América no século XIX. No entanto, conta-se com pelo menos duas obras importantes para o estudo da escravidão urbana no município de São Paulo no século XIX.

A primeira delas, escrita em 1984³⁶ por Maria Odila Silva Dias, foi a precursora da abordagem da escravidão em São Paulo privilegiando o ambiente urbano, detalhando aspectos pouco conhecidos das relações de trabalho na era pré-industrial na capital paulista. A autora retoma o tema, enfocando por sua vez, as escravas quitandeiras no mesmo espaço urbano em trabalho de 1985³⁷, onde o dia a dia do comércio de rua, e as implicações da presença de escravos na cidade emergem como problemática originada pelo início da urbanização em relação com o desenvolvimento das áreas agrícolas impulsionadas pelo café.

A segunda, publicada em 1998, de autoria de Maria Cristina Wissenbach³⁸ desenvolve importante estudo sobre a escravidão urbana em São Paulo, com base em documentação judiciária, traçando os aspectos que envolveram os crimes e a criminalidade escrava na cidade. A autora analisa primeiramente, os aspectos mais rústicos da vivência escrava, o chamado “*mundo caipira*”, com suas chácaras e casebres, enfocando os arranjos de sobrevivência e trabalho cotidianos. Aos poucos a autora, aproxima do espaço da cidade, com suas ruas, pontes e chafarizes, onde era constante a movimentação dos cativos e também dos libertos, buscando seus arranjos de vida, fosse em torno da almejada alforria,

³⁶ DIAS, Maria Odila Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX (Ana Gertrudes de Jesus)*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

³⁷ DIAS, Maria Odila Silva. *Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho*. Estudos Econômicos, 15 (número especial), 1985, p.89-109.

³⁸ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. Editora Hucitec, São Paulo, 1998.

ou tentando preservar uma estrutura familiar, ainda que de forma precária, tendo em vista os limites impostos pela ordem escravista.

Importante aspecto desse trabalho, encontra-se na íntima relação entre o espaço rural, com suas fazendas e chácaras, com o ambiente urbano, onde interagiam os escravos, ora plantando e colhendo para sua sobrevivência, ora participando do incipiente comércio do pequeno burgo estudantil paulista. Essa relação entre campo e cidade, encontrada também nas demais cidades brasileiras do século XIX, parece mais exposta em São Paulo, pois, embora o espaço urbano adquirisse importância crescente, o campo tinha um peso muito forte, especialmente considerando-se o acelerado desenvolvimento da economia cafeeira na região.

Comparando-se com o Rio de Janeiro e mesmo Minas Gerais (primeiro foco de efetiva urbanização na colônia), São Paulo e as cidades do interior dessa província no século XIX, apresentam uma estrutura urbana pouco desenvolvida, onde a *plantation*, com o café, principalmente, marca o ritmo da produção e do avanço comercial. Embora isso seja perceptível, quando cotejado com núcleos urbanos maiores e mais antigos, a província paulista rapidamente se transformaria numa das mais ricas regiões do Império, a partir da afirmação do café como produto de exportação. Não somente na capital, mas principalmente no interior, essa economia cafeeira foi fator fundamental para a expansão urbana dos municípios, integrados, a partir de 1870, pelo surgimento das ferrovias.

O estudo de Wissenbach, portanto, movimenta-se num período de transição, onde o campo predomina, mas ao mesmo tempo, cresce o processo de urbanização, trazendo consigo, o braço escravo para dentro da cidade, transformando as relações sociais e de trabalho, lançando focos de tensão dentro da própria estrutura escravista.

Existem ainda outros estudos sobre a escravidão urbana que oferecem boas contribuições, alguns deles, publicados em artigos, remontam à década de 1970.

Um deles é o interessante artigo de Kátia Mattoso³⁹, publicado em 1976, sobre a alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana na Bahia. O artigo privilegia os anos de 1819 a 1888 e faz uma análise exaustiva dessa fonte documental, destacando os aspectos mais relevantes, como as variáveis preços,

³⁹ MATTOSO, Katia. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). PELAÉZ, Carlos Manuel e BUESCU, Mircea (coord.) *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.

sexo, idade e estado de saúde presente nestes documentos, como componentes de grande importância para se avaliar o movimento de preços dos cativos em determinados períodos.

Embora bastante criterioso, o estudo da autora apresenta algumas lacunas que não são esclarecidas. Kátia Mattoso afirma que

“Sem termos ainda procedido a uma contagem rigorosa, podemos adiantar que estas alforrias referem-se, em 90% dos casos a escravos que desempenham atividades urbanas. É justamente essa categoria de escravos urbanos que tomamos como enfoque no presente trabalho” .

Na realidade, a autora não explicita como chegou a determinar as atividades dos escravos presentes nesta documentação, pois, salvo engano, a profissão dos escravos não era apresentada na carta de alforria e como bem observou Eisenberg, trabalhando com a mesma fonte em Campinas, *“Seria interessante saber se o alforriado vinha mais de um meio urbano do que de um rural; nas cartas [de alforria] raramente têm-se informações que permitem caracterizar o local de trabalho do escravo (...)”*⁴⁰; ficando portanto, uma dúvida sobre a forma como Mattoso determinou o meio onde os escravos presentes nas cartas de alforria por ela analisadas, trabalhavam ou viviam.

Contudo, tanto o estudo de Mattoso, como o já citado de Peter Eisenberg, trazem importantes contribuições para o estudo do trabalho escravo em regiões específicas, utilizando-se de uma fonte documental em geral de difícil acesso e com amplas possibilidades de análise histórica, o que vem enriquecer ainda mais o estudo da escravidão urbana, mesmo que de forma subsidiária.

Em 1990, Sidney Chalhoub publica *Visões da liberdade*⁴¹, obra riquíssima em detalhes sobre os últimos anos da escravidão no Rio de Janeiro, que toca na questão do escravo urbano, envolvido em conflitos e situações inusitadas para obter a liberdade.

O autor apresenta uma obra de grande erudição, tanto no que diz respeito à bibliografia consultada quanto ao rico acervo de documentos consultados e analisados sobre a escravidão na Corte. Inicialmente, o autor mostra a dinâmica dos negócios com escravos, o comércio e o mercado de cativos no Rio, destacando, pela documentação, como

⁴⁰ EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1989, p. 252.

⁴¹ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

os próprios escravos envolvidos nessas negociações procuravam agir no sentido de resistir ou fugir de uma mudança de proprietário, região ou mesmo sair da cidade para o campo.

Um cotidiano de violência é o que mais impressiona nestas transações comerciais que envolviam escravos. Por um lado, o interesse econômico dos senhores, por outro, o escravo e suas expectativas quanto a conseguir libertar-se.

Seguindo, Chalhoub mostra o que ele chama de "*vida de peteca*", analisando processos criminais e de liberdade de escravos na justiça, onde a indefinição da liberdade marca uma série de discussões nos tribunais sobre a ilegitimidade da escravidão em suas décadas finais e o apego dos proprietários aos argumentos que lhes favorecessem o direito de propriedade sobre o cativo.

Em outro momento do texto, o autor desvenda a "*cidade negra*". Uma cidade construída pela atuação de libertos e escravos, cujo espaço mais definido é o cortiço, onde as relações de trabalho são bastante complicadas e onde os negros procuram manter e atuar sobre o espaço urbano, lutando contra sua desconstrução, desejada pelas autoridades municipais.

Chalhoub, nesta obra, investe contra o que ele chama de "*teoria do escravo coisa*", criticando especialmente Fernando Henrique Cardoso e Jacob Gorender, autores que armados de um arcabouço teórico rígido, acabam incorporando em suas análises visões preconceituosas sobre o escravo, ora o mostrando como um ser sem capacidade de atuar sobre seu meio e tomando a visão que os senhores de escravos tinham sobre esses escravos, ora colocando o escravo como rebelde, herói na luta contra a opressão, última e desesperada alternativa, e isolada, para libertar-se do cativo.

Chalhoub pretende mostrar que os escravos tinham nítida percepção de sua condição social e lutavam com as armas que tinham ou encontravam na sociedade contra a escravidão. Os inúmeros processos de liberdade analisados pelo autor mostram vários escravos tecendo relações sociais complexas, na justiça, na cidade, em torno da liberdade tão almejada, o que reflete a importância da percepção que o próprio escravo tinha de sua condição e das possibilidades de libertação. Escravos movendo-se habilmente nos processos judiciais, levados pelos curadores (no fim da escravidão) enfrentaram as dificuldades para provarem serem livres por direito.

O estilo fluente da escrita do autor, também pode ser considerado ponto alto dessa obra, onde as incursões dentro do estilo machadiano de narrativa, compõem uma curiosa forma de abordagem do problema da escravidão na corte. Na verdade, Chalhoub não apenas narra a história ao estilo de Machado de Assis, como apresenta, no capítulo final, a síntese da obra em consonância com uma crônica famosa do autor de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que trata da abolição e da efetiva liberdade conferida aos cativos após o 13 de maio, repleto da fina ironia que é característica da obra machadiana.

Chalhoub ainda desenvolve uma interessante crítica ao trabalho de Claudia Goldin, procurando enfatizar que o problema das revoltas no espaço urbano tinha maior relevância do que a autora norte-americana considera em sua obra.

Para Chalhoub, o temor da população livre com a possibilidade de revoltas por parte dos escravos, passou a ser visto com mais rigor pelas autoridades públicas especialmente após o levante dos escravos em Salvador no ano de 1835. A partir desse acontecimento, ficou claro que a vigilância sobre os escravos no meio urbano, não deveria ser negligenciada.

Sem dúvida, tais problemas gerados no seio da sociedade brasileira dos oitocentos trouxeram contradições inevitáveis, que perdurariam ainda nas décadas posteriores. A escravidão urbana era, portanto, um desses pontos de tensão e conflito dentro dessa sociedade que almejava modernizar-se, e é como tal, que deve ser escrita sua história. Símbolo desta controvertida situação experimentada nas cidades escravistas, revela-se a Corte, palco privilegiado, como se tem mostrado até agora, das mudanças sociais, econômicas e históricas que ocorriam no final do século XIX. Como observou Alencastro “(...) é justamente na corte que o escravismo, na sua configuração urbana, assume seu caráter mais extravagante, tornando emblemático o desajuste entre o chão social do país e o enxerto de práticas e comportamentos europeus”⁴².

O escopo deste trabalho, no entanto, é mais modesto, a pesquisa desenvolvida não dirigiu-se para a capital do Império brasileiro, mas privilegiou uma outra região, o Oeste Paulista, onde a escravidão urbana, embora mantivesse intacta todas as formas pelas quais ficou conhecida pela historiografia, sofreu influências de outras condicionantes, tais como a própria economia da região estudada e o período demarcado.

Deste modo, viu-se aqui algumas das principais práticas e formas que tomou a escravidão urbana ao longo do século XIX. No Brasil, este debate está ainda no início, e poderá desenvolver-se muito futuramente, através de novas pesquisas. Este trabalho tem a pretensão, apenas, de contribuir para que as questões que serão expostas ao longo dos demais capítulos, sirvam como tema de novas discussões e pesquisas sobre a escravidão urbana no Brasil.

⁴² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Modelos da história e da historiografia imperial. *História da Vida Privada no Brasil*, v.2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

Capítulo II

O Oeste Paulista: consolidação da cafeicultura e a crise da escravidão no município de Campinas

Em meados do século XIX em São Paulo, o café despontava como produto de grande valor comercial, oferecendo à muitos fazendeiros e pequenos proprietários, a oportunidade de lucros avultados para os que investissem nesta cultura. Anteriormente dominante na região do Vale do Paraíba fluminense e parte do paulista, o café começava a atingir a região do “oeste paulista”, área até pelo menos 1830 mais conhecida pela produção de açúcar e alimentos. Campinas, localizada na região do “quadrilátero do açúcar”, entre Itu e Mogi-Mirim, começa entre as décadas de 1830 e 1840 a empreender um processo de substituição gradual da produção açucareira pelo café⁴³. O açúcar havia sido o fundamento da economia da região, praticamente desde a restauração administrativa da capitania de São Paulo em 1765, e os proventos originados por esta cultura açucareira foram de grande importância para a implementação em rápido espaço de tempo da mudança para a economia cafeeira.

A cana-de-açúcar, embora tivesse presença importante na economia regional, e de Campinas em particular, não deve ser entendida como única atividade produtiva no período anterior à 1850. Na realidade, desde o início do pequeno núcleo de povoamento que mais tarde se transformaria em Campinas, esse espaço geográfico era conhecido pela forte presença de uma agricultura de gêneros de abastecimento, que pouco a pouco, formou uma intrincada rede interna de comercialização e transporte (em tropas de mulas), integrando a região do oeste paulista ao porto de Santos e à outras províncias do Sudeste e do Sul⁴⁴.

⁴³ PELLICCIOTTA, Mirza. Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas. Revista *Humanitas*, v. 1, n. 1, agosto de 1997. “Entre as décadas de 1830 e 1840 iniciam-se os processos de substituição da cana-de-açúcar pelo café, introduzindo-se originalmente como atividade conjunta, para, em seguida, se formar fazendas extensivas desta nova cultura. Por volta de 1850, são 117 fazendas produtoras de 335.550 arrobas de café, estimando-se a produção de açúcar em 62.290 arrobas – invertendo-se portanto a ordem anterior” (p.103).

⁴⁴ Sobre a produção açucareira em São Paulo, a referência básica é o clássico trabalho de PETRONE, Maria T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1855)*. Difusão Européia do Livro, 1968. Trabalhos recentes sobre a região de Campinas no início do século XIX destacam a importância do açúcar, mas caminham para a análise de uma agricultura de alimentos, com presença significativa de pequenos agricultores e empregando poucos escravos, no período anterior ao café. Sobre essa temática são importantes os trabalhos de FULLER, Claudia. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora – Campinas 1820-1840*. Dissertação de mestrado, Unicamp, Campinas, 1995.; MARTINS, Valter. *Nem senhores,*

Portanto, ao lado do açúcar, em grande parte exportado, havia uma produção diversificada (feijão, milho e toucinho, por exemplo), cuja importância econômica deve ser considerada, embora a cana-de-açúcar tenha sido fundamental para o crescimento populacional e produtivo da região.

“Percebe-se que o nome e a definição política da região mencionada modifica-se, a medida que começa a traçar-se um determinado crescimento populacional e uma pequena diversificação da produção, mesmo que de forma incipiente. Chama-nos atenção a esse respeito o censo de 1775. Ora, se temos para o recenseamento de 1767 produtos de caráter de subsistência, para o ano de 1775 os elementos de subsistência não estão ausentes, mas cresce-se as atividades ligadas ao plantio de algodão e a cana para aguardente. Este último produto, a cana, tão timidamente usada nesses primeiros tempos, alcançará produções de cifras tão importantes, que será responsável pelo estímulo da agricultura paulista e o açúcar tomará vulto como produto exportável da capitania de São Paulo⁴⁵.

Antigas fazendas de cana-de-açúcar, passaram a produzir café em maior quantidade, aproveitando-se da riqueza e disponibilidade de terras ainda intocadas, expandindo-se cada vez mais, a economia cafeeira do oeste paulista, que traria junto de si, problemas de várias ordens para as pequenas cidades e vilas da região. Mesmo antes do período de auge da produção cafeeira,

“em Campinas, como no quadrilátero de açúcar de um modo geral, a expansão da agricultura comercial após 1790 não trouxe apenas homens e mulheres livres, mas também (...) um grande número de migrantes cativos. Entre 1779 e 1829, a população escrava cresceu de 156 para quase 4.800. Em 1872, já com o café como força motriz da economia ela atingiria 14 mil. A maior parte do aumento desde 1829 se deu antes do final do tráfico africano”⁴⁶.

nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850. CMU/Unicamp, Coleção Campiniana 10, Campinas, 1996. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. CMU/Unicamp, Coleção Campiniana 13, Campinas, 1997.

⁴⁵ CELIA, Maria Isabel Basilisco. *O comércio de abastecimento em Campinas: o processo de formação da economia interna e a atuação de proprietários de terras/tropeiros na construção da cidade (1767-1830)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp, 2000 (p.67).

⁴⁶ SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. *História da vida privada no Brasil—Império*. Coord. da coleção: Fernando A. Novais; org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 249.

Portanto, a expansão econômica do oeste paulista desde finais do século XVIII trouxe consigo o aumento da população escrava, utilizada na grande lavoura em sua maioria, e proveniente no período anterior a 1850, do tráfico atlântico, com uma porcentagem bastante elevada da taxa de escravos africanos entre esta população⁴⁷.

O crescimento da lavoura cafeeira demandava muitos trabalhadores cativos nesta área e além disso, o aumento também da população livre exigia maior quantidade de alimentos para consumo e uma melhor infra-estrutura nas áreas urbanas.

O café, tomando espaço das outras culturas, inclusive a de alimentos, provocava uma grave carestia de gêneros de subsistência, praticamente em toda a província nos meados do século XIX, que pode ser sentida no relato desanimado do presidente da província, senador José Joaquim Fernandes Torres que escreve em 1858:

“A carestia de gêneros de primeira necessidade, que se tem manifestado em vários pontos do Império, já se faz sentir nesta província.

Felizmente não somos ainda vítimas do – pauperismo – esse cancro das sociedades modernas, contudo é certo que entre nós existem classes pouco favorecidas pela fortuna e que muitos sofrerão a continuar o mal”⁴⁸.

O presidente, no entanto, tinha a certeza que a carestia de alimentos se agravaria, caso não se lhe combatesse as causas mais importantes. A primeira causa para essa situação o presidente atribui ao fim do tráfico de escravos, que “diminuindo os braços empregados na lavoura devia trazer, como resultado necessário a carestia dos víveres”⁴⁹. Uma segunda causa seria o interesse quase exclusivo dos grandes proprietários em cultivar apenas gêneros de exportação (nesta época, o café já era o principal produto de exportação em vários pontos da província) e agravando o problema, que os incipientes núcleos coloniais não podiam minorar, pois os imigrantes, em sua grande maioria, introduzidos na província por grandes proprietários, destinavam-se à lavoura de café, “*acresce ainda mais que a essa mesma produção aplicam-se hoje muitos escravos que anteriormente se empregavam na*

⁴⁷ Ibid. idem, p. 250.

⁴⁸ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo presidente Senador José Joaquim Fernandes Torres. São Paulo, Tipografia de Antonio Louzada Antunes, 1858, p. 23-24.

⁴⁹ Ibid. idem.

*pequena cultura, e que pelos preços fabulosos a que chegaram tem-se acumulado em poder dos fazendeiros opulentos*⁵⁰.

De fato, o preço dos escravos, com o fim do tráfico, elevou-se desmesuradamente. Este é um ponto que trataremos mais adiante. Por ora, vale lembrar que através do relato acima, a lavoura de exportação, impulsionada pelo café, havia tomado conta da produção agrícola da província, ocasionando o problema da carestia de alimentos em muitos municípios, problema este que agravou-se mais após a cessação do tráfico negreiro.

Em Campinas, zona de expansão do café na década de 1850, escreve a Câmara Municipal no ano de 1858, respondendo ao presidente da província, possivelmente o mesmo senador José Joaquim Fernandes Torres, a respeito da indagação sobre a questão dos víveres neste município. Após descrever longamente os vários gêneros produzidos na cidade, e a forma como eram produzidos, os edis campineiros descrevem também a situação de penúria de alimentos no município, e atribuem tal fato, novamente, ao grande interesse dos proprietários de terras e escravos em cultivarem o café em detrimento de outros gêneros alimentícios de primeira necessidade⁵¹. Como observou Slenes,

*“Nessa década [1850], os preços dos gêneros alimentícios dispararam no Sudeste, ultrapassando os do café e em especial os do açúcar, e ainda o preço do escravo. Analistas da época atribuíam o fato à decisão dos senhores de plantation (em face do aumento do preço após o fim do tráfico africano) de concentrar, mais do que antes a força de trabalho cativa na grande lavoura”*⁵².

Embora Slenes mostre que o cultivo de gêneros de primeira necessidade fosse um interessante negócio neste período, e que muitos proprietários à ele se dedicassem, parece que tal produção, que em grande parte era comercializada com outras regiões da província e fora dela também, não era suficiente para atender a demanda por alimentos originada pelo aumento de população livre, pela chegada constante de novos plantéis de escravos e pela introdução mais volumosa de imigrantes para os núcleos coloniais nas fazendas da região.

Portanto, nas décadas iniciais de expansão da lavoura cafeeira, este produto trouxe consigo o aumento da população livre e principalmente, do número de escravos. Por outro

⁵⁰ *Ibd. idem.*

⁵¹ Livro de Posturas da Câmara Municipal de Campinas, 1858. Registro de um ofício da Câmara ao Presidente respondendo a Portaria do mesmo de 19 de outubro sobre víveres, p. 23-25.

⁵² SLENES, Robert, *op. cit.*, p. 242.

lado, o café a partir de 1850, quando esta cultura já havia suplantado o açúcar, trouxe problemas como a falta de víveres por toda a província, que se em épocas anteriores já era sentida pela população paulista, neste período a crise parece ter tornado-se mais aguda, se considerarmos relevantes as descrições dos contemporâneos, como vimos anteriormente.

No ambiente urbano, a carestia de gêneros alimentícios agravava mais ainda o problema da escravidão. De acordo com Maria Odila S. Dias:

“Um aspecto importante, à espera de um estudo mais pormenorizado, é o impacto da carestia dos gêneros alimentícios no Rio, em Salvador e em São Paulo a partir de meados do século passado, sobre os custos de manutenção dos escravos, a ponto de se tornarem onerosos para a maior parte dos pequenos proprietários, que tendiam a alugá-los por jornais cada vez mais altos ou a procurar delegar o sustento ao próprio escravo, permitindo que ele mesmo se alugasse para terceiros, sintoma de desagregação que se tornou bastante comum”. Para essa autora, “nas cidades, sob certos aspectos a crise da escravidão já se adiantara às décadas abolicionistas”⁵³.

Trata-se aqui, de dois movimentos históricos distintos, pois se de um lado, o início da produção de café, trouxe consigo o problema da carestia de gêneros essenciais, aos poucos a economia cafeeira se consolidaria, modificando a paisagem produtiva da região.

As transformações na economia e nas atividades urbanas no Oeste Paulista desde meados do século XIX, podem ser entendidas nos termos de formação e expansão do denominado “complexo cafeeiro”, que na realidade, dá-se a partir da interligação de vários fatores, ou seja, as condições para o surgimento de uma economia cafeeira, são, conforme Wilson Cano, a própria atividade produtora de café, a agricultura de alimentos e matérias-primas, que atende a produção de café e o mercado em geral, o surgimento da incipiente indústria (subsidiária do café), desenvolvimento da malha ferroviária, expansão do sistema bancário, incremento do comércio de importação e exportação, consolidação da infraestrutura produtiva (armazéns, portos, comunicações, etc.) e urbana, e atividade do Estado, na esfera do investimento público⁵⁴.

⁵³ DIAS, Maria Odila S. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15 (Número Especial), 1985, p. 95.

⁵⁴ CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2ª edição, 1ª reimpressão, T.A. Queiroz, 1983.; p.20-21.

Neste sentido, a importância da produção cafeeira no oeste paulista deve ser considerada não apenas nos termos da efetiva modernização e expansão urbana da região, da qual Campinas é exemplo bastante significativo, mas também, nos efeitos contraditórios dessas transformações, ao elevar o número de escravos e ao mesmo tempo pleitear a solução imigrantista para o problema da mão-de-obra. A consolidação da cafeicultura no oeste paulista foi importante também no sentido de direcionar os investimentos oriundos dos negócios com o café para vários setores, desdobrando-se essa economia no setor de transportes (ferrovias), infra-estrutura urbana (bancos, casas de negócios, armazéns) e mão-de-obra (escravos e imigrantes).

Na realidade, a introdução da ferrovia foi fundamental para que o ritmo da expansão cafeeira se torna-se mais veloz. A estrada de ferro, juntamente com a infra-estrutura urbana, criada em torno dela, propiciou à economia do Oeste Paulista, a redução dos custos de transporte e a integração da produção agrícola com os mercados consumidores, facilitando o escoamento do produto para exportação⁵⁵.

O desenvolvimento da economia cafeeira no oeste paulista, como temos visto até aqui, deu-se ao mesmo passo em que a crise da escravidão com o fechamento do tráfico atlântico caminhava dentro do cenário político e econômico brasileiro no Império.

Como foi mencionado no capítulo I deste trabalho, o problema da abolição do tráfico negreiro e da escravidão, começou a ser discutido nos meios políticos do Império, com maior preocupação, após a Independência. Porém, as iniciativas internacionais para que esse comércio fosse extinto datam dos anos iniciais do século XIX, precisamente, em 1808, quando a Inglaterra proibiu seus súditos de participarem dessa atividade.

O tráfico negreiro combatido internacionalmente pela Inglaterra começa a gerar discussões entre os políticos e estadistas brasileiros, após a Independência, seguindo-se daí, uma boa quantidade de leis, decretos e acordos com a Inglaterra que permaneceram inoperantes até que em 1850, a lei Eusébio de Queiroz promovesse a extinção definitiva do tráfico de escravos para o Brasil⁵⁶.

⁵⁵ SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. Editora Alfa-Omega, 7ª edição, São Paulo, 1986., p.50.

⁵⁶ Os acontecimentos históricos envolvendo o fim do tráfico africano para o Brasil, serão tratados aqui muito resumidamente, pois tal assunto extrapola os objetivos desse trabalho. Para uma síntese sobre a extinção do tráfico negreiro, com a respectiva cronologia dos eventos ver PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 42ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1995. A respeito do conteúdo da legislação anti-tráfico ver BANDECCHI,

Mesmo ao longo deste período em que sucediam-se tratados visando abolir o tráfico e com a pressão inglesa tornando-se cada vez mais cerrada, a disposição dos políticos, da sociedade e principalmente dos traficantes brasileiros, ou luso-brasileiros, em nada tendia para o efetivo funcionamento da supressão deste comércio, declarado ilícito desde 1831, mas que na verdade aumentava cada vez que um novo acordo com a Inglaterra era firmado. O volume do comércio de escravos para o Brasil durante o período de lutas pela extinção mostra a importância deste mercado para a economia da colônia e depois império. Segundo Alencastro, foram introduzidos no Brasil durante o período de tráfico clandestino (1831-1850), mais de 500 mil escravos, configurando o tráfico negreiro um setor bastante organizado do comércio colonial, cujas raízes na sociedade brasileira, fincadas anteriormente pelo comércio lícito de escravos e outras mercadorias com a África, prolonga-se pelo século XIX adentro, não obstante o espanto e os esforços ingleses para suprimir esse comércio, que “foi um importante elemento de estruturação do Estado brasileiro”⁵⁷.

O Brasil, portanto, durante o período em que a Inglaterra buscava acabar com o tráfico negreiro, permaneceu sendo, ao lado de Cuba o maior mercado escravista ao longo do século XIX que recebia novas importações de cativos, embora as constantes investidas da marinha inglesa contra os negreiros fizessem “os preços de novos escravos importados para o Brasil e Cuba subirem mais do que o dobro do que eles seriam sem tal interferência”⁵⁸.

Tem-se então, que os interesses dos traficantes negreiros no Brasil foram um dos mais sérios obstáculos enfrentados pelo governo inglês para a supressão do tráfico. Além

Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. In: *Coleção Museu Paulista – História*, v. 9, edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980, p. 39-45. Estudos detalhados sobre a extinção do tráfico africano de escravos são encontrados, por exemplo, em BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade*, Cambridge, Inglaterra, 1970; ELTIS, David. *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*, Nova York, 1987. Sobre o comércio negreiro entre África e Brasil existe uma copiosa bibliografia. Análises ricas sobre o tema podem ser lidas em CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade – A census*. Madison, Wis., 1969. CONRAD, Robert. *Tumbeiros – o tráfico escravista para o Brasil*. Brasiliense, 1988. Entre autores brasileiros destacam-se os trabalhos de ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras – um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o Rio de Janeiro, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro, Arquivo do estado, 1995.; GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil – das origens à extinção do tráfico*. 3ª edição, São Paulo, 1975.

⁵⁷ ALENCASTRO, Luiz Felipe de, op. cit. p. 11.

⁵⁸ LEVEEN, E. Phillip. A quantitative analysis of the impact of British suppression policies on the volume of the nineteenth century atlantic slave trade. In: ENGERMAN, S.L. and GENOVESE E.D. (ed.) *Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies*. Princeton University Press, 1975.

disso, aliava-se o desenvolvimento da agricultura brasileira e as pressões de fazendeiros sobre o governo imperial que obstavam ainda mais a efetiva aplicação das leis anti-tráfico que eram constantemente sancionadas.

Sendo o tráfico negreiro um dos componentes mais importantes da economia brasileira no século XIX, evidencia-se porque esta forma de comércio resistiu por tanto tempo frente a disposição inglesa de impor tratados que pusessem fim neste mercado altamente organizado, ainda que o peso da pressão inglesa acirrasse as discussões sobre o fim do tráfico entre os governantes brasileiros, que mostravam-se pouco dispostos a renovar os acordos estabelecidos no início do século com os ingleses.

A situação arrasta-se ainda indefinida ao longo da década de 1840, quando a Inglaterra começa a exercer mais efetivamente seu poderio naval sobre os traficantes do Brasil, gerando protestos por parte dos próprios traficantes, mas também originando debates no parlamento brasileiro sobre questões de soberania territorial, já que os cruzeiros ingleses, neste período, não hesitavam em avançar em águas brasileiras e apreender navios que muitas vezes, nem sequer destinavam-se ao tráfico, estando apenas realizando a navegação de cabotagem entre portos brasileiros. Porém, a simples presença de escravos a bordo justificava, por parte dos ingleses, a apreensão de tais embarcações, onde a utilização de escravos nos navios era praticamente inevitável, nesta sociedade que empregava o negro escravizado em todos os setores do comércio e do trabalho.

Nesta última década do tráfico clandestino de escravos para o Brasil, a situação começa a ficar insustentável para os dois lados em litígio. Os tratados anteriormente firmados com a Inglaterra estavam por expirar, aumentando a pressão inglesa para que um novo tratado fosse assinado, com cláusula que permitisse a continuidade das atividades de busca, apreensão e julgamento dos negreiros. Diante do impasse instaurado pela recusa do governo brasileiro em firmar novos acordos neste sentido, o parlamento inglês aprova em 1845 o chamado Bill Aberdeen, ato que confere à marinha inglesa o direito de apreender qualquer embarcação que realizasse ou fosse suspeita de tráfico de escravos, julgando ainda os infratores por ato de pirataria.

Essa nova investida, desta vez atropelando qualquer respeito à soberania brasileira como nação, causou grande indignação no governo brasileiro, que efetivamente, nada pode fazer para revogar tal disposição inglesa, e o ato prevaleceu, oferecendo à Inglaterra uma

poderosa arma contra os navios que realizavam o tráfico, promovendo um verdadeiro estado de guerra contra as embarcações brasileiras, tornando a situação muito mais tensa diante da recusa terminante da Inglaterra em arrefecer a pressão militar sobre o comércio negreiro⁵⁹.

Diante da situação insustentável em que se encontrava o governo brasileiro frente à Inglaterra, não houve outra alternativa a não ser ceder e em 4/9/1850 promulgar a lei Eusébio de Queiroz que, esta sim, marcaria o fim do comércio atlântico de escravos para o Brasil.

A partir da década de 1850, seguindo-se até 1852 as importações de escravos para o Brasil diminuem sensivelmente. Caio Prado Júnior afirma que já em 1852, as importações cessarão completamente, com casos esporádicos de tráfico clandestino em 1855 e 1856, mas que foram rapidamente descobertos e punidos⁶⁰.

O fim do comércio negreiro coincide com a conjuntura histórica de expansão da economia paulista onde um grande número de escravos era introduzido na província, para atender a demanda crescente pelo produto de exportação principal da região, o café. Na tabela 1 abaixo, vemos que nas primeiras décadas do século XIX, quando predominava o cultivo do açúcar e gêneros de abastecimento, o registro de 1.852 escravos na então Vila de São Carlos. Em 1854, já com o café substituindo o açúcar e o encerramento do tráfico atlântico de escravos, Campinas registrava aproximadamente 8.149 cativos, 57,38% da população do município, que era de 14.201 habitantes⁶¹.

Vinte anos depois (1874) essa população já atingia a cifra de 14.028 escravos, representando 44,67% dos habitantes do município⁶². No último ano da escravidão (1887), eram 9.986 escravos, sendo que Campinas ainda detinha o maior número de escravos da província, superando a capital (com número bastante reduzido de escravos – 493) provavelmente devido a grande imigração e ao incremento do trabalho livre, assim como

⁵⁹ PRADO JR., Caio, op. cit. p. 151-52.

⁶⁰ PRADO JR., Caio, op. cit. p. 152-53.

⁶¹ Dados sobre a população de Campinas podem ser vistos em SEMEGHINI, Ulysses. *Campinas (1860-1980): Agricultura, industrialização e urbanização*. Campinas, 1988, p.96 e BITTENCOURT, Luiz Claudio. *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1990, p.64.

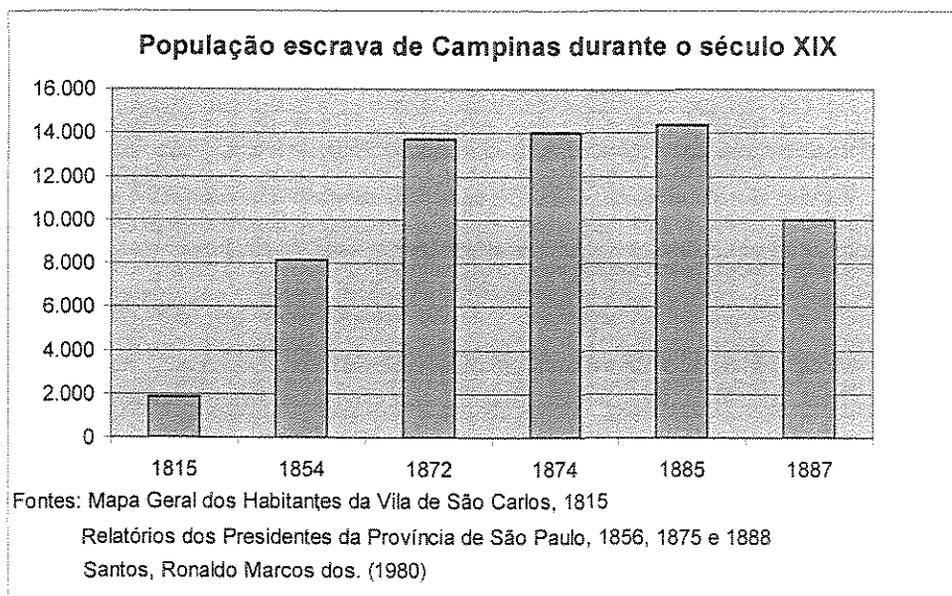
⁶² *Ibid.*idem.

ultrapassando áreas onde o café desenvolvia-se bastante, como Ribeirão Preto, com 1.379 escravos que por ser região nova e em expansão apostava mais no imigrante⁶³.

O Gráfico 1, a seguir mostra a evolução da população escrava em Campinas em diferentes anos do século XIX. Percebe-se que o número de escravos cresceu 41,9% entre 1854 e 1874. Entre 1854 e 1885 esse crescimento foi de 2,39%. Entre 1885 e 1887, o número de escravos no município decresceu 43,92%, fruto das campanhas abolicionistas na região cafeeira, das fugas constantes de escravos que vinham ocorrendo e principalmente, das alforrias em massa nos anos finais da escravidão. Sobre as alforrias em Campinas, escreve Eisenberg:

*“Se na primeira metade do século [XIX] a taxa de crescimento das alforrias parece ter sido mais ou menos igual à taxa de crescimento da população escrava, nas décadas de 1870 e 1880 as alforrias dispararam, enquanto a população escrava entrou em declínio”*⁶⁴.

Gráfico 1



⁶³ Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887. Escravos por sexo, idade, estado e domicílio. Relatório apresentado pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Tipografia King, 1888. SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980.

⁶⁴ Entre 1869 e 1878 foram registradas em Campinas 329 alforrias. No último decênio da escravidão (1879-1888) registraram-se nos cartórios de Campinas 1.518 com uma média anual de 161,9 alforrias. Ver

Contudo, esses números mostram que Campinas manteve durante meio século praticamente o maior plantel de escravos da província, como pode ser visto na tabela 1.

Tabela 1

**População escrava da Província de São Paulo
em diferentes municípios cafeeiros nos anos
1874, 1885 e 1887**

Municípios	1874	1885	1887
Amparo	3548	4246	3524
Araraquara	1748	1627	1300
Areias	2034	1915	1140
Atibaia	1220	791	566
Bananal	8256	6464	4182
Belém do Descalvado	1307	2658	2182
Bragança	2042	1762	1331
Campinas	14028	14372	9986
Casa Branca	2260	4535	3004
Guaratinguetá	4752	4851	3165
Indaiatuba	1611	1135	769
Itu	3696	2272	1354
Jacarei	1626	1073	673
Jundiaí	2105	1632	1366
Paraibuna	1758	825	471
Penha do Rio do Peixe	1335	1394	1129
Pindamonhangaba	3959	3353	2624
Piracicaba	5607	5533	3416
Piraçununga	1591	3005	1749
Porto Feliz	1696	902	594
Queluz	1339	989	797
Ribeirão Preto	663	1557	1379
Rio Claro	4182	4709	3304
São Carlos do Pinhal	1392	3726	2982
São José dos Campos	1599	1575	976
Serra Negra	239	572	472
Taubaté	3976	4197	2668
Tietê	3554	2477	1915

Fonte: SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980. Para o ano de 1887, Resumo geral dos escravos matriculados até 30 de março de 1887. Escravos por sexo, idade, estado e domicílio. Relatório apresentado pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Tipografia King, 1888.

Portanto, mesmo após a proibição do tráfico negreiro, o oeste paulista, e em destaque Campinas, continuaram a receber uma grande quantidade de escravos, que chegavam de outras províncias via tráfico interno. Também deve ser considerado o tráfico de escravos realizado entre os municípios vizinhos à Campinas, entre eles, a própria capital paulista⁶⁵.

Em 1850 e adiante, um fator relevante mostra o interesse e a capacidade de adquirir escravos que Campinas e outros Municípios da província tinham. Os preços de cativos, após o fim do tráfico subiram em pouco tempo para cifras consideravelmente altas, se comparadas com anos anteriores a 1850. Essa alta, foi provocada pela maior demanda por escravos devido à expansão cafeeira, sendo que, a oferta de cativos, havia diminuído após o cerramento do tráfico com a África.

Como mostra a tabela 2 abaixo, em 1813 um escravo do sexo masculino com 14 anos de idade custava 140\$000. Em 1827, um escravo homem com 28 anos custava 100\$000 em média. Já em 1869, um escravo masculino com 33 anos de idade chegava ao preço de 2:000\$000 e mesmo um escravo de 60 anos, possivelmente qualificado, mas considerado velho, em 1869 custava 400\$000, ou seja, quatro vezes mais do que escravos jovens em anos anteriores a 1850.

Tabela 2

Preços de escravos em Campinas antes e depois de 1850			
Ano	Sexo	Idade	Preço
1813 ^a	Masculino	32	160\$000
1813	Masculino	14	140\$000
1822 ^b	Masculino	---	270\$000
1869 ^c	Masculino	33	2:000\$000
1869	Masculino	60	400\$000
1872 ^d	Masculino	---	2:200\$000
1872	Masculino	---	2:000\$000

Editora da Unicamp, Coleção Repertórios, Campinas, 1989; p. 262.

⁶⁵ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980.

Fontes: ^a Inventário de José Domingues da Rocha, TJC, 1^o Ofício, Cx. 18, processo 518; ^b Inventário de Raimundo de Brito Leme, TJC, 1^o Ofício, Cx. 26, processo 716; ^c Inventário de D. Rita de Almeida Leite, TJC, 1^o Ofício, Cx. 194, processo 4092; ^d Inventário de D. Jacinta Angélica de Moraes, TJC, 1^o Ofício, Cx. 210, processo 4356. *Obs.*: Alguns documentos não trazem a idade dos escravos, apenas relacionando-os pelos nomes e em frente o valor. Mesmo assim, é possível por estes exemplos verificar o aumento muito grande no preço dos escravos após 1850.

Mesmo com esta alta exorbitante nos preços dos cativos, os proprietários e fazendeiros de Campinas continuavam e aceleravam mais a aquisição de novas “peças”. Conrad mostra em 1853 num diálogo entre o presidente da província de São Paulo e um juiz local, que este informara que em “*Campinas, um crescente centro de produção de café, (...) “comboios” de escravos haviam chegado recentemente, para serem vendidos por preço muito exagerado*”⁶⁶.

Certamente, para os negociantes de escravos essa praça (Campinas) havia tornado-se após 1850, um atraente mercado consumidor. O mesmo documento citado por Conrad afirmava em 1853: “*Presentemente, faz conta ir comprar escravos em lugares ainda longínquos para revendê-los neste Município – por causa dos preços exagerados a que têm eles aqui chegado, e é o que ultimamente têm feito diversas pessoas indo comprá-los até em Goiás*”⁶⁷.

Essa questão dos preços elevados de escravos após 1850 aparece também na obra de Emília Viotti da Costa, onde a autora constata o aumento fabuloso dos negros que atingia dois à três contos de reis. Comparando, a autora mostra como o preço dos escravos equiparavam-se com outras “mercadorias”, dentre elas, terras e imóveis. Cita o exemplo de uma casa no centro de São Paulo cujo preço era 1:600\$000, ou seja, dependendo das condições físicas do escravo, este superava em valor o preço do imóvel. Diz Emília Viotti: “*Com menos de quatrocentos mil-reis, isto é, cerca de um quinto do valor médio de um*

⁶⁶ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL< 1975, p.66-67.

⁶⁷ *Ibid.* idem.

*escravo, poderia alguém arrematar quatro bois carreiros, uma junta de novilhos e duas vacas, tudo avaliado pela quantia de 338\$000”*⁶⁸.

Neste período, portanto, assumem as remessas de escravos originários de outras províncias um papel de relevo para a economia do oeste paulista. Aliás, o tráfico interprovincial de escravos será, após 1850, o sustentáculo do fornecimento de mão-de-obra para as zonas cafeeiras. Saídos das províncias do norte, onde a economia açucareira já utilizava largamente o trabalho livre e não podia competir em igualdade no mercado externo com o café cultivado no sudeste, chegavam os comboios de escravos para as lavouras de café de São Paulo, principalmente desejados no Oeste, região de Campinas, onde, como foi dito antes, existia um dinâmico mercado para os comerciantes negreiros.

O tráfico interprovincial em Campinas, pode ser melhor observado e ressaltada a sua importância, quando verifica-se que esta cidade, na segunda metade do século XIX, mantém contato, através do comércio de escravos, com várias outras províncias do Império, como mostrou Amaral Lapa⁶⁹. Falando do comércio interprovincial de escravos na região de Campinas, Conrad também mostra a sua importância e o volume do tráfico. No documento citado por este autor onde o juiz de Campinas responde ao presidente da província, o primeiro informa sobre um negociante de escravos que chegara há pouco tempo na cidade, trazendo um grupo de 23 escravos, homens e mulheres, de idades variadas, *“em quase sua totalidade de crioulos da Bahia, Alagoas e Sergipe, e foram por ele [negociante] escolhidos e comprados no Rio de Janeiro”*⁷⁰.

Possivelmente, como revela o caso acima, os proprietários de escravos do norte vendiam seus escravos no Rio de Janeiro, onde outros negociantes arrematavam parte da “mercadoria” para revenderem na região cafeeira de São Paulo.

A importância econômica que o tráfico interno de escravos assumiu para Campinas pode ser percebida também pelo número de traficantes de escravos que neste município tinham seus negócios. Como foi dito anteriormente, constituía Campinas na segunda

⁶⁸ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982, p. 264-265.

⁶⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. O mercado urbano de escravos (Campinas – segunda metade do século XIX). *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n. 37, 1991, p.14. Examinando os anúncios publicados no jornal “Gazeta de Campinas” principalmente, Lapa faz uma lista das cidades e províncias de onde saíam escravos para Campinas, desde o Maranhão, até Santa Catarina, passando por Mato Grosso, Minas Gerais, Espírito Santo, Alagoas, Bahia entre outras.

⁷⁰ Conrad, Robert, op. cit. p. 66-67.

metade do século XIX talvez a mais importante praça para comércio de escravos na província de São Paulo.

O mercado de escravos era, logicamente, alvo de tributação por parte da municipalidade. Incidia sobre os negociantes de escravos na cidade um imposto no valor de 1:000\$000 (um conto de reis). No segundo trimestre de 1875, a cobrança deste imposto revela os nomes de alguns dos principais traficantes que atuavam no mercado de escravos de Campinas. Eram eles:

Manoel Francisco Mendes

João Mourtheé

Lino Plácido Soares

Tomás Maria Fernandes Valença

José Justino Gomes de Azevedo

Tomás Gonçalves Gomide Sobrinho

Manoel Antonio Vitorino⁷¹

Em obra fundamental para o estudo da escravidão em Campinas, Robert Slenes identifica, utilizando-se do imposto de meia-siza cerca de vinte traficantes atuando na cidade. Esclarece Slenes:

“Traficantes de escravos” são definidos aqui como aqueles que conduziam mais de uma transação, cada uma envolvendo dois ou mais escravos (...) Haviam vinte homens que se encaixam nesta categoria. Entre esses, contam-se 54 vendas e 248 escravos, sobre metade do número total (456) que foram vendidos durante este período [1878-79]”⁷²

Esses traficantes eram bastante procurados e realizavam negócios não apenas com grandes e conhecidos fazendeiros do município, mas também comerciavam com pequenos proprietários urbanos, como pode-se perceber pela pesquisa realizada com outra forma de tributação sobre a propriedade escrava, o imposto de meia-siza que incidia sobre

⁷¹ Coletoria da cidade de Campinas. Imposto sobre negociantes de escravos, 2º trimestre de 1875, livro 53, p. 156.

⁷² SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976, p. 680, nota 84.

transferência por compra e venda de escravos e era registrado em livro próprio na Coletoria do município⁷³.

No ano de 1875 os nomes de João Mourtheé, José Justino Gomes de Azevedo e Tomás Gonçalves Gomide Sobrinho são os que mais se destacam quanto ao comércio de escravos na cidade. A maior parte dos negócios realizados por esses indivíduos neste ano caracterizam-se por um pequeno número de escravos em cada venda, raramente havendo mais de 8 escravos negociados com um único comprador. Sugiro, como hipótese de interpretação, que esses traficantes atuassem mais ativamente no comércio com pequenos proprietários da área urbana, como pode ser percebido pela confrontação da arrecadação do imposto de meia-siza com o imposto predial cobrado pela prefeitura municipal no mesmo ano. Alguns proprietários de imóveis localizados nas ruas do perímetro urbano da cidade, mantinham, ou pelo menos mantiveram durante o ano de 1875, negócios com esses traficantes, comprando alguns poucos escravos⁷⁴.

Uma análise mais detalhada desta fonte (o imposto de meia-siza), permite perceber a composição regional que assumiu o tráfico interno de escravos no município de Campinas. O registro do imposto na Coletoria sempre traz a origem (naturalidade) dos escravos negociados, o que mostra e confirma a importância do tráfico intra e interprovincial em Campinas. Na tabela 3 a seguir, que se baseia nessa fonte e que extraí com algumas modificações da obra de Robert Slenes⁷⁵, tem-se uma visão geral da dinâmica do tráfico interno de escravos em Campinas após 1850. A tabela traz a província ou município de origem do escravo registrado no livro do imposto de meia-siza, evidenciando a grande presença, nesta força de trabalho, de escravos oriundos das províncias do norte, nordeste e sul.

⁷³ SLENES, Robert Wayne. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro (1850-1888). In COSTA, Iraci Del Nero (org.) *Brasil: História Econômica e Demográfica*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1986.; faz uma descrição minuciosa da origem desse imposto, da forma como era cobrado e das tentativas do fisco para evitar que comerciantes e proprietários de escravos burlassem a tarifa.

⁷⁴ Coletoria da cidade de Campinas. Imposto de meia-siza e Imposto Predial (ou sobre proprietários), livro 53, p. 87-88. Farei uma discussão mais detalhada sobre esta hipótese mais adiante.

⁷⁵ SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976.

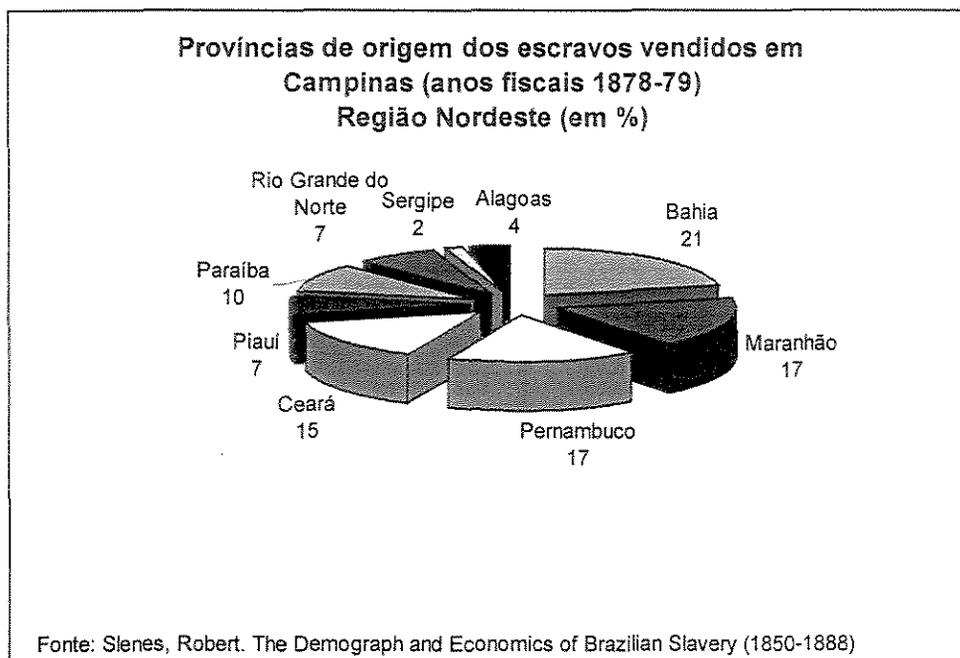
Tabela 3

Procedência dos escravos vendidos em Campinas nos anos fiscais 1875 e 1877 e ano fiscal 1878-79			
Centro-Sul	1875	1877	1878-79
Campinas	22	12	31
São Paulo	95	58	116
Rio de Janeiro	43	55	35
Minas Gerais	10	7	18
Espírito Santo	3	1	2
Corte	1	0	1
Total	174	133	203
Sul	1875	1877	1878-79
Rio Grande do Sul	54	154	166
Santa Catarina	17	8	22
Paraná	2	7	26
"Do sul" (sem especificação)	2	0	0
Total	75	169	214
Nordeste	1875	1877	1878-79
Bahia	146	80	113
Maranhão	85	40	94
Pernambuco	31	36	89
Ceará	15	40	76
Piauí	4	43	35
Paraíba	4	20	51
Rio Grande do Norte	7	15	38
Sergipe	23	12	8
Alagoas	16	9	19
Total	331	295	523
Norte	1875	1877	1878-79
Pará	9	7	7
Amazonas	0	0	1
"Do norte" (sem especificação)	0	1	0
Total	9	8	8
Centro-Oeste			
Goiás	6	1	0
Mato Grosso	0	1	0
Total	6	2	0
Outros	1875	1877	1878-79
Africanos	22	5	8
Origem não especificada, desconhecida ou ilegível	23	36	72
Escravos em negócios, vendas de espólios, etc.	19	10	20
Total	64	51	100
Total Geral	659	658	1048
Fontes: SLENES, Robert Wayne. <i>The Demograph and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888</i> . Stanford University, Ph. D., 1976 p.627-8. Coletoria de Campinas – Imposto de meia-siza 1875, 1878-79.			

Ainda com base em nos dados apresentados por Slenes, percebe-se a predominância de escravos oriundos das províncias do Nordeste, principalmente nos anos fiscais de 1878-79, quando foram vendidos em Campinas 523 escravos, 55% do total comparando-se com as outras províncias no mesmo período.

O maior número de escravos, 113 ao todo, 21% do total, eram procedentes da Bahia. Em seguida vinham as províncias de Pernambuco, 17%; Maranhão, 17%; Ceará, 15%; Paraíba, 10%; Piauí, 7%; Rio Grande do Norte, 7%; Alagoas, 4% e Sergipe, 2%, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2



Chama a atenção também, a presença de escravos originários das províncias do sul, em destaque, o Rio Grande do Sul, cujos escravos vendidos em Campinas, superaram os escravos baianos nos anos fiscais 1877 e 1879-79, com 154 e 166 escravos, respectivamente, enquanto a Bahia foi responsável pela entrada em Campinas de 80 escravos em 1877 e 113 escravos em 1878-79. Do total de escravos vendidos em Campinas no ano fiscal de 1878-79, as províncias do sul foram responsáveis por 22,57%.

Deve ser ressaltada também, a presença de escravos procedentes da própria província de São Paulo, configurando o tráfico intermunicipal de escravos. Segundo a fonte utilizada para a tabela 3, no ano fiscal de 1875 foram vendidos em Campinas 95 escravos

oriundos de outras cidades da província. Para o ano de 1877, esse número caiu para 58 escravos e no ano fiscal de 1878-79, acusou-se a presença de 116 escravos pertencentes a outros municípios da província de São Paulo vendidos em Campinas.

Outro importante elemento de análise, quanto a origem e características dos escravos vindos do tráfico interno que eram negociados nas regiões de café do oeste paulista, diz respeito ao domicílio desses escravos. Slenes argumenta em sua obra já citada que a maior parte dos escravos deslocados pelo tráfico interno em direção ao centro-sul eram originários de áreas urbanas ou onde não predominava a agro-exportação açucareira, no caso das províncias do nordeste, mais especialmente.

Analisando os movimentos de preços de escravos na Bahia e em Pernambuco e sua correlação com os preços do açúcar na segunda metade do século XIX, Slenes constata que a tendência dos produtores de açúcar dessas províncias quanto a mão-de-obra escrava era abastecer-se no mercado de suas próprias províncias, não vendendo seus escravos para o centro-sul, mesmo em épocas de preços baixos para o açúcar. No movimento observado por Slenes quando ocorria uma alta nos preços do açúcar e os produtores viam maiores lucros nesta atividade, tratavam de adquirir mais cativos, oferecendo um bom mercado para os negociantes de escravos. Quando por outro lado, os preços do açúcar caíam e os lucros diminuía, haveria pouco interesse dos negociantes em comprar escravos das fazendas, devido ao baixo preço causado pela maior oferta dessa “mercadoria” em momentos de estagnação da produção açucareira.

Segundo Slenes, os escravos negociados no tráfico interno seriam aqueles provenientes das áreas urbanas ou de áreas onde não havia *plantation*. Esclarece este autor que:

“A resposta das exportações de escravos para o preço dos escravos e exportações de açúcar pode ser interpretado de duas formas. Pode-se argumentar que quando os produtores percebiam que os lucros aumentavam, eles diminuía as vendas de seus escravos para o Centro-Sul. Quando os lucros declinavam, por outro lado, eles realizavam o inverso vendendo alguns dos seus escravos. Se essa interpretação é correta, então a maioria dos escravos vendidos para o Centro-Sul da Bahia e Pernambuco eram das áreas açucareiras. Por outro lado, pode-se argumentar que quando os produtores viam que grandes lucros podiam ser realizados aumentando a produção de açúcar, eles demandavam mais trabalhadores, e os negociantes de escravos encontravam um mercado dentro de suas respectivas províncias, como resultado, as exportações de escravos caíam. Quando a margem de lucro caía, poucos trabalhadores eram necessários para os

*produtores, e os negociantes de escravos encontravam um pequeno mercado e preços baixos dentro das províncias; como resultado, mais escravos eram vendidos para o Centro-Sul. Se essa interpretação é correta, então a maioria dos escravos vendidos para o Centro-Sul da Bahia e Pernambuco não eram de áreas de plantation açucareira*⁷⁶.

Desse modo, para Slenes as zonas de plantation, principalmente na Bahia e em Pernambuco, pouco contribuíram para o volume do tráfico interno de escravos para o Centro-Sul, sendo este comércio alimentado basicamente por pequenos produtores ou proprietários urbanos que os vendiam para serem negociados fora das províncias de origem. Ainda seguindo-se o argumento de Slenes, este mostra que, na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco os municípios que mais ganharam escravos foram aqueles onde predominava a agro-exportação açucareira, em contrapartida, os municípios que mais perderam escravos, via tráfico interno, foram aqueles onde a agro-exportação era insignificante⁷⁷.

Enfatizando esta questão, conclui o autor:

*“No Brasil, de fato, a comunidade escrava da plantation era provavelmente estável. A grande maioria de cativos que eram vendidos no comércio inter e intraregional no Brasil, não vinham de plantations, mas de áreas urbanas ou regiões que não eram agro-exportadoras (non-plantation agriculture)”*⁷⁸.

Seguindo esse raciocínio, pode-se argumentar que o tráfico “intraprovincial”, seguiu as mesmas características do tráfico interprovincial. Ou seja, possivelmente, os escravos naturais ou residentes em outros municípios da província de São Paulo, pertenciam a regiões onde não dominava a plantation cafeeira. Outra hipótese interessante a ser considerada, é que, por sua forte presença econômica, Campinas atraía escravos de outras cidades⁷⁹.

Os problemas históricos que envolvem a extinção do tráfico africano e o movimento do tráfico interno no Império no século XIX, foram vistos aqui como importantes fatores de

⁷⁶ SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976, p. 206-7.

⁷⁷ *Ibid.* idem. p.208.

⁷⁸ *Ibid.* idem. p. 214. *Ibid.* idem. p. 213. “Assim, a proporção de escravos de plantation nascidos em Campinas que eram vendidos em cada ano era provavelmente considerados em menos que 0.7 por cento”.

⁷⁹ As duas hipóteses talvez sejam corretas e complementares, mas ainda faltam estudos específicos sobre essa questão para o Oeste Paulista.

mudança para a economia da região de Campinas, especialmente no tocante a origem da força de trabalho.

Se, como foi visto, até por volta da década de 1830, havia na região grande contingente de escravos africanos, já em 1850 e nos anos seguintes, essa característica muda, com a entrada maciça de escravos oriundos das províncias do Norte, Sul, e Centro-Sul (Minas Gerais e Rio de Janeiro), que mudaria a composição étnica da mão-de-obra na região.

A entrada de um grande número de escravos ladinos, transformaria também, conjuntamente com outros fatores, as relações de trabalho, em especial, nos anos finais da escravidão, quando a rebeldia dos cativos, associada ao movimento abolicionista, provocava fugas em massa das fazendas de café, causando pânico aos senhores.

Quando foi realizada a primeira “matrícula geral” de escravos do Império, no ano de 1872, Campinas tinha cerca de 14 mil escravos, sendo essa, a maior população cativa entre os municípios da província de São Paulo. Segundo Slenes, essa população era, nessa época, “predominantemente “crioula”, isto é, nascida no Brasil. A matrícula retratou uma sociedade de plantation “madura”, mas que ainda não estava à beira do declínio; a economia cafeeira e escravista do município continuou a crescer até o início da década de 1880, quando mudanças políticas, tornando palpável a ameaça da abolição, finalmente dissuadiram os senhores de escravos de comprar mais trabalhadores”⁸⁰.

Mais ainda que isso, Slenes elenca três características fundamentais da população escrava em Campinas no período. Eram elas: o surgimento e a expansão de uma economia de plantation, raízes africanas muito próximas na população escrava das zonas cafeeiras (devido ao intenso incremento de africanos nas décadas de 1820 e 1830) e alta razão de masculinidade da população cativa, mesmo após 1850, quando entravam escravos via tráfico interno⁸¹.

⁸⁰ SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999., p. 71. Essa obra trata de um assunto da maior importância para a compreensão da escravidão nas décadas finais da instituição que é a composição da família escrava. Slenes faz uma discussão historiográfica aprofundada sobre o tema, retomando os trabalhos de vários autores e propondo uma abordagem inovadora, baseada nas tradições de cultura e na herança africana preservada em hábitos alimentares, de moradia e linhagem que compunham elementos essenciais para a manutenção das relações de família e parentesco entre os escravos. Ainda sobre o tema da família escrava, destaca-se o trabalho de MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1998.

⁸¹ *Ibid.*idem., p. 71-73.

Desta forma, seguindo esta argumentação, procurei traçar as pistas que permitem perceber a origem dos escravos que eram negociados em Campinas neste período, mostrando quão específica era esta população cativa.

De acordo com a tabela 3 acima mostrada, parece claro que a maioria dos escravos negociados em Campinas na década de 1870 era originária de outras províncias, especialmente da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Sul, sendo pequeno o número de escravos nascidos em Campinas neste mesmo período que eram negociados fora do município, já que tratava-se de um mercado importador e não exportador de trabalhadores cativos⁸².

Sem dúvida, os efeitos da lei anti-tráfico de 1850, foram de grande amplitude, para o Império e para a região do oeste paulista, como procuramos caracterizar aqui, manifestando-se em vários pontos importantes da sociedade e economia brasileiras. Em Campinas, procuramos mostrar que após a extinção do tráfico, e apesar dela, o número de escravos introduzidos no município foi crescente pelo menos até 1870, para decair somente em 1887. Ainda mais, o fim do tráfico elevou à patamares extraordinários os preços de cativos nesta região, onde a consolidação do café como principal produto de exportação estimulava a aquisição constante de escravos, ainda que a preços muito exagerados. Essa situação, contudo, aos poucos seria modificada nos anos finais da escravidão.

Na década de 1880, quando começa a entrada sistemática de imigrantes para o trabalho na lavoura, e o encaminhamento político para o fim da escravidão torna-se mais acirrado, os preços dos escravos passam a diminuir, como mostra a tabela 4⁸³, contendo preços praticados em Campinas no último ano da escravidão.

⁸² *Ibid.*idem.

⁸³ A tabela em questão segue os preços de escravos estipulados pela lei de 1885 (“Lei dos Sexagenários”). Os preços já constavam no Projeto Dantas de 1884, assim como no posterior Projeto Saraiva de 1885, que incluiu os escravos menores de vinte anos, cujo preço determinado era 1:000\$000. Embora os preços praticados em 1887, registrem queda em relação aqueles das décadas de 1850 e 1870, estavam acima dos preços de mercado no Sudeste para o ano de 1885. Muitos senhores, em suas avaliações, usaram os preços determinados pela lei. Segundo Joseli Mendonça, a lei determinando os preços, objetivava dirimir dúvidas quando da avaliação dos escravos nos processos e ações de liberdade nos tribunais. É comum observar nesses processos, acirradas discussões em torno do preço da liberdade dos cativos. Os senhores frequentemente reclamavam das avaliações, cujos preços consideravam abaixo dos praticados no mercado. MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, Campinas, 1999, p. 261-272. OS textos do Projeto Dantas, do Projeto Saraiva e da Lei dos Sexagenários encontram-se na íntegra nessa obra. Agradeço ao Prof. Robert Slenes (IFCH-Unicamp) as informações sobre a tabela de preços desses documentos.

Tabela 4

Valores dos escravos em Campinas no ano de 1887			
Idades	Preços totais	Total de Escravos	Preço individual
Menos de 30 anos	2.293:875\$	2834	809\$412
de 30 à 40 anos	3.071:200\$	4113	746\$705
de 40 à 50 anos	1.245:850\$	2248	554\$203
de 50 à 55 anos	191:500\$	522	366\$858
de 55 à 60 anos	49:250\$	269	183\$085

Fonte: Relatório apresentado pela Comissão Central de Estatística. São Paulo, Leroy King Bookwalter, Tipografia King, 1888.

Contribuem para este movimento de queda nos preços, as constantes fugas de escravos das fazendas principalmente e a propaganda e ação abolicionista na capital e no interior da província, desestimulando a especulação com a venda de escravos para o oeste paulista, pois desde a década de 1880, o comércio interprovincial ou inter-regional de escravos entre o norte e o sul do Império, vinha sendo dizimado pelos impostos que sobre ele incidiam, elevando as taxas de entrada sobre novos escravos na província. No entanto, mesmo neste período crítico, na região de Campinas, área onde a cafeicultura já encontrava-se bastante fixada e amadurecida, o apego à escravidão era ainda bastante considerável, diferentemente das áreas mais novas recentemente incorporadas à esta economia .

*“Quando a Assembléia provincial de São Paulo aprovou, em 1884, a primeira verba para o pagamento de passagens aos imigrantes, o tráfico (interno) estava praticamente morto há cerca de três anos e o comércio residual, que então se fazia sob a forma de contrabando, tinha em vista precisamente fornecer escravos às fazendas do oeste, cujos proprietários (...) haviam constituído justamente o setor da cafeicultura provincial a criticar o imposto proibitivo lançado em 1881”.*⁸⁴

⁸⁴ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Editora Nova Fronteira, s.d., p.36.

Isso evidencia a postura dos grandes proprietários de escravos e terras em Campinas nos finais do século XIX. Ou seja, havia neste município um interesse, próprio das áreas mais antigas da lavoura de exportação, em manter a escravidão ainda por mais algum tempo, embora a lei de 1885 houvesse praticamente dado o golpe final à instituição. Neste contexto de muitas transformações e rupturas da ordem escravista, o município de Campinas cresce nos aspectos demográfico e econômico, modernizando-se rapidamente com o impulso oferecido pelos investimentos oriundos do café, mas arrastando até os últimos momentos antes do 13 de maio a instituição agonizante da escravidão, da qual sempre relutava em desvencilhar-se. Deste modo, evidenciam-se os principais aspectos que adquiriu o tráfico de escravos para o Centro-Sul e para Campinas mais especificamente após 1850, sendo essas características da população escrava conduzida para a região via tráfico interno, um importante fator para o entendimento de problemas relativos tanto à escravidão nas fazendas, como também em seu desdobramento na área urbana do município, sendo necessário compreender as origens e a dinâmica dessa contínua transferência de indivíduos escravizados de um local para outro, de uma província para outra, como um fator que dá ao estudo da escravidão em Campinas, um significado próprio, que reside no fato do município ser um dos mais ativos mercados na província para o comércio de cativos.

Capítulo III

Campinas: aspectos da evolução urbana após 1850

Até o momento, procurei mostrar a importância dos fatos e situações gerados pelo fechamento do tráfico atlântico de escravos para o Brasil, com especial atenção para as implicações deste problema em uma área em franca expansão demográfica e econômica como era Campinas na segunda metade do século XIX. Essa longa digressão sobre o assunto é necessária, pois como foi evidenciado, sem uma análise mais detida das questões que envolveram o encerramento do fluxo de escravos para o país, bem como os problemas que envolveram a reorganização da força de trabalho escrava e que se consumaram no tráfico interprovincial ou mesmo intraprovincial, seria impossível acompanhar os acontecimentos históricos mais pontuais em torno da escravidão urbana em Campinas. Essencialmente, essas questões que foram desenvolvidas até aqui, dão a tônica ao problema da escravidão no município e omiti-las deixaria uma lacuna importante a ser preenchida.

É inegável que o problema da escravidão em Campinas, como foi visto anteriormente, está relacionado com a expansão da lavoura cafeeira, pois sem isso, seria incompreensível a análise da escravidão urbana. Se as questões abordadas dizem respeito ao tráfico interno de escravos para a lavoura, no entanto, esse contingente de novos escravos que constantemente chegava ao município representou também um aumento da população escrava urbana, como pretendo mostrar a seguir.

Abordar a escravidão urbana em Campinas, é sem dúvida um trabalho de seguir indícios, que ora aparecem evidentes, ora desaparecem por completo deixando espaço para muitas dúvidas. Isso se deve aos tipos de fontes primárias que estão disponíveis para que o historiador realize sua tarefa de investigar os rastros deixados na cidade pela movimentação cotidiana dos escravos pelas ruas.

Assim, seguir esses indícios, em busca de algumas histórias, as vezes bastante particulares, que se misturam com acontecimentos e características mais complexas da escravidão própria de uma área de grande lavoura, exige muita atenção, para que os poucos resquícios dessa história que possam ser encontrados não se percam pelo caminho.

Aliás, os caminhos dessa história podem ser reveladores de aspectos muito interessantes sobre a presença de escravos na cidade e é por isso que começarei essa busca tentando percorrer esses antigos caminhos.

Atividades urbanas e expansão econômica

A região que ficou conhecida por Oeste Paulista e da qual Campinas faz parte, juntamente com outras várias cidades, foi durante a segunda metade do século XIX um dos mais importantes pólos produtores de café da província de São Paulo, bem como teve relevância na economia do Brasil imperial como um todo.

A história da evolução urbana em Campinas apresenta vários momentos, passando de pequena freguesia de Jundiá para Vila de São Carlos ainda no século XVIII. Inicialmente a região de Campinas tem como base de sua economia o cultivo da cana-de-açúcar realizado conjuntamente com a produção de gêneros para consumo interno e eventualmente, com outras regiões da capitania de São Paulo ou mesmo com Minas Gerais e Rio de Janeiro. Eram produzidos ao lado do açúcar, o feijão, o milho, o toucinho entre outros gêneros que serviam ao comércio de abastecimento.

A expansão da lavoura açucareira trouxe importantes transformações para a pequena Vila de São Carlos, já nas décadas iniciais do século XIX, e que seriam incrementadas ainda mais, após a introdução dos primeiros pés de café na região. Este produto, o café, foi sem dúvida o impulsionador da rápida expansão urbana da cidade de Campinas e das cidades da região, gerando um surto de crescimento econômico e trazendo novos empreendimentos essenciais para a economia do Brasil durante o século XIX, tais como os investimentos em estradas de ferro, financiadas por capitais ingleses em sua grande maioria⁸⁵.

Deste modo, Campinas cresce, especialmente após meados do século XIX, através da riqueza gerada pela lavoura cafeeira, e este fator relaciona intimamente a expansão urbana com o campo, pois é este último que permite o surgimento na cidade das atividades mais especializadas ligadas à produção do café, tais como as indústrias de maquinarias para beneficiamento do produto, transportes, além do crescimento da atividade comercial, setor este, primordial para pensarmos o incremento do espaço urbano, pois as casas comerciais

⁸⁵ PELLICCIOTTA, Mirza M. B. Op. cit. p. 103.

surgem não somente para os negócios que abrangiam o café, mas cresce o número de estabelecimentos que vendiam tecidos, alimentos, artigos importados, assim como, a expansão urbana exigia que se oferecesse opções de serviços para a população que habitava ou negociava nas ruas do centro da cidade. Cresce o número de hotéis, especialmente após a implantação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que trazia negociantes e fazendeiros de café de São Paulo ou de outras províncias para Campinas.

Portanto, Campinas na segunda metade do século XIX apoia-se na produção cafeeira que lhe permite estender o espaço urbano, tornando-se a cidade em 1872,

“cabeça da Comarca” da Província tal a importância que esta nova produção agrícola adquire. De forma paralela, a relação rural/urbana na economia cafeeira ganha uma nova articulação acompanhando a evolução das plantações e sua riqueza agrícola – presente na elevação das rendas municipais (entre as maiores da Província em 1871) e na dinamização de suas funções comerciais e produtivas. Veremos a cidade de Campinas a partir da década de 1850 se diversificar e receber, já nas décadas seguintes, um complexo conjunto infra-estrutural que é capaz de equipará-la à cidade de São Paulo na década de 1880”⁸⁶.

A partir da década de 1850, crescem as atividades produtivas no município, de modo geral, sendo que a dinâmica relação entre o meio rural e o urbano adquire novos contornos, com a expansão dos setores comerciais e de serviços, além de uma incipiente indústria, com a presença de fábricas de diversos tipos. Nesse período surgem oficinas de fundição e mecânica, que atenderiam a demanda por ferramentas e máquinas agrícolas exigida pela produção do café. Datam desses anos a Fábrica de Chapéus e Máquinas Agrícolas dos Irmãos Bierrenbach e de 1858 a Oficina dos Irmãos Faber (fundição e mecânica), constituídas com apoio do capital cafeeiro⁸⁷.

A cidade, tornara-se portanto, fornecedora das atividades agrícolas, oferecendo produtos manufaturados diversos, arreios, carroças, obras de carpintaria e ferro, destacando-se ainda, uma pequena especialização comercial e produção de bens de consumo.

⁸⁶ Ibid. idem. p. 103.

⁸⁷ Ibid. idem. p. 104.

“A cidade desenvolve-se neste momento como função complementar à principal atividade produtiva (a cafeeira) e desempenha um papel relevante no conjunto da produção agrícola da província mantendo relações com as cidade de Goiás, Uberaba, Franca, entre outras”⁸⁸.

Marca do desenvolvimento econômico e da expansão urbana da cidade neste período, encontramos na diversificação dos hábitos de consumo da população, que aderiu rapidamente aos modismos em voga na Europa, permitindo a instalação no comércio local, de casas especializadas em produtos importados, que atendiam uma população ávida por novidades burguesas.

José de Castro Mendes chama nossa atenção para influência francesa no comércio de Campinas, *“a partir dos meados do século passado”*. Surgem lojas de roupas, restaurantes que anunciavam o melhor da cozinha francesa, casas de música que vendiam partituras e pianos importados, tal como acontecia no mesmo período na capital São Paulo.

[Casas como] *“La Parisienne” “fabricava viaturas elegantes, caleças e coupés nos tipos mais usados em Paris. Localizada à rua do Comércio (Doutor Quirino), centro das mais importantes casas comerciais da época. “La Mode Parisienne” era muito procurada pelas senhoras elegantes, que ali encontravam completo sortimento de fazendas e adornos. Uma oficina de costuras muito conhecida era “Au Printemps”, com especialidade em roupas para crianças”⁸⁹.*

Nos jornais do século XIX em Campinas, aparecem ainda anúncios de restaurantes, hotéis, lojas de ferragens e maquinários que trabalhavam com equipamentos importados, ou ofereciam serviços requintados para as camadas altas da população, cuja abastança era fruto da lavoura do café e da exploração do trabalho escravo no campo e na cidade. Esclarece ainda Castro Mendes que

“Modistas, joalheiros, alfaiates, cabeleireiros, hotéis, etc., levantavam suas tabuletas de reclame nas quais indicavam a arte de bem comer e de vestir (...) E na cidade pequena [Campinas], de casas baixas, de largos beirais, que deitavam sombras nas ruas estreitas de ares provincianos, isso naturalmente causava a melhor impressão, nivelando-a aos grandes centros onde a cultura francesa gozava de larga aceitação”⁹⁰.

⁸⁸ Ibid. idem, p. 105.

⁸⁹ MENDES, José de Castro. História de Campinas: suplemento do *Correio Popular*, n. 10: 6-7. 31 de outubro de 1968, apud em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n 162, jul/set. 1996, p. 264.

⁹⁰ Ibid. Idem, p. 264.

Neste sentido, a ampliação do espaço urbano da cidade proporcionado pela agricultura de exportação cujo produto básico era o café, trazia elementos de “modernização” para a antiga Vila de São Carlos, que passava apressadamente por um processo de dinamização econômica e aumento da população urbana, o que trazia, por consequência, a necessidade de mais serviços que atendessem os reclames desses novos personagens.

.....Escrevendo sobre Campinas no ano de 1865, portanto ainda nas décadas iniciais deste processo de expansão urbana, relatava Alfredo d’Escagnolle Taunay:

“Já tem Campinas seus dez mil habitantes, apresentando notável movimento comercial. Várias de suas casas particulares ostentam aparência luxuosa.

As ruas, embora bem alinhadas e extensas, não tem calçamento regular nem se acham niveladas. Vêm-se grandes lajes xistosas vindas de Itu. Não se prestam à edificação mas são ótimas para formar os passeios das ruas. (...)

Temos tido a melhor impressão de Campinas, cidade próspera e rica, muito animada e progressista cujo adiantamento dia a dia se comprova pelo aumento da população, as construções de novas e numerosas casas e a abertura de estabelecimentos comerciais importantes. Sente-se que é uma cidade opulenta onde há grandes fortunas e onde as transações avultam”⁹¹.

Se em 1865 quando escrevia Taunay as ruas ainda não eram niveladas, em breve sentiriam as autoridades municipais e os habitantes mais prestigiosos da cidade a necessidade de regularizar-se os arruamentos, os passeios e praças públicas. Para tanto, foi editado já em 1864 o Código de Posturas, que tornou-se o instrumento através do qual a Câmara Municipal intervinha no espaço urbano, disciplinando as construções, construindo passeios públicos onde os transeuntes pudessem andar sem risco, procurando zelar pela limpeza pública proibindo o depósito de lixo nas fachadas das casas, prática comum em qualquer cidade do século XIX, além de buscar organizar o trânsito de tropas, carroças e comboios de escravos que porventura viessem adentrar as ruas da cidade⁹². Mesmo assim, o

⁹¹ TAUNAY, Alfredo d’Escagnolle. (Cartas de Campinas). Apud em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 150 abril/junho de 1993, p. 114-115.

⁹² BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução*. Universidade de São Paulo, FFLCH, dissertação de mestrado, 1990, comentando sobre a racionalização do espaço urbano esclarece que “o capital acumulado pelo café procurava diversificar-se em atividades urbanas, quer em empresas públicas ou privadas (...) não porque os fazendeiros, desprendidamente, resolvessem investir no

espaço urbano da cidade sofreria ainda com a falta de organização e infra-estrutura por algumas décadas, ou seja, até pelo menos o final dos anos 1870, a cidade ainda apresentava problemas graves quanto aos passeios públicos e trânsito nas ruas, mesmo contando com os esforços do poder público no sentido de disciplinar os arruamentos.

Na década de 1860 quando passou por Campinas, Emílio Zaluar escrevera sobre a cidade com bastante otimismo, prevendo um futuro bastante animador, com a diversificação econômica apresentada pela produção de gêneros agrícolas, o surgimento de algumas poucas fábricas de licores, oficinas de vários tipos, lojas de chapéus, modas e ferragens, entre outros muitos aspectos que aos olhos do viajante, apontavam para um rápido desenvolvimento urbano. Mostrava ainda Zaluar, quantos e quais seriam os benefícios que trariam para cidade o prolongamento da estrada de ferro, sem a qual, estes anseios de progresso se tornariam inviáveis.

Comentando sobre as impressões que vários viajantes do século XIX deixaram sobre Campinas, Odilon Nogueira de Matos, compara as passagens do texto de Zaluar com uma descrição da cidade feita pelo jornalista Henrique de Barcelos, um dos pioneiros da imprensa no município, em uma crônica publicada em 1897 que conta como era a cidade em 1869. Vale a pena ler esta passagem de Barcelos contida no citado trabalho de Matos:

“A cidade era uma mesquinha aldeia, não havia calçamento. As ruas eram atoleiros. Na rua Direita, os quarteirões mais freqüentados da cidade, apenas algumas tiras de pedra bicudas, temor dos calos e alegria dos sapateiros, fingiam de calçamento. Na rua do Comércio havia buracos enormes onde cabia um homem. Não falemos de outras ruas, principalmente a de Baixo (...), onde o comércio tinha maior pujança. Era uma miséria. No presente, na colina onde hoje se eleva a Estação e vistosas construções, oficinas Lidgerwood, Mac-Hardy e elegantes chalés, não havia nada disso, era um campo (...) No Largo do Rosário, da Cadeia, e do Teatro, a erva crescia. Havia dois colégios, em verdade, mal organizados, oito escolas de instrução primária, onde o que menos se ensinava era ler, escrever e contar. As crianças saíam de lá conhecendo vários vícios e sabendo meter o dedo no nariz (...) A civilização chegava tardia. Os meios de comunicação eram difíceis”⁹³.

melhoramento de sua cidade, mas porque ela passava a ser encarada como um bom negócio, seja pelos lucros indiretos ligados à produção de café, seja pelo processo de transformação da própria cidade em uma mercadoria capaz de ser vendida” (p. 53-54). Ver também LAPA, José Roberto do Amaral. A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo 1996, p. 54 e seguintes.

⁹³ MATOS, Odilon Nogueira de e RICCI, Maria Lúcia de Souza Rangel. *Um pouco da História de Campinas*. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 1985, p.70.

Odilon Nogueira de Matos pergunta-se então qual seria a razão para tão pessimista retrato traçado por Barcelos, e sugere ser o fato do jornalista estar, nas lides de sua profissão, sempre reivindicando do poder público, melhorias para a cidade, fazendo das suas crônicas uma espaço privilegiado para tais assuntos.

Mesmo assim, o relato de Barcelos parece não ser tão infundado. Comparando-se sua descrição da cidade com outros autores, percebe-se uma certa confluência de informações quanto ao aspecto urbano da cidade durante as décadas de 1860 e 1870. Algumas das crônicas mais eloqüentes sobre a história de Campinas, foram escritas por Geraldo Sesso Júnior⁹⁴, em obra que pode ser considerada fonte impressa sobre a história da cidade. O autor descreve em detalhes, o quão arriscado era andar pelas ruas de Campinas nesses tempos, pois, não havia iluminação pública (implantada no ano de 1872) e a violência era um grave problema no espaço urbano, ocorrendo, na calada da noite, crimes, assaltos e espancamentos, cujo fundamento quase sempre era fruto de brigas pessoais ou motivos políticos.

Já contando com uma casa de espetáculos onde exibiam-se espetáculos de porte, fato este que impressionou ao mencionado Emílio Zaluar, que a descreveu como “*melhor que o [teatro] da capital*”⁹⁵, a vida dos freqüentadores do teatro São Carlos parecia não ser muito fácil, quando após as apresentações, precisavam voltar para suas casas. Sesso Júnior assim descreve este peculiar movimento noturno da Campinas oitocentista:

“Tão logo terminavam as funções, muitos espectadores, que se retiravam, já tinham à espera, conduções próprias e outros se utilizavam de carros de praça e os que não podiam ou não tinham condução, já ao sair do teatro, desembulhavam as lanternas a querosene, para iluminar o caminho. Quando se dirigiam para o teatro tudo era divertimento, mas quando se tratava de voltar para casa é que começava a angústia; iam sempre atentos, olhando com cautela por todos os lados, principalmente ao dobrarem alguma via; às vezes, com atenção voltada para os lados, o cidadão esquecia-se de onde estava pisando, e lá ia ao solo, fazendo-se o lampião em mil pedaços. Como naqueles tempos quase não existiam calçamentos em nossas ruas, qualquer cristão acabava fraturando alguma parte do corpo ou ficava todo enlameado, pois eram inúmeros os buracos existentes na antiga Campinas. Pessoas mais afortunadas ao retirar-se de

⁹⁴ SESCO JR., Geraldo. *Retalhos da velha Campinas*. Prefácios de Sólon Borges dos Reis e João Batista de Sá (Jolumá Brito). Gráfica e Editora Palmeiras Limitada. Campinas, 1970.

⁹⁵ ZALUAR, op. cit., p. 139.

*qualquer reunião à noite tinham à espera capangas valentes, pagos para acompanharem os amos até suas casas*⁹⁶.

Portanto, pode-se perceber por estas narrativas, como a cidade ainda carecia de melhoramentos. Sem dúvida, apesar de experimentar um rápido progresso econômico, Campinas ainda mantinha aspectos que faziam lembrar da antes pequena vila colonial e estas características mudariam paulatinamente.

O fato, no entanto, é que a cidade, embora enfrentasse ainda por vários anos problemas com arruamentos, buracos, enchentes e saneamento principalmente, começava a delinear-se com um dos mais promissores centros urbanos do interior da província. Foi a implantação da estrada de ferro que, definitivamente, contribuiu para as mudanças no aspecto urbano do município.

Essas mudanças de comportamento frente à cidade, no que diz respeito ao seu traçado urbano, está, como já foi dito, relacionado com o crescimento da lavoura cafeeira e os lucros e investimentos gerados por esta atividade, bem como pela introdução de formas de transporte inovadoras, das quais a estrada de ferro representa um papel preponderante quanto ao desenvolvimento urbano das cidades paulistas do século XIX. Esses dois elementos, o café e as ferrovias, formam o eixo principal do crescimento econômico e da evolução urbana de Campinas, exigindo uma rápida resposta dos administradores públicos quanto às novas expectativas que a população e os barões do café viam abrir-se para a riqueza. Alfredo Taunay novamente oferece-nos uma excelente observação sobre o crescimento da cidade: *“Não é preciso ter-se grande senso profético para lhe augurar um incremento em todos os sentidos e animação, muitíssimo superior ao que se nota na maioria das cidades do Império até mesmo no litoral. Penso que no momento atual nenhuma outra cidade do Brasil está sob o influxo de progresso igual ao que se nota em Campinas”*⁹⁷.

De fato, ainda que com certa dose de exagero o viajante tinha razão a respeito do acelerado progresso econômico e técnico da cidade, que somente não era maior, devido talvez a manutenção da ordem escravista, embora existisse já a preocupação com a introdução de imigrantes para trabalharem na lavoura de café.

⁹⁶ SESSO JR., Geraldo, op. cit. p.97-99.

⁹⁷ TAUNAY, op. cit., p. 116.

Contudo, a introdução da ferrovia foi de fundamental importância para compreender a rápida expansão urbana da cidade durante as décadas de 1870-80. Em torno da ferrovia e da estação desenvolveram-se muitos estabelecimentos comerciais com vistas a atender o escoamento da produção agrícola, assim como receber viajantes de outros locais que vinham tratar de negócios na cidade. A relevância da ferrovia no desenvolvimento urbano de Campinas pode ser testemunhada mesmo atualmente, pois a região onde encontra-se a estação férrea (ruas 11 de agosto e Andrade Neves) permanece sendo um dos principais locais de comércio da cidade, ainda que a ferrovia e o transporte ferroviário estejam praticamente olvidados em favor das modernas rodovias⁹⁸, mostrando claramente como a cidade estruturou-se e cresceu a partir da introdução deste meio de transporte, pois até 1870, essa área possuía apenas algumas poucas casas, sendo a maioria compostas por chácaras⁹⁹.

Em obra já clássica da historiografia paulista, o citado professor Odilon Nogueira de Matos mostra como a expansão das ferrovias em São Paulo acompanhou todo o trajeto da cultura cafeeira, modificando sobremaneira a paisagem paulista, oferecendo oportunidade para o surgimento de novas cidades, impulsionando o crescimento urbano em cidades já estabelecidas. O autor traça inicialmente um panorama das vias de comunicação existentes na região ainda no período colonial, enfatizando a importância deste nó de caminhos, onde encontra-se a região de Campinas. Os caminhos estabelecidos pela expansão do café na província foram seguidos de perto pela malha ferroviária durante o século XIX, sendo esses dois elementos (café e ferrovias) essenciais para a compreensão das mudanças econômicas e sociais que se verificaram então no oeste paulista¹⁰⁰.

Analisando as modificações urbanas que a ferrovia introduziu na cidade, Bitencourt mostra que esta forma de transporte tinha em seu nascedouro uma estrutura organizacional em moldes capitalistas, que se num primeiro momento atendia as necessidades da produção agrícola do município, por outro incidia decisivamente na “*paisagem da cidade e no*

⁹⁸ Para uma análise detalhada da importância deste tema ver MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, 4ª edição, Campinas, Pontes, 1990.

⁹⁹ GOULART, Edmo. *Campinas, ruas da época imperial*, s.n.t. 1983, p. 75. “Chamava-se [a atual avenida Andrade Neves onde localizava-se a estação da Cia. Paulista] “*rua do Campo*”, por ser um campo aberto, onde se faziam corridas de cavalos em paradas, esporte preferido do tempo”.

¹⁰⁰ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias...*

ambiente urbano". Trouxe também a ferrovia, de acordo com Bitencourt, modificações importantes no rol das atividades urbanas, percebendo-se um crescimento das fundições que disseminavam o uso do ferro, devido a possibilidade de ampliação desse material proporcionada pela malha ferroviária, assim como trouxe para as áreas rural e urbana, o uso da máquina a vapor, representando um avanço técnico em relação às fontes de energia hidráulica e eólica bastante utilizadas até então. Mas não era apenas nesses aspectos que a introdução das ferrovias foi decisiva para a expansão urbana.

"Elas (ferrovias) também potencializaram o comércio local, na medida em que reforçaram a antiga tendência de "pólo regional", herdada desde o período da mineração com o entroncamento de estradas e caminhos. Desta forma, a Paulista segue em direção oeste até São João do Rio Claro, a Mogiana em direção norte, até Mogi-Mirim; posteriormente ainda surgem os ramais férreos da Funilense em direção de Barão Geraldo, e de Cabras, em direção ao Arraial dos Souzas".

Desta forma, a introdução do transporte ferroviário na cidade levou à "valorização do solo urbano", pois, "as ferrovias se incorporaram no processo de transformação do espaço urbano de interesse do capital, quer como empresas de serviços públicos, revelando a união entre capital agrário e o poder público, quer como infra-estrutura de transporte propriamente dito" ¹⁰¹.

O café também pode ser considerado, ao lado da ferrovia, como incentivador de novos investimentos para a área urbana em Campinas, frutos da diversificação econômica proporcionada por esta atividade, cujos excedentes eram investidos nas melhorias do espaço público levando ao surpreendente crescimento do comércio e a expansão de algumas indústrias na cidade. Esclarecendo um pouco mais este aspecto, tem-se que a estrutura urbana que desenvolveu-se nos finais do século XIX e começo do XX, teve como alicerce a iniciativa privada, mais exatamente, os investimentos no espaço urbano refletiam, na verdade, a diversificação econômica proporcionada pela cafeicultura, ou seja, "as atividades urbanas, como comércio atacadista, bancos, passaram a representar,

¹⁰¹ BITTENCOURT, Luiz Cláudio, op. cit., p. 67.

juntamente com os serviços educacionais (escolas), hospitais, transporte, novas oportunidades de aplicação dos excedentes de capital propiciados pelo café”¹⁰².

Encontra-se portanto, a cidade após meados do século XIX, em um momento de ampliação do espaço e das atividades urbanas, pois, ainda que este surto de crescimento tenha-se dado através da agricultura de exportação, é inegável que tal economia agro-exportadora teve importância fundamental para impulsionar na pequena Campinas de então, o comércio, algumas poucas indústrias e serviços que faziam parte da nova anatomia urbana que promoviam a cidade em uma das áreas mais significativas de crescimento econômico da província.

O transporte ferroviário como extensão da produção cafeeira trouxe para as cidades do Oeste Paulista no século XIX modificações importantes e irreversíveis quanto ao crescimento urbano. As melhorias no transporte de cargas e também de passageiros, romperam e superaram alguns inconvenientes originários de antigas formas de transporte, tais como as tropas de mulas, que só perderam sua importância como meio de transporte de mercadorias justamente devido a introdução das estradas de ferro no interior paulista. Até meados do século XIX, cidades como Campinas, Itu, Sorocaba, realizavam intenso comércio de gêneros e de açúcar com áreas como Curitiba e Minas Gerais utilizando largamente o transporte de muare.

Com efeito, a ferrovia valorizou muitas terras nessas cidades, além de acentuar bastante a especialização das áreas cafeeiras, liberando recursos que até então eram aplicados em atividades subsidiárias ao cultivo do café, trazendo a possibilidade de importação de muitos produtos de outras regiões, incentivando a monocultura ainda mais, o que, por outro lado, possibilitou a larga expansão urbana que as cidades do Oeste Paulista experimentaram desde a introdução deste meio de transporte na região¹⁰³, abriu amplas oportunidades de lucros para comerciantes que estabeleceram-se dentro das cidades, cuja demanda era composta pelos próprios senhores fazendeiros de café, assim como pelas camadas urbanas da população, que tinham à sua disposição, artigos inteiramente novos,

¹⁰² CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas, 1870-1956*. Dissertação de mestrado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1991.

¹⁰³ COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2ª Edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982, p. 160-1. “Esse surto ferroviário modificou, fundamentalmente, as condições de transporte das regiões cafeeiras e repercutiu, profundamente na economia (...). A construção de vias férreas favoreceu ainda o

criando-se, ou talvez fosse melhor dizer, espelhando-se, nas grandes concentrações urbanas de cidades importantes como o Rio de Janeiro, no que se refere ao consumo de produtos ou mesmo possibilitando o surgimento de hábitos culturais mais urbanos, representados pelos teatros, jornais, etc.

Além disso, a própria paisagem urbana foi modificada com a introdução da ferrovia, que passou a influenciar o traçado das ruas da cidade, exigindo soluções que contemplassem o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias na região central com o novo desenho que a estação apresentava. Comentando sobre o aspecto arquitetônico do edifício da estação e sua influência na harmonia da cidade, Bitencourt mostra que *“seu desenho precisava seguir o alinhamento dos trilhos, obrigando a implantação do edifício em diagonal com o reticulado e deixando o espaço fronteiro sem solução de projeto para uma praça necessária ao arranjo da estação. Posteriormente, a praça surgiria mais como resultado da evolução dos quarteirões próximos a estação”*¹⁰⁴.

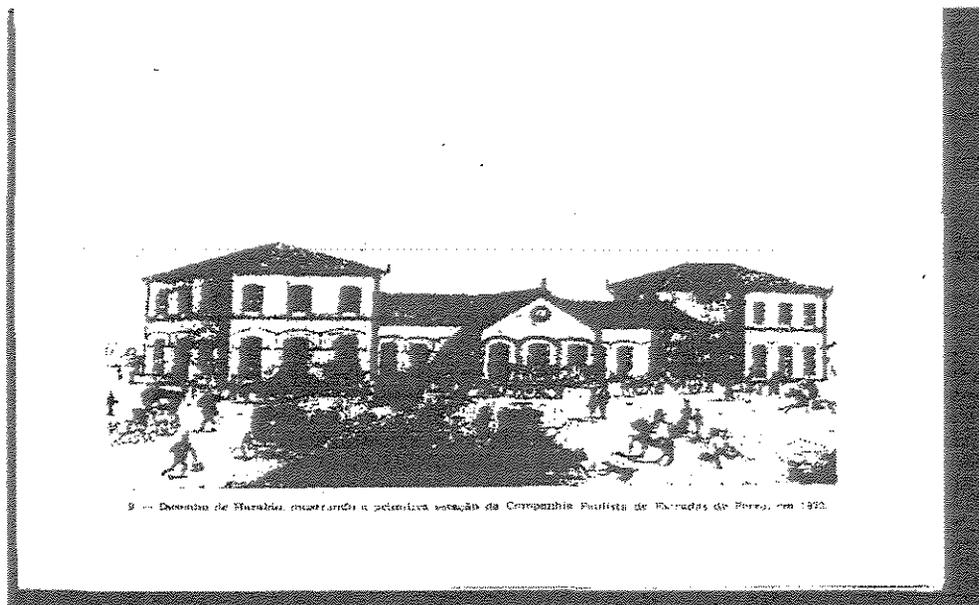
Na realidade, o problema da edificação do prédio da ferrovia demandou, segundo Bitencourt, uma reforma de seu desenho, que inaugurado em 1872, seria completamente modificado em 1884, seguindo os padrões arquitetônicos dos edifícios ingleses¹⁰⁵. Abaixo, pode-se ter uma idéia, através de antigas imagens da estação em Campinas, da modificação de seu projeto durante as décadas finais do século XIX.

O desenho do prédio permanece ainda hoje da maneira como foi concluído com a reforma de 1884, embora a área que envolve o edifício, com as ruas próximas, tenha sofrido uma série de transformações visando atender ao trânsito moderno.

processo de urbanização e facilitou a circulação dos senhores ou mesmo dos escravos (...). Inaugurou, finalmente, um novo campo de investimentos”.

¹⁰⁴ BITTENCOURT, Luiz Cláudio, op. cit., p. 68.

¹⁰⁵ BITTENCOURT, Luiz Cláudio, op. cit., p. 69.



Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1872. Desenho de Harald. Fonte: Geraldo Sesso Jr.



Estação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em 1886. Fonte: Memória do Trem.

Vê-se que o primeiro edifício, inaugurado no ano de 1872, guarda características ainda de uma arquitetura em estilo colonial o que seria completamente transformado quando da edificação da nova estação em 1884, passando a apresentar uma feição tipicamente inglesa, com a torre dominando a arquitetura.

Portanto, o impacto da introdução da estrada de ferro na paisagem urbana pode ser compreendido no âmbito da construção de um complexo centro de atividades que giravam em torno do transporte de carga e de passageiros. A descrição a seguir, pode-se dizer, resume as implicações da ferrovia para a cidade:

“pelos grandes espaços que requisitou, implicando por sua vez em obras de porte, edifícios, equipamentos e instalações, movimentação de numerosa força de trabalho em diferentes níveis de qualificação, envolvendo o complexo da estação com seus escritórios, bilheterias e outras instalações e repartições, pátio de manobras, gare de embarque e desembarque de passageiros, plataforma de carga e descarga, oficinas de manutenção, fabricação e montagem, armazéns, além de divisões localizadas fora desse complexo, a ferrovia na verdade alterou profundamente o desenho urbano de Campinas”¹⁰⁶.

Dessa forma, a ferrovia exerceu profunda influência na cidade, tanto no aspecto econômico da economia cafeeira, como no próprio traçado das ruas, levando inclusive, a Câmara Municipal à elaborar novos códigos de posturas que disciplinassem o trânsito a partir da estação férrea, que tornou-se então, ponto de referência para fluxo de pessoas, carros de passeio (tílburis, coches, etc.), comércio e transporte de cargas¹⁰⁷.

Não apenas nestes aspectos relacionados à produção de café e ao desenvolvimento do transporte ferroviário percebe-se a evolução urbana da cidade. Uma característica significativa deste período em Campinas, é a diversificação e mudanças nos hábitos de consumo da população, especialmente daquelas pessoas que possuíam uma renda elevada, que passavam a exigir produtos cuja posse e consumo indicavam status imediato, tais como tecidos importados, pianos, e outros itens que o comércio local rapidamente procurava atender, encontrando oportunidades de lucro bastante animadoras. Como foi mencionado no início deste capítulo, começavam a aumentar em número as lojas que ofereciam à

¹⁰⁶ LAPA, José Roberto do Amaral.; op.cit. p.24.

¹⁰⁷ Os artigos dessas posturas estão transcritos em LAPA, José Roberto do Amaral.; op.cit. p. 26.

população mercadorias importadas da Europa, que tinham grande aceitação na provinciana Campinas oitocentista.

Estas mudanças de hábitos e de cultura na cidade, podem ser observadas quando da estada de Taunay, em obra já citada, quando estava em Campinas a espera das ordens para seguir rumo à zona de conflito durante a Guerra do Paraguai. O viajante certamente participava bastante da vida “noturna” da cidade, como deixa entrever pelas cartas que enviou à família. Numa dessas passagens, relata Taunay que:

*“Em Campinas gosta-se muito de música e existem boas bandas de orquestras que tocam excelentes quadrilhas nos bailes”. A nata da sociedade exibia aos olhos de Taunay, seus novos hábitos de consumo: “No dia 1^a de maio demos um sarau à alta sociedade e se apresentaram muitas senhoras no rigor das **toilettes**, ombros descobertos bem decotados e com profusão de diamantes. É a terra deles. Meninas tinham grandes broches de 3, 4 e 6 contos de réis. Dançou-se até às três da madrugada e houve sempre grande contentamento”¹⁰⁸.*

Certamente, tinha razão Taunay ao afirmar “*é a terra deles*”. De fato, essa elite que aspirava ansiosamente pelos novos hábitos que a cultura urbana propiciava, demonstrava estar ao par das modas da corte, que por sua vez, almejavam equiparar-se à cultura européia. Seguindo ainda o relato de Taunay, vê-se como a estada do viajante em Campinas foi marcada por essas novas práticas de sociabilidade, disseminadas nas reuniões das famílias mais poderosas da cidade. Escreve Taunay à sua irmã em maio de 1865: “*A nossa permanência em Campinas tem sido a mais agradável, já não sei a quantas festas, saraus, jantares e bailes temos assistido*”¹⁰⁹. A graciosidade das jovens campineiras com seus caros broches também não escapavam à pena do viajante: “*Há aqui muitas moças agradáveis e dadas com quem constantemente nos encontramos nas festas e dançamos. Duas delas são sobretudo muito bonitas e nós os rapazes as alcunhamos o Sol e a Lua*”. Homem de grande cultura, não deixava Taunay de atender aos pedidos para que ao piano, interpretasse trechos de óperas solicitados pelos ouvintes e freqüentadores dos saraus nestes moldes: “*Sr. Taunay, vamos, toque-nos aquela lindíssima ária do **Ernani**, de que tanto gosto: **Bello como il mio primo amore!***”¹¹⁰.

¹⁰⁸ TAUNAY, op. cit. p. 128.

¹⁰⁹ Ibid. idem.

¹¹⁰ Ibid. idem.

Em crônica já citada, José de Castro Mendes, procura mostrar que os hábitos elegantes da população de Campinas podiam ser atendidos por uma diversidade de estabelecimentos comerciais especializados.

“Um dos mais conhecidos estabelecimentos de moda que a cidade contava no seu importante comércio era a “Notre Dame de Paris”, de proprietários portugueses, localizada à rua Dr. Quirino, canto do tradicional Beco do Inferno, hoje desaparecido. Além, do grande e primoroso estoque de fazendas finas, casimiras, lã e sedas importadas (...) esta casa, frequentada pela alta sociedade campineira, mantinha “atelier” de costura sob a direção de hábil contra-mestra francesa. Dali saíam finíssimos enxovais para noivas endinheiradas que exigiam o que havia de melhor no ramo”¹¹¹.

Desta forma, o impulso de crescimento que o município recebeu na segunda metade do século XIX, foi, sem sombra de dúvida, originário de duas atividades econômicas interligadas: o café e as ferrovias, atividades essas que modificariam também todo o traçado urbano da pequena Campinas, obrigando as autoridades municipais e os empreendedores particulares, a resolverem novos problemas ligados ao espaço urbano.

De fato, deve-se estar de acordo que:

“A economia cafeeira definiu um padrão de acumulação ao qual correspondeu uma organização territorial marcada, entre outras coisas, pela importância de uma rede urbana sustentada por algumas cidades significativas como Campinas, São Paulo, Santos, Rio Claro, entre outras. Neste contexto, Campinas constituía-se num centro regional de vital importância, fato que, explica sua espetacular estrutura urbana naquele final de século”¹¹².

Na realidade, como foi mencionado acima, a iniciativa dos senhores do café teve papel crucial nessas mudanças na estrutura urbana, devendo-se à capacidade de investir dessa classe, o acelerado crescimento do comércio local, assim como o surgimento de algumas indústrias já no final do século XIX, sobretudo, indústrias que estavam ligadas a

¹¹¹ MENDES, José de Castro, op. cit. p. 265.

¹¹² BITTENCOURT, Luiz Cláudio, op. cit., p. 76 e p. 83. “Por outro lado, a expansão da cafeicultura, ampliava também o processo de expansão da diversificação das atividades urbanas diretamente subsidiárias ou não (...) além da diversificação e sofisticação das atividades urbanas, os serviços públicos, notadamente à partir da instalação do parque ferroviário (...) vinham equipando a cidade com o que havia de melhor em termos de infra-estrutura urbana para o período: mercado municipal, gasômetro, bondes, telefones, matadouro, telégrafo nacional, águas e esgotos, etc”.

produção de café, oferecendo máquinas agrícolas, que demonstravam, sobretudo, uma perspectiva de maior produtividade dessa economia.

Os investimentos na infra-estrutura urbana, a partir de 1870, em grande parte mobilizados pelo capital privado, oriundo do complexo cafeeiro, foram responsáveis pelo incremento de várias melhorias na cidade, nos setores de transporte público, saúde, educação: nesse rol de novos empreendimentos, destacam-se a introdução dos bondes desde 1879, ferrovias a partir de 1872, iluminação a gás em 1875, telefonia em 1884, telégrafo em 1880, escolas a partir de 1863, hospitais em 1872, instituições de caridade ao longo da década de 1860, além da iluminação elétrica já em 1910, água e esgoto em 1892, limpeza pública em 1890¹¹³.

Porém, esse surto de expansão econômica verificado em Campinas neste período, mostra ao historiador que se debruça sobre este passado, alguns limites, que certamente, para evadir-se do anacronismo, talvez não se apresentassem de forma precisa aos coetâneos. Ou seja, ao mesmo tempo que os investimentos oriundos da economia cafeeira e da implantação do complexo ferroviário foram de fundamental importância para a nova configuração urbana da cidade, essas formas de inversão dos capitais na infra-estrutura urbana privilegiava a expansão do setor de serviços, função que a cidade assumia sem problemas e fica provado pelo número de estabelecimentos comerciais nas décadas finais do século XIX.

Segundo o “Almanak” da Província de São Paulo de 1873, Campinas aparece com vários estabelecimentos comerciais, de tipos muito variados, onde a população local, encontrava gêneros de todos os lugares e também artigos importados da Europa. Do documento constam ainda, além das casas comerciais, vários tipos de artes, indústrias e ofícios, que, embora estejam definidos de forma confusa, oferecem uma boa idéia da diversidade comercial e industrial do município na década de 1870.

¹¹³ PELLICCIOTTA, Mirza Maria B. op. cit. p. 108.

Tabela 5

Comércio e fábricas em Campinas na segunda metade do século XIX.	
Casas de comércio	
Casas de comissões, depósitos de sal, açúcar, etc.	37
Lojas de fazendas e armarinhos	44
Lojas de roupas feitas.	2
Loja de jóias	1
Lojas de ferragens	16
Depósitos de cal	7
Depósitos de calçados	5
Depósitos de chapéus	2
Depósitos de cigarros e charutos	2
Depósitos de correias para máquinas	1
Depósito de farinha de trigo	1
Depósitos de ferro e zinco	2
Depósitos de máquinas de costura	3
Depósitos de máquinas e instrumentos aratórios	3
Depósitos de gêneros norte-americanos	2
Depósitos de madeiras	9
Depósitos de vinho	3
Armazéns, molhados, etc.	22
Armazéns de secos, molhados e gêneros do país	150
Artes indústrias e ofícios	
Abridores	1
Afinadores de pianos	3
Alfaiates e alfaiatarias	30
Alugador de carros para funerais	1
Armadores de gala para festividades e funerais	4
Armeiros	2
Barbeiros e cabeleireiros	4
Bilhares	5
Bilhetes de loteria	1
Caldeireiros	3
Carpinteiros	29
Carroceiros	12

Chapeleiro	1
Cigarreria	1
Casa de mobílias	1
Cocheiras de carros e animais de aluguel	7
Colchoeiros	2
Confeitarias	2
Doceiras	4
Encanador	1
Engomadeiras	5
Entalhadores	2
Fábrica de cerveja	1
Fábricas de chapéus	3
Fábrica de charutos	1
Fábricas de descaroçar e enfardar algodão	2
Fábricas de licores	3
Fábricas de máquinas	4
Fábricas de trollys, carros e carroças	6
Fábricas de vinagre	2
Ferradores	4
Ferrarias	3
Ferreiros e serralheiros	12
Fogueteiros	4
Fundições de ferro e bronze	2
Fundidores de metais	2
Funileiros	7
Hotéis e casas de pasto	10
Joalheiros	6
Jogo da bola	1
Maquinistas	4
Marceneiros e marcenarias	19
Modistas e costureiras	6
Olarias	13
Ourives	6
Padarias	8
Pedreiros	9
Fotografias	2

Pintores	7
Refinação de açúcar	1
Relojoeiros e relojarias	5
Sapateiros	8
Seleiros	11
Talhos de carne	15
Tanoeiros	4
Telheiro	1
Tintureiros	3
Torneiros em ferro e metais	3
Torneiros em madeira	2
Fonte: Almanak da Província de São Paulo, 1873.	

Destaca-se também entre as décadas de 1870 e 1880 a ampliação da rede bancária, com o estabelecimento de novas casas na cidade, importantes para a realização dos investimentos da economia cafeeira e da expansão urbana. As casas bancárias dessa época, eram o Banco Mercantil de Santos, funcionando a partir de 1873, o London and Brazilian Bank, também de 1873, Banco Comércio e Indústria, a partir de 1883, Banco União de São Paulo, estabelecido em 1883, Banco dos Lavradores, também inaugurado em 1883, Banco do Brasil e Banco da Província. Esses bancos eram importantes como financiadores da iniciativa privada, que investia na melhoria dos serviços urbanos, do comércio e principalmente da lavoura¹¹⁴.

Entretanto, esta forma de expansão tinha seus limites definidos pela pequena indústria que emergia na cidade, que certamente era de grande importância, mas não desenvolvia formas integradas que a aproximassem de uma possibilidade de industrialização efetiva, redundando em torno do complexo cafeeiro e dele tornando-se dependente, sem mostrar-se apta a assumir a frente da economia do município. Mas além desse problema, o outro lado da moeda mostrava mais claramente os limites da “modernização” da cidade. Tratava-se, como vimos, de uma expansão econômica baseada

¹¹⁴ LAPA, José Roberto do Amaral.; op. cit. p. 38.

na agro-exportação e indissolavelmente sustentada pelo trabalho escravo, o que gerava conflitos sérios tanto em relação ao aspecto da expansão econômica, pois a crise da

escravidão já delineava-se como inadiável problema a ser resolvido, como no aspecto social, representava um campo de conflitos em relação ao meio urbano, como será mostrado posteriormente, haja visto que

..... *“Campinas era uma cidade cuja maior parte da população era negra. Na década de 70 [do século XIX], possuía duas vezes mais escravos que qualquer outro município paulista. Em 1872, quase a metade de sua população era cativa. Somados aos negros e pardos livres, o contingente não branco da população campineira atinge cerca de 60% do total. Sofreu tanto ou mais que qualquer outro município da província as incertezas, as tensões, os medos e os conflitos que também compuseram o processo de liberdade”*¹¹⁵.

Estas contradições, provocadas no seio da cidade pela constante tensão entre o “moderno” aspirado pela camada abastada e o arcaico, personificado na instituição escravista, pode ser percebida com clareza nos veículos de comunicação que dispunha a progressista nata da sociedade campineira, especialmente os jornais editados neste período. Vê-se anúncios diversos de produtos de luxo, serviços como hotéis refinados e casas bancárias de grande prestígio, artigos de qualidade, condizentes com as exigências de ostentação dos barões de café, importados das melhores casas da Corte ou mesmo do Velho Mundo, e ao virar a página do jornal, deparava-se o leitor com os anúncios de aluguel, compra e venda da “mercadoria” escravos, assim como notícias de crimes e fugas cometidos por cativos, contrastando sobremaneira com o ímpeto de modernidade que a cidade e sua população nobre desejavam mostrar.

Escrevendo sobre o Brasil imperial, Alencastro mostra que a *“mercadoria-fetichê dessa fase econômica e cultural será o piano”*¹¹⁶, o que podemos projetar como produto consumido não somente no Rio de Janeiro, sede da corte imperial, mas é certo que muitas outras cidades comercializavam instrumentos. Em Campinas, tal situação pode ser comprovada pelos diversos anúncios publicados nos jornais da cidade oferecendo pianos à

¹¹⁵ FREIRE, Regina Célia Xavier. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH – UNICAMP, Campinas, 1993, p.8.

¹¹⁶ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da Vida Privada no Brasil-Império*. Coord. Fernando A. Novais, org. do volume, Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

venda, ou serviços de afinação, consertos e reformas de instrumentos e ainda uma profusão de casas comerciais que vendiam as mais conhecidas partituras para o piano, como pode-se ver nas gravuras e fotos mais antigas da cidade publicadas na já mencionada obra de Sesso Júnior, refletindo a ânsia das camadas urbanas em estarem equiparadas com os hábitos de consumo da capital do Império, onde o contato com a Europa era freqüente e onde os modismos europeus tinham grande aceitação.

Marcas de um período de profundas mudanças sociais e econômicas são essas que mostramos nas páginas acima. Porém, apesar de todos os esforços que a sociedade campineira fez para tentar espelhar-se nos padrões europeus de vida e de produção, havia um fator de desestabilização e desigualdade que ainda levaria algumas décadas para ser superado. Trata-se da escravidão, instituição que perpetuava a prática da violência no espaço rural e também no urbano, onde talvez, as contradições por ela geradas fossem sentidas mais intensamente.

Exatamente este problema, a escravidão dentro de um espaço urbano em crescimento, é o que estaremos observando nas páginas seguintes.

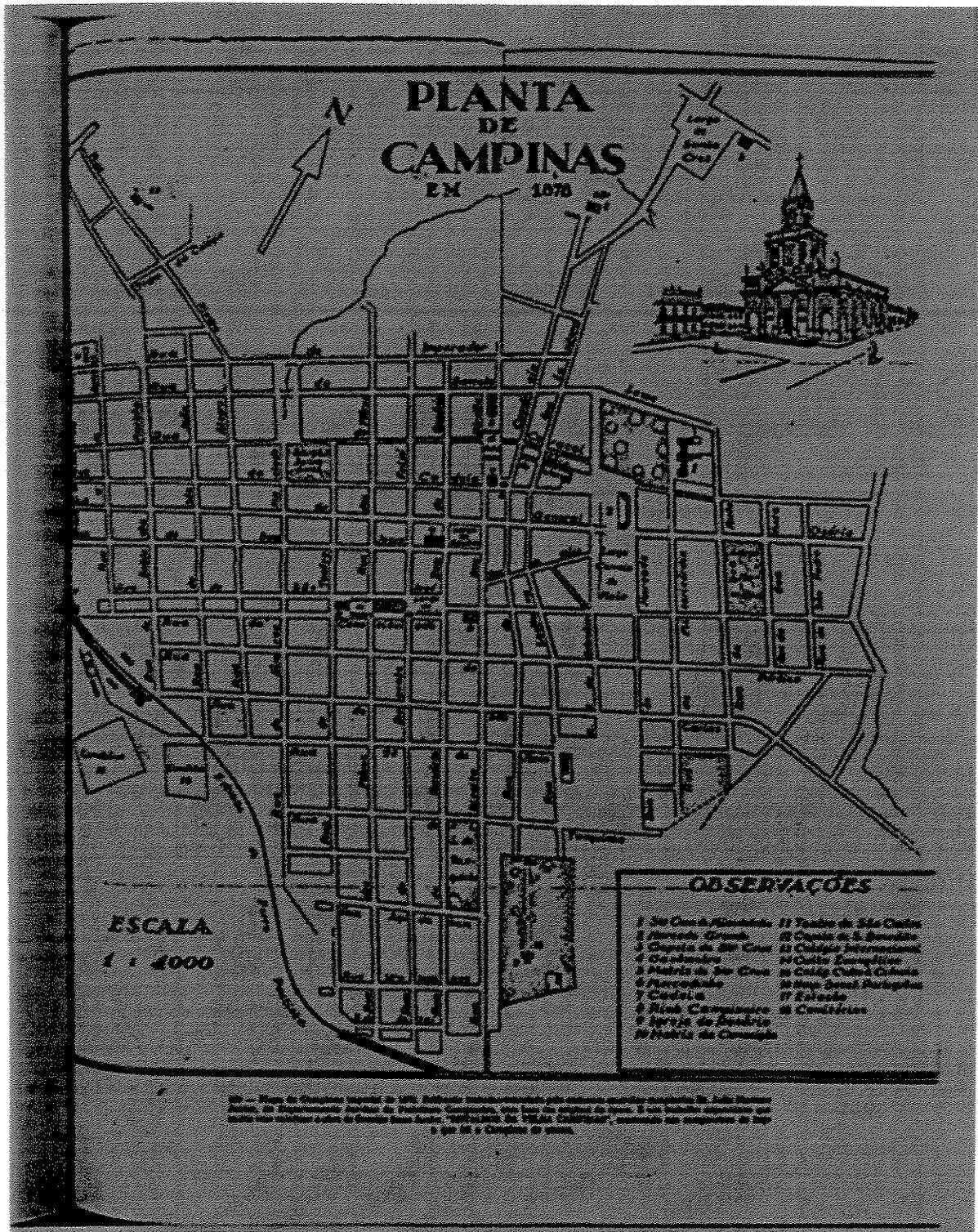
O perímetro urbano e seus limites

A área urbana do município durante o século XIX, pode-se dizer que também sofreu os efeitos da crescente expansão econômica proporcionada pelo café, e das poucas e poucas ruas que compunham seu núcleo inicial, começou paulatinamente a buscar novas vias de acesso, abrir novos caminhos e novos logradouros foram surgindo acompanhando o ritmo da pujança econômica que o município detinha neste período.

Perceber essa expansão da área urbana e melhor delimitá-la, mostrando onde começa e onde termina cada via, cada rua, é tarefa necessária, pois esses caminhos indicam e oferecem a possibilidade de encontrar algumas respostas e saber por onde andavam os escravos neste espaço.

Desse modo, pode-se dizer que do núcleo de povoamento inicial da cidade, que constava basicamente de três tortuosas ruas denominadas “de cima”, “de baixo” e “do meio”, e que assim permaneceu até praticamente a segunda metade do século XIX, começa a cidade e sua população a expandir-se em busca de outras áreas, ocupando terrenos até então mais distantes do núcleo inicial e abrindo novas vias de acesso.

Infelizmente, o estudo mais preciso dessa expansão urbana fica obnubilado pela falta de referências mais precisas sobre o tema, como por exemplo, mapas, construções, e outros elementos que seriam importantes para conhecer um pouco dessa história urbana. A referência mais antiga e conhecida que até o momento tem sido utilizada pelos historiadores que se debruçam sobre a história de Campinas, é o mapa confeccionado em 1878 e que reproduzimos na página seguinte, que mostra, o perímetro urbano da cidade já com suas principais vias, que permaneceria praticamente inalterado até os dias atuais.



Esse mapa mostra as principais ruas da cidade, dividida na década de 1870 em duas freguesias: Nossa Senhora da Conceição e Santa Cruz, que no mapa aparece a direita, no alto da figura. Registra-se que a população total do município em 1872 era de 31.397 habitantes (entre livres e escravos), sendo que 16.647 eram moradores da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e 14.750 residiam na freguesia de Santa Cruz¹¹⁷.

.....No ano de 1886 a Câmara Municipal apresenta o registro de um edital contendo os limites do perímetro urbano para que se pudesse aplicar as posturas. Acompanhando esse documento e confrontando-o com o mapa acima, pode-se percorrer com nitidez as principais ruas da cidade, seguindo o traçado que leva às duas freguesias: a de Nossa Senhora da Conceição correspondendo ao núcleo de povoamento inicial com as três principais vias, rua Lusitana (antiga rua de Baixo), rua Dr. Quirino (antiga Rua do Meio) e rua Barão de Jaguará (antiga rua de Cima), espalhando-se por outras vias que surgiram posteriormente, passando pela freguesia de Santa Cruz, que inicia-se na rua homônima (antiga rua da Pinga), em um local um pouco afastado das ruas centrais da cidade neste período. Neste documento, o perímetro urbano de Campinas

“Começa na rua Lusitana e vai até a do Caracol, quebra a esquerda até dar na rua Sete de Setembro, por esta sobe até a do General Osório, aí quebra a esquerda e por ela sobe até dar na rua de Augusto César, onde quebra a direita e por ela vai até a de Ferreira Penteado, desse por esta até a de Boaventura do Amaral, aí quebra a esquerda e por ela sobe até a de São Carlos, pela qual vai até dar na rua Lusitana, onde quebra a esquerda e sobe pela mesma até dar na de 24 de Maio, por esta segue até a de Ferreira Penteado, onde quebra a esquerda e por ela segue até a de Saldanha Marinho, onde quebra a direita e por esta desce até encontrar a do Sacramento, onde quebra por ela desce até a do Alecrim, aí quebra a direita e por ela segue até a do Doutor Quirino, onde quebra a esquerda e por ela desce [ilegível] até a rua da Ponte, onde quebra a direita e por ela desce até encontrar a rua Lusitana, onde teve começo a presente demarcação”¹¹⁸.

Eis portanto, o traçado que o centro urbano de Campinas apresentava na década de 1870, período este onde a cidade havia se expandido consideravelmente em relação aos anos anteriores a 1850. Já em 1869, a cidade era constituída *“por 25 ruas grandes, 16 ruas*

¹¹⁷ Relatório da Comissão Central de Estatística apresentado ao Presidente da Província de São Paulo. Tipografia Leroy King, São Paulo, 1888.

¹¹⁸ Câmara Municipal de Campinas. Livro de Posturas e Editais 1879 a 1891. Campinas, 26 de outubro de 1886.

pequenas, seis praças com edifícios e quatro praças sem edifícios. Em 1872, esse traçado apresentava 34 ruas, sendo 19 longitudinais e 15 transversais, cinco becos e nove praças¹¹⁹.

Os limites das ruas e o planejamento das mesmas, aberturas de novas vias de acesso, estavam ao cargo dos fiscais municipais, responsáveis pelos arruamentos e em atender as reivindicações dos moradores da área urbana. As Posturas Municipais nesta década evidenciam a preocupação do poder público em organizar melhor o espaço urbano, obrigando os moradores a construir muros e calçadas em suas propriedades, bem como medindo os terrenos nas principais vias do centro da cidade. Certamente, essa preocupação em organizar este espaço envolvia outros problemas, como por exemplo, a arrecadação de novos tributos. As medições e demarcações dos terrenos visavam um maior controle por parte do município quanto ao pagamento do Imposto Predial, que então era cobrado dos proprietários da área urbana do município.

Em 1873, o jornal “Gazeta de Campinas”, publica um edital da Câmara Municipal com o seguinte conteúdo:

*“Resolveu-se, por proposta do Sr. Sampaio, autorizar os fiscais, como arruador a procederem a medição dos muros sujeitos ao imposto dentro do quadro marcado, nos termos da postura respectiva; isto dentro do prazo de 15 dias”*¹²⁰.

Constam ainda deste documento, os logradouros e nomes de alguns dos moradores das ruas do centro urbano, seguidos pela metragem dos respectivos terrenos pertencentes a eles. Cumpre apenas ressaltar, que esse documento diz respeito unicamente a freguesia de Nossa Senhora da Conceição, onde localizavam-se as principais ruas da cidade e onde habitava a maior parte da população urbana, não havendo nenhuma menção sobre medições realizadas na freguesia de Santa Cruz. Aliás, Santa Cruz aparece nos documentos oficiais de Campinas como uma área um pouco isolada do núcleo principal, com dificuldades de acesso à praça do mercado.

¹¹⁹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

¹²⁰ Câmara Municipal, extrato da Ata da sessão de 12 de maio de 1873. Publicado na “Gazeta de Campinas” em 25/05/1873. LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996, esclarece: “Ao arruador competia ainda o alinhamento de ruas e becos, que deviam ter respectivamente 50 a 30 palmos de largura, portanto, a

Essa região, por ser um ponto mais distante do centro, fora bastante utilizada nas décadas anteriores ao fechamento do tráfico negreiro para o Brasil, como local onde “armazenava-se” escravos, para posteriormente serem vendidos na cidade. Os comboios de escravos que chegavam de outras províncias, paravam neste local para efetuarem a quarentena, quando era necessária, e depois tratavam de vender sua “mercadoria”. Por este motivo, essa freguesia tinha uma reputação bastante ruim. Sua principal rua, chamada Santa Cruz desde 1872, era anteriormente denominada “rua da Pinga”, que segundo Edmo Goulart era “decorrente ao comércio a granel dessa bebida que então ali se fazia e era vendida aos viajantes, tropeiros e comboeiros de escravos, quando demandavam os sertões de Goiás e Mato Grosso, bem como aos fregueses da pior espécie, freqüentadores dos botequins por lá instalados”. Não somente por isso, a região de Santa Cruz possuía má reputação. Com tal agitação, provocada pela presença e movimentação constante de pessoas vindas de outros locais, bem como do comércio de escravos e bebidas, realizavam-se “naquelas bandas (...) muitos “fandangos” com a presença do baixo mulherio”¹²¹.

Mas não só por estes aspectos pitorescos a freguesia de Santa Cruz era conhecida. A região destacava-se também por ser o local onde fora enforcado, por volta de 1835, o escravo cabinda Elesbão por assassinar, junto com outros escravos, seu senhor, o capitão Luiz José de Oliveira, tendo sido ali construída a forca para tal punição. No entanto, a presença do instrumento de execução em local público gerou controvérsias durante bastante tempo, pois essa prática, não era muito aceita pela população nem pelos edis da cidade, o que levou a rejeição de tal instrumento, embora isso só fosse ocorrer já próximo a década de 1870¹²².

Além desses fatos curiosos, eram os moradores da freguesia de Santa Cruz que mais reivindicavam melhorias e novas vias de acesso às áreas centrais da cidade, em especial ao mercado municipal, como exemplifica Amaral Lapa em relação a discussão dos moradores dessa região com a Câmara Municipal em torno de problemas com a abertura e fechamento de ruas que ligavam Santa Cruz às vias mais centrais da cidade¹²³. Atualmente, corresponde a antiga freguesia de Santa Cruz ao bairro do Cambuí, local nobre da cidade, com grandes e

simetrização do conjunto edificado em relação aos espaços que o intervalam, objetivando o ordenamento funcional, econômico, social e estético que a sociedade local vai passando a exigir” (p. 42).

¹²¹ GOULART, Edmo. *Campinas – Ruas da época Imperial*. Maranata, 1983.

¹²² LAPA, José Roberto do Amaral, op. cit., cap. 3.

¹²³ LAPA, José Roberto do Amaral, op. cit. cap. 2.

luxuosos prédios residenciais, embora continue ainda a ser região de alta concentração de bares e restaurantes, porém, muito diferente dos estabelecimentos antigos, que vendiam cachaça “a granel” para pessoas de conduta duvidosa.

Também foi no Largo de Santa Cruz, nos anos finais da escravidão, que a população negra começou a habitar os cortiços da cidade. Este local, ao que parece, era preferido pelos negros libertos ou escravos que moravam fora das casas de seus senhores, trabalhando ao ganho. Os cortiços na realidade, tornaram-se alvo, posteriormente, de forte aversão de outras áreas da cidade, especialmente quando começaram a manifestar-se os primeiros indícios da febre amarela. As precárias condições de higiene dos cortiços eram consideradas focos de propagação dessa e de outras doenças¹²⁴.

No local portanto, havia uma população e um comércio bastante mal-afamados, fosse devido aos “fandangos” já citados ou a presença dos cortiços em épocas que adentram ao início do século XX. Outrora local onde vendiam-se escravos, local também de chegada de viajantes de outras províncias, local se onde vendia à esses personagens nefastos a cachaça “a granel”, o Largo de Santa Cruz mostrava uma face da cidade que o esforço modernizador dos investimentos urbanos dos senhores do café parecia não afrontar.

Em uma divertida crônica de Júlio Mariano, que tanto escreveu sobre Campinas, observa-se o largo de Santa Cruz com seus mais típicos personagens. Nela, vê-se sair de um dos botequins (talvez egresso de algum “fandango”), o mulato Jeremias. Depois de copos e copos da “malvada”, o mulato, pobre, tocador de cuíca na escola de samba, já completamente embriagado sai pelas ruas, a ver se esquece as dores de um amor fracassado.

Aos poucos, o mulato Jeremias chega ao largo de Santa Cruz, para sua completa surpresa, pois era o local onde iniciara o romance com Licinha, motivo de sua amargura nesta noite. Não conseguia compreender a situação:

“Pra que viera andando por aquela rua? Podia jurar com os dois dedos em cruz que ao sair escorraçado do botequim, dando safanão em gente, enveredara pelo primeiro beco como quem pouco se lhe dá de tomar rumo certo no mundo. Efeito da cachaça?”¹²⁵.

¹²⁴ FREIRE, Regina Célia Xavier. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado. IFCH-UNICAMP, Campinas, 1993.

¹²⁵ Mariano, Júlio. *Badulaques*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979, p. 74.

Destaca-se neste episódio contado pelo cronista, alguns elementos que indicam a modificação do espaço urbano, como por exemplo, o poste elétrico, que fazia a sombra de Jeremias, sua única companhia no desgosto, ora tomar-lhe a frente, ora atrasar o passo, enquanto o mulato talvez buscasse algum quarto de cortiço nas paragens de Santa Cruz, embora fosse ele Jeremias, encontrado no dia seguinte na sarjeta, defronte ao portão do novo amante de Licinha, cozido de cachaça, sem que a gente dos cortiços do bairro lhe prestasse cuidados, despertando apenas a compaixão de uma preta, por sinal velha, que vaticinou:

“ – Isso foi “coisa feita” que arrumaram pro pobre do Jeremias!... ”.

Neste perímetro urbano que aqui vai se delineando, pode-se perceber alguns locais de maior movimentação de pessoas e de comércio, assim como dos escravos. Talvez um dos lugares mais privilegiados para observar essa agitação da vida urbana na Campinas das décadas finais do século XIX, seja o mercado. Sem dúvida, este parece ser um espaço onde o movimento contínuo de comerciantes, escravos e da população urbana em geral, mostra-se bem claro. O mercado de Campinas também era alvo da preocupação das autoridades municipais, que procuravam restringir o movimento do comércio à essa praça, evitando a proliferação de ambulantes, em especial dos escravos, por outros locais da cidade em sua faina diária para vender seus produtos aos moradores. Neste sentido, diz a proposta da Câmara Municipal de Campinas sobre o regulamento do mercado da cidade que ficava

“proibido (sic) venda de gêneros alimentícios fora da praça do mercado pelas ruas desde de manhã até meio-dia. Excetuam-se:

- 1. As hortaliças e mais verduras, bem como frutas que se (desfrutam) de mero recreio, e que não entram na classe de alimentos.*
- 2. Os gêneros propriamente chamados de quitandas, como pão, biscoitos, doces, leites e todos os outros que as quitandeiras costumam vender em tabuleiros.*
- 3. Os gêneros de quitanda vendidos por escravos sendo em domingos ou dias santos, salvo se for milho, feijão, farinha, arroz, toucinho”¹²⁶.*

Este documento é importante, pois pode-se com ele perceber que os escravos atuavam em vários pontos da cidade, pois o texto diz claramente que as exceções à regra

¹²⁶ Câmara Municipal de Campinas. Livro de Correspondências, Posturas e Editais, 20/03/1861, p. 101-102.

seriam os gêneros vendidos por escravos, que estariam, dependendo do tipo de alimento que vendessem, a percorrer as ruas da cidade e realizar seu comércio fora das dependências do mercado, atendendo a domicílio a população urbana, com um grau considerável de mobilidade pelo espaço urbano. Também descreve o documento quais seriam esses gêneros que os escravos habitualmente comerciavam: frutas, doces, leites, pães, etc., eram os mais comuns e compunham talvez a maior parte do comércio ambulante realizado pelos escravos.

No entanto, essa relativa liberdade de movimentos dos escravos urbanos pelas ruas de Campinas, certamente provocava receio na população e nas autoridades municipais, que procuravam cerceá-la para não haver riscos de agitações e rebeliões escravas na cidade. Assim como a grande maioria das cidades onde havia uma considerável concentração de escravos na área urbana, via-se a municipalidade as voltas com o problema do controle dos movimentos desses escravos, que se eram necessários e cumpriam o importante papel de levar à população os produtos e serviços dos quais necessitava, por outro lado, deveriam ser contidos quanto ao possível perigo que representavam aos proprietários residentes na área urbana.

Nas Posturas Municipais essa preocupação é evidente, pois essas leis proibiam “*aos escravos jogarem quaisquer jogos, nas ruas, praças, estradas, ou em casas alheias sob a pena de 15\$000 de multa, ou 50 açoites a escolha dos senhores*”. Mas a preocupação estendia-se também às pessoas livres, que jogassem com escravos, ou que a eles emprestassem suas casas, cuja pena nestes casos, seria multa de 30\$000 e oito dias de prisão¹²⁷.

Os senhores também deveriam ser responsabilizados pelas atividades de seus escravos dentro da área urbana, pois diz o mesmo documento acima que “*todo o escravo que for encontrado na rua depois do toque de recolher sem bilhete do senhor, será preso, e no dia seguinte entregue a quem pertencer*”¹²⁸.

Desta forma, procuravam as autoridades municipais exercerem uma certa vigilância sobre os escravos, em especial sobre aqueles que viviam na área urbana, já que nas

¹²⁷ Câmara Municipal de Campinas. Livro de Correspondências, Posturas e Editais, 1856 a 1872. Posturas Municipais, 1859, capítulo 7^a – Jogos. “*Nas grandes cidades, nos pequenos centros, as posturas dizem sempre o mesmo. Variam apenas a forma de expressão e o grau da penalidade, mas seu objetivo é impedir a fuga de escravos, as revoltas e a agressão*”. COSTA, Emília Viotti da, op. cit., p. 216.

¹²⁸ *Ibid.* idem. Capítulo 9^o – Disposições Gerais.

fazendas tal papel cabia ao feitor de escravos comandados pelos senhores. Essa preocupação constante com a vigilância dos escravos na cidade reflete o medo que o poder público, bem como a população em geral, tinha quanto à possibilidade de agitações provocadas por escravos. Por isso, o controle e a proibição de ajuntamentos nas praças, ruas e principalmente tabernas, locais onde negros cativos, juntamente com outras pessoas poderiam tramar uma rebelião e pôr em perigo a ordem social estabelecida. Nas grandes cidades do império, como por exemplo Rio de Janeiro e Salvador, essa preocupação também dá a tônica da escravidão urbana, pois esses municípios possuíam escravos em grande número na área urbana, e mais, a rebelião escrava em Salvador no ano de 1835, trouxera à população urbana desta cidade, e de outras de modo geral, o terror que representava uma grande concentração de escravos pelas ruas da cidade.

A partir desses acontecimentos, as autoridades municipais, principalmente no Rio de Janeiro, tomariam providências mais efetivas no sentido de controlar e minimizar as possibilidades de rebeliões. Em Campinas, embora esta cidade possuísse um número bem menor de escravos urbanos que o Rio de Janeiro e Salvador, certamente esse perigo estava em mira da municipalidade, que deveria garantir a segurança urbana contra tais atos por parte dos escravos¹²⁹.

Contudo, até certo ponto, estas precauções do poder público, parecem ser exageradas. Até certo ponto porque evidentemente não se descartaria a possibilidade de agitações dentro da cidade, mas por outro lado, quase todos os relatos sobre rebeliões escravas em Campinas ou na região, dão conta de terem ocorrido nas fazendas ou em áreas afastadas, onde localizavam-se alguns pequenos quilombos. Explica Ronaldo Marcos dos Santos, que no século XIX, os quilombos diferenciavam-se bastante dos antigos quilombos conhecidos nos séculos XVII e XVIII. Na província de São Paulo, nos anos finais do século XIX:

“formavam-se pequenos quilombos, raramente com mais de 50 escravos, arranchados nas matas vizinhas às fazendas de café. A situação de constante sobressalto devido ao perigo de ataques das forças

¹²⁹ Para a Bahia do século XIX, existe uma importante fonte primária impressa onde podem ser encontradas posturas sobre o controle da população escrava. Trata-se da *Legislação da Bahia sobre o Negro: 1835-1888*. Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1996.

*policiais impedia-os de se agruparem em grande número e fixar-se para exercer lavoura regular. O quilombo tornou-se nômade e, para sobreviver, assalta fazendas e viajantes que transitam pelas estradas*¹³⁰.

Em 1871, tem-se a notícia de um crime cometido por escravos contra o feitor que fora examinar serviços de roça em uma fazenda em Campinas, e de uma tentativa de rebelião que estava sendo preparada em diversas fazendas da região, mas que as autoridades policiais prontamente atuaram no sentido de punir os criminosos e abortar a rebelião¹³¹.

Também Sidney Chalhoub aborda este problema quanto ao Rio de Janeiro, argumentando que a maior parte das rebeliões ocorridas ou noticiadas nesta província nos finais do século XIX, faziam parte da área rural, refletindo apenas superficialmente na cidade¹³².

Isso certamente não invalida a temeridade de uma rebelião escrava em áreas urbanas, pelo contrário, talvez devido ao controle exercido pelas autoridades policiais, essa possibilidade tornava-se mais fraca. Também no que diz respeito a escravidão urbana especificamente, esta forma de trabalho diferencia-se da escravidão rural num aspecto significativo, que vem sendo apontado por alguns autores e que diz respeito ao tipo de trabalho e de relações pessoais que se estabeleciam em um e em outro espaço onde o escravo atuava. Ou seja, possivelmente, nas fazendas, o trabalho conjunto de muitos escravos, e o fato de haver mais facilidade para o estabelecimento de laços de parentesco ou afetivos entre os cativos de uma mesma fazenda, habitando sob o teto da mesma senzala, fizesse com que a possibilidade de contato entre os escravos, e planejamento de revoltas fosse mais acentuada do que nas áreas urbanas, onde o escravo quase sempre trabalha sozinho, enfrentando uma dura competição por espaço no mercado, nas ruas e praças da cidade, para exercer seu trabalho e ganhar seu sustento, longe dos olhos do feitor, mas impossibilitado de manter contato regular com outros escravos em iguais condições¹³³.

¹³⁰ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, IPE-USP, 1980 (Ensaio Econômico).

¹³¹ Relatório da repartição da Polícia da Província de São Paulo. São Paulo, Tipografia Americana, 1872 (p.13 e 39).

¹³² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.

¹³³ Ver por exemplo SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976.

Mas esse é um outro assunto, que deve ser tratado em momento oportuno. Se desviei o rumo da análise, foi com o intuito de melhor caracterizar o espaço urbano onde a escravidão aparece. Em Campinas, portanto, os escravos urbanos atuavam em muitos setores da vida urbana, como foi visto anteriormente. Talvez o mais dinâmico destes setores fosse realmente o comércio, onde os produtos vendidos pelos escravos faziam parte do cotidiano da população da cidade. Nas ruas de Campinas, a partir da década de 1850 um pouco menos tortuosas e mais organizadas, os escravos apareciam realizando todo o tipo de tarefas, desde o serviço doméstico até trabalhos mais especializados, como construção entre outros. Neste sentido, apreender um pouco desta atividade nas ruas da cidade, é perceber a dinâmica e a importância da escravidão urbana para a vida da cidade.

Capítulo IV

O cotidiano da escravidão no espaço urbano

Apresentar a escravidão urbana em seu funcionamento é tarefa bastante ingrata, pois as fontes quase sempre preferem ocultar ou calar-se sobre o assunto. Mesmo assim, as tentativas não são infrutíferas, pelo contrário, abordar a escravidão urbana, é enxergar um outro espaço de conflitos na sociedade escravista brasileira do século XIX.

Dentro da cidade, os escravos estavam envolvidos nas mais diversas atividades e por vezes, nas mais inusitadas situações, derivadas de sua condição de cativo, fosse ele profissional habilidoso ou mero carregador de mercadorias, objetos ou pessoas.

Nota sobre o contingente escravo urbano em Campinas

Um problema fundamental que apresenta o estudo da escravidão urbana em Campinas é quanto as estatísticas que permitam uma aproximação maior do objeto de estudo em questão. Existem escassas referências quanto ao número de escravos que atuavam no espaço urbano, pois as fontes documentais não trazem praticamente nenhuma possibilidade de analisar o problema à luz do referencial numérico, já que não existem séries estatísticas contínuas ao longo dos anos estudados.

A maior cidade do Império e capital do mesmo, Rio de Janeiro, apresenta quadro bastante diferente, por tratar-se obviamente, do centro administrativo e político do Brasil no século XIX. Para o enfoque aqui apresentado, não há possibilidade de comparações em termos de números com a capital imperial, primeiro, pelo que já foi dito acima sobre a escassez de fontes fidedignas, depois porque a população escrava da cidade Rio de Janeiro era muito maior que qualquer outra cidade da América, inclusive das cidades do sul dos Estados Unidos no mesmo período.

Esclarece Alencastro que:

“Considerando que a população do município [Rio de Janeiro] praticamente dobrou nos anos 1821-49, a corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existente no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes (...)

*No núcleo urbano do município, formado pelas nove paróquias centrais, as percentagens eram menores, mas o impacto da presença escrava parecia maior, na medida em que envolvia o centro nervoso da capital, sede dos principais edifícios públicos, as praças, as ruas e o comércio mais importantes do Império. Do total de 206 mil habitantes que moravam na área nos anos 1850, 79 mil (38%) eram cativos”.*¹³⁴

Neste sentido, qualquer comparação quanto à população escrava urbana entre essas duas cidades, embora Campinas tivesse importância econômica relevante neste período, resultaria infrutífera. Para Campinas, tem-se apenas alguns poucos dados populacionais. Sabe-se por exemplo, através de Peter Eisenberg que em 1870 o município apresentava a cifra de 14.000 cativos, maior população escrava da província, embora o autor não discrimine quantos escravos na área urbana viviam. Tal número possivelmente já havia sido atingido na década anterior, pois entre 1860-61, relata o viajante Emílio Zaluar que a população do município era de 24.000 habitantes, sendo que desses, 14.000 eram escravos e 10.000 constituíam a população livre¹³⁵.

Quanto aos escravos residentes na área urbana de Campinas, encontrou-se apenas uma referência no ano de 1887, no Relatório da Comissão de Estatística ao Presidente da Província¹³⁶. Este documento mostra que em 1887 o município possuía um total de 9.986 escravos sendo que 9.566 estavam domiciliados na área rural e 420 habitavam o perímetro urbano, ou seja, 4,20% da população escrava do município residia no meio urbano. Embora tal fonte não seja totalmente confiável, pois baseia-se apenas na matrícula realizada no ano anterior, e considerando-se que este é o último ano de escravidão no Império, já estando a instituição completamente desarticulada em todos os sentidos da vida da nação, pode-se com ele, observar alguns aspectos interessantes da escravidão no Oeste Paulista.

Deve-se contudo, ter em mente que em 1887, a população escrava havia diminuído consideravelmente, pois desde a década de 1870 houve um grande aumento no número de alforrias, conforme foi apontado nos trabalhos de Ronaldo Marcos dos Santos e Peter Eisenberg¹³⁷. Assim, neste ano, como mostra a Tabela abaixo, Campinas ainda detinha o

¹³⁴ ALENCASTRO, Luiz Felipe de, op. cit. p. 25.

¹³⁵ ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Livraria Martins Editora, São Paulo, s.d.

¹³⁶ Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão de Estatística. Tipografia Leroy King, 1888.

¹³⁷ SANTOS, Ronaldo Marcos dos. op. cit. p. 129 e EISENBERG, Peter., op. cit. p. 250. Eisenberg mostra nessa passagem um possível equívoco na contagem das alforrias feitas por Santos. Santos baseou-se nas alforrias noticiadas em vários jornais da província de São Paulo e chegou ao número de 8.962 até o fim de março de

maior número de escravos entre os municípios relacionados nas estatísticas oficiais da matrícula e publicadas no relatório acima mencionado, sendo que tal tendência, verifica-se também no tocante a população escrava urbana. Campinas, quanto aos escravos urbanos contava, como viu-se, com 420 escravos, seguida por Pirassununga com 419 escravos, São Paulo (capital) com 313, Belém do Descalvado com 278, e Piracicaba com 180.

Tabela 6

Resumo Geral dos Escravos Matriculados até 30 de Março de 1887			
Municípios	Total de escravos	Domicílio	
		Rural	Urbano
Amparo	3524	3472	52
Apiáí	257	255	2
Araçariguama	158	154	4
Araraquara	1300	1282	18
Araras	1623	1605	18
Areias	1140	1093	47
Atibaia	566	562	4
Bananal	4182	4165	17
Batatais	1372	1322	50
Belém do Descalvado	2182	1904	278
Bocaina	187	154	33
Bom Sucesso	---	---	---
Botucatu	820	791	29
Bragança	1331	1226	105
Brotas	669	661	8
Buquira	72	72	0
Cabreúva	409	399	10
Caçapava	855	842	13
Caconde	745	733	12
Cajuru	597	579	18
Campinas	9986	9566	420
Campo Largo de Sorocaba	252	252	0
Cananéia	130	125	5
Capital	493	180	313
Capivari	2003	1938	65
Caraguatatuba	43	37	6
Carmo da Franca	230	224	6

1888. Eisenberg considerou esse número exagerado, pois, como foi visto acima, a matrícula fechada de 1887 registrava um total de 9.986 escravos, o que levaria a supor que apenas 1.024 escravos foram libertados pela Lei Áurea. Eisenberg aponta que nos cartórios por ele pesquisados foram encontradas 911 cartas de liberdade, representando apenas 10% do total noticiado nos jornais, o que leva Eisenberg concluir que ou os jornais exageraram quanto ao número de liberdades concedidas naqueles anos, ou havia notícias repetidas em mais de um jornal, sem que Santos pudesse verificar a duplicação das mesmas.

Casa Branca	3004	2905	99
Conceição de Itanhaém	---		
Conceição de Guarulhos	71	63	8
Cotia	144	138	6
Cruzeiro	644	639	5
Cunha	1141	1094	47
Dois Córregos	602	558	44
E. S. da Boa Vista	---		
E. S. do Pinhal	1035	998	37
E. S. do Turvo	---		
Faxina	820	765	55
Franca	1283	1230	53
Guaratinguetá	3165	3057	108
Guareí	57	57	0
Iguape	679	583	96
Indaiatuba	769	754	15
Iporanga	39	32	7
Itapecerica	113	110	3
Itapetininga	768	701	67
Itatiba	2182	2149	33
Itú	1354	1288	66
Jaboticabal	767	749	18
Jacareí	673	620	53
Jaú	1384	1350	34
Jambeiro	588	585	3
Jundiaí	1366	1340	26
Lagoinha	189	183	6
Lençóis	436	410	26
Limeira	2374	2302	72
Lorena	1129	1063	66
Mogi das Cruzes	557	508	49
Mogi – Guaçú	556	554	5
Mogi – Mirim	2300	2210	90
Monte Mor	474	471	3

Natividade	106	106	0
Nazaré	216	216	0
Paraibuna	471	451	20
Paranapanema	72	66	6
Parnaíba	170	67	103
Patr. de Sta. Isabel	151	146	5
Patr. do Sapucaí	---	-	-

Penha do Rio do Peixe	1129	1078	51
Piedade	152	138	14
Pindamonhangaba	2624	2511	113
Pinheiros	662	649	13
Piracicaba	3416	3236	180
Pirassununga	1749	1530	419
Porto Feliz	594	577	17
Queluz	797	767	30
Redenção	260	258	2
Ribeirão Preto	1379	1361	18
Rio Bonito	6	6	0
Rio Claro	3304	3210	94
Rio Novo	358	335	23
Rio Verde	258	244	14
Santo Amaro	57	51	6
S. Antônio Cachoeira	354	347	7
Santa Barbara	126	113	13
Sta. Bárbara Rio Pardo	127	123	4
S Bento do Sapucaí	290	278	12
Santa Branca	451	443	8
São Carlos do Pinhal	2982	2927	55
S. C. das Palmeiras	---	-	-
S. C. do Rio Pardo	306	208	98
Santa Isabel	189	179	10
S. João da Boa Vista	1516	1471	45
S. José do Barreiro	1729	1704	25
S. José do Rio Pardo	---	---	-
S. José dos Campos	976	904	72

S. José dos Campos Novos	---	-	-
S. José do Paraitinga	36	34	0
S. Luís do Paraitinga	934	874	62
S. Manoel do Paraíso	---	-	-
São Pedro	278	273	5
S. Rita do Paraíso	430	416	14
S. Rita do Passa Quatro	972	960	12
São Roque	340	326	14
São Sebastião	158	145	13
S. Sebastião da Boa Vista	819	798	21
São Simão	1140	1170	33
São Vicente	---	-	-
Santos	57	51	6
Sarapuí	148	143	5
Serra Negra	472	462	10
Silveiras	962	905	57
Socorro	199	185	14
Sorocaba	938	807	121
Tatuí	583	521	62
Taubaté	2668	2558	110
Tietê	1915	1844	71
Tijuco Preto	105	93	12
Ubatuba	179	155	24
Una	278	271	7
Vila Bela	333	324	9
Xiririca	172	145	27
Fonte: Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Paulo pela Comissão de Estatística, 1888.			

No aspecto geral, tratando-se da Província de São Paulo como um todo, pode-se verificar na Tabela a seguir os números referentes a população rural e urbana da Província para o ano de 1873. Embora importante para dar uma idéia do total da população escrava da

Província, não consta neste documento referências sobre trabalhadores domésticos, que compunham a maioria da população escrava urbana, pelo menos para o caso de Campinas.

Os dados dessa Tabela mostram que a matrícula de 1873 registrara a presença de 127.805 escravos trabalhadores na agricultura, ou 75,19% do total. Trabalhadores habilitados representavam 17.792, ou 10,46% e escravos que viviam de jornais eram 24.367, ou 14,33%.

Quanto ao domicílio, moravam no meio urbano 16.650 escravos, compondo 9,79% do total, enquanto a maior parte, 153.314 escravos, ou 90,20% do total habitavam nas zonas agrícolas da província.

Tabela 7

Ocupação e domicílio (urbano ou rural) dos escravos na Província de São Paulo segundo a matrícula de 1873

Ocupações	
Trabalhadores agrícolas	127.805
Trabalhadores habilitados	17.792
Jornaleiros	24.367
Serviço doméstico	---
Sem ocupação	---
Total	169.964
Domicílio	
Urbano	16.650
Rural	153.314
Total	169.964

Fonte: SLENES, Robert Wayne. *The Demograph and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976 p.695.

Comparativamente, em termos demográficos e de importância econômica, Campinas pode ser observada ao lado de algumas das principais cidades escravistas

brasileiras do século XIX. Em texto de Richard Graham, citando Joaquim Nabuco, encontra-se a seguinte afirmação:

*“Exceto em Santos e Campinas, em São Paulo; Petrópolis e Campos, no Rio de Janeiro; Pelotas, no Rio Grande do Sul; a alguma outra cidade mais, não há casas de negócio senão nas capitais, onde se encontre mais do que um pequeno fornecimento de artigos necessários à vida, esses mesmos ou grosseiros, ou falsificados”.*¹³⁸

Um estudo interessante, seria comparar a população escrava urbana das cidades escravistas do Sudeste brasileiro, em especial aquelas das regiões cafeeiras, com a população escrava do Sul dos Estados Unidos. No entanto, uma tal comparação é muito difícil e exigiria um trabalho de pesquisa muito grande, pois

*“Uma estimativa da extensão da urbanização no Brasil é difícil de realizar, porque os censos brasileiros de 1872 e subsequentes apresentam dados de população segundo as paróquias de cada município, sem distinguir normalmente, entre áreas urbanas e rurais. Uma vez que a superfície das paróquias variava enormemente, e que não foi ainda calculada a área de cada uma, mesmo a densidade da população não pode ser obtida para este período [segunda metade do século XIX]”.*¹³⁹

Quanto ao aspecto urbano propriamente dito, as cidades do sul norte-americano assemelhavam-se a algumas cidades escravistas brasileiras em alguns aspectos, pois *“as regiões urbanas do Sul (americano) antes da Guerra (de Secessão) podem ser caracterizadas como um centro de serviço para uma economia agrícola tradicional”*¹⁴⁰, embora Graham afirme que a dinâmica econômica no sul dos Estados Unidos fosse maior que das áreas urbanas brasileiras.¹⁴¹

Este caráter de centro de serviços, assim como o aspecto mercantil, era marcante nas cidades paulistas do século XIX, especialmente aquelas, como Campinas, ligadas à grande

¹³⁸ GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, vol.13, n. 1, 1983, p. 223-257.

¹³⁹ GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, vol.13, n. 1, 1983, p. 250.

¹⁴⁰ GOLDIN, Claudia., op. cit., p. 13.

¹⁴¹ GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, vol.13, n. 1, 1983, p. 250-251.

lavoura. Contudo, como já foi dito acima, as fontes primárias sobre a escravidão urbana em Campinas são bastante raras, o que dificulta uma aproximação maior quando se tenta estabelecer parâmetros comparativos com outras cidades ou países. Neste sentido, seguir os passos desses escravos perambulando pelas ruas talvez mostre aspectos mais interessantes sobre a escravidão urbana, do que um esforço em buscar dados estatísticos minimamente consistentes. O dia a dia da escravidão em Campinas é revelador de situações bastante curiosas, que envolviam a prática da exploração do trabalho escravo nos mais diversos setores da atividade urbana.

A disseminação do trabalho escravo na cidade

Para acompanhar um pouco desse movimentado cotidiano vivido pelos escravos na cidade, é necessário abordar algumas fontes que possam fornecer informações sobre quem eram, como viviam e o que faziam alguns desses escravos. Os jornais da época são, sem sombra de dúvida, uma das mais importantes fontes para este tipo de estudo, pois através deles pode-se entender como se organizava a cidade, quais eram os anseios e preocupações da população urbana, e como a escravidão estava presente em todos os momentos da vida das pessoas. O escravo aparece nos jornais muito definido em sua atuação no espaço urbano, pois os anúncios que aí aparecem referem-se em sua grande maioria às atividades urbanas que eram requisitadas pela população. Anúncios de aluguel, compra e venda de escravos são uma constante durante o século XIX. Essa fonte documental será bastante útil para esta pesquisa, como será mostrado um pouco mais adiante.

Por ora, serão utilizadas outras fontes, que têm revelado importância para o estudo da escravidão urbana e, quando combinadas umas com as outras, podem esclarecer aspectos importantes das relações dos proprietários e dos escravos com a cidade.

A propriedade escrava em Campinas e a atividade de aluguel de cativos já era bastante conhecida e disseminada, mesmo quando o que viria a ser Campinas configurava-se ainda como pequeno núcleo colonial com sua produção de gêneros de abastecimento e açúcar. Este fato pode ser comprovado pela documentação recolhida nos “Maços de População”¹⁴² para Campinas, que permitem verificar que desde o início do século XIX,

¹⁴² Não discutiremos aqui sobre o conteúdo e importância dos Maços de População, ou censos populacionais, tema que pode ser analisado através do trabalho de EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos: escravos e*

muitos senhores de escravos viviam praticamente do trabalho desses, tendo no aluguel dos cativos, sua atividade econômica principal.

É este por exemplo, o caso de Manoel Cabral, que em 1818 era residente na Vila de São Carlos¹⁴³, natural de Atibaia, com 61 anos de idade, viúvo e branco, que segundo informa o documento “*vive dos jornais dos seus escravos (José 16, Efigênia 24 e Casimira 15), anda por ano em 40:000*”¹⁴⁴.

Ou ainda, mais explícito, como encontramos Alexandre Bueno, residente na Vila de São Carlos, natural de Mogi, com 51 anos, casado e branco, que possuía os escravos Pedro de 20 anos, Elesbão de 53 anos e Catarina de 25 anos e que o documento diz que “*vive dos aluguéis de seus escravos*”¹⁴⁵.

Mais significativo, devido ao número de escravos, é o exemplo de José Joaquim Teixeira, residente na Vila de São Carlos, capitão de milícias, natural da Vila da Princesa, Bispado de Mariana, 54 anos, casado e branco, que era senhor dos escravos Roque de 50 anos, José, 38 anos, João, 19 anos, Bento, 19 anos, Maria, 40 anos, Maria, 16 anos, Antonia, 20 anos, Virgínia, 6 anos, Cândida, 4 anos, Zelinda, 2 anos, José, 14 anos, Jesuíno, 11 anos, que “*vive dos jornais de seus escravos que rendem por ano 100\$000*”¹⁴⁶.

Esses exemplos mostram que desde antes de 1850, o comércio e aluguel de escravos era já bastante praticado na cidade. Deve-se contudo, tomar o cuidado devido com esses aspectos do trabalho escravo durante estes anos iniciais do século XIX em Campinas, pois, possivelmente, esses escravos fossem alugados para o trabalho na lavoura, já que nesta primeira metade do século, as atividades urbanas ainda eram de pouca monta, embora já existisse um pequeno comércio no núcleo central da antiga Vila de São Carlos. Infelizmente, os Maços de População não esclarecem em quais atividades esses escravos estavam ocupados. Não obstante, estes problemas não invalidam, pelo contrário, confirmam a importância do trabalho escravo na cidade que rapidamente cresce, sendo o cativo algumas vezes, única fonte de sustento para pequenos agricultores, ou ainda, para pessoas

trabalhadores livres no brasil - séc. XVIII e XIX. Editora da UNICAMP, Campinas, 1989. (Coleção Repertórios).

¹⁴³ Nome antigo de Campinas que perdurou até 1842, quando esta localidade foi elevada à categoria de cidade com o nome atual. Ver MENDES, José de Castro, Retratos da Velha Campinas, Departamento de Cultura, São Paulo, 1951, p.127.

¹⁴⁴ Maços de População, I Companhia, sem número de fogo, 1818.

¹⁴⁵ Maços de População, I Companhia, fogo n. 82, 1809.

¹⁴⁶ Maços de População, I Companhia, fogo n. 161, 1809.

que não tinham condições de sobreviver de outro modo, a não ser alugando o serviço de seus escravos, como parece ser o caso da viúva Angela Maria, residente na Vila de São Carlos, natural de São Paulo, com 41 anos de idade, que “*vivia dos jornais de seus escravos*” de nomes Ventura, 32 anos, Antonia, 42 anos, Ignacia, 14 anos e Margarida, 27 anos¹⁴⁷, chamando a atenção para o fato de todas serem mulheres, o que, é claro, não impedia que fossem trabalhadoras de roça, mas que poderiam certamente, empregar-se como costureiras, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, amas de leite e outras atividades que os anúncios de jornais tanto reclamam para escravas nas casas de família ou mesmo em estabelecimentos comerciais, como estalagens, hotéis e pequenas oficinas.

Mesmo sem levar em conta a importância intrínseca dessas informações recolhidas nos Maços de População sobre aluguel de escravos, temos nesta fonte, um importante complemento do material existente nos jornais, podendo mesmo serem os Maços de População considerados como fonte complementar para o estudo da escravidão em geral e da escravidão urbana em vários outros municípios onde esses documentos censitários estiveram presentes nos séculos XVIII e XIX.

Neste sentido, temos que o comércio de escravos era praticado em Campinas mesmo quando esta era apenas uma vila colonial, destacando-se o fato de aparecerem muitos escravos de aluguel.

Era significativo, nas décadas iniciais do século XIX, o contingente de escravos no município. Na cidade, segundo relata um cronista, “*durante o dia, via-se mais negros do que brancos*” pelas ruas. O perambular dos escravos nas ruas, a noite, era fortemente vigiado pela polícia, que exigia autorização por escrito de seus senhores para que pudessem levar recados urgentes, caso contrário, eram encarcerados e sofriam surras violentas, permanecendo presos até que o senhor aparecesse para soltá-los, mediante pagamento das despesas e multa.¹⁴⁸

Se na primeira metade do século XIX temos que o aluguel de escravos talvez se destinasse ao trabalho na lavoura de cana e nas roças de outros gêneros, com a ampliação das vias comerciais entre Campinas e outras regiões do país e da província, o panorama modifica-se bastante.

¹⁴⁷ Maços de População, 1ª Companhia, fogo n. 120, 1814.

¹⁴⁸ SESSO JR., Geraldo, op. cit., p.219.

Trabalho e liberdade

A partir de 1850 principalmente, vemos que o trabalho escravo é muito importante dentro da cidade, em áreas significativas do comércio e nas atividades urbanas mais comuns.

No capítulo 2 deste trabalho, viu-se que os impostos de meia-siza relevaram os nomes de alguns dos mais atuantes traficantes de escravos em Campinas. Acredito que estes traficantes eram personagens importantes que ajudaram a compor o cenário da escravidão urbana, pois uma análise mais detida de suas atividades e das pessoas com as quais mantinham seus negócios, parece mostrar a escravidão urbana em seu pleno funcionamento. Além disso, os impostos de meia-siza revelam também as transações realizadas entre proprietários isolados, que não eram certamente traficantes, mas indicam a negociação entre um senhor e outro, e novamente, as características dessas negociações sugerem ser escravos urbanos que permeavam todo esse comércio.

Nesse sentido, vê-se por exemplo que no ano de 1875, alguns proprietários de imóveis na área urbana estiveram envolvidos na compra de escravos. Assim o Sr. Bernardino José de Arruda, proprietário de um imóvel sito a rua Lusitana nº 17¹⁴⁹, comprou a Joaquim Pinto de Faria e Silva, o escravo Manoel, de 28 anos, natural de Porto Alegre¹⁵⁰. Ainda nesta situação, Francisco Paulino de Moraes proprietário de um imóvel sito a rua Regente Feijó nº 6 comprou a Eugênio Crispiniano de Silveira a escrava de nome Raimunda, com 12 anos e natural do Ceará¹⁵¹. Já o Comendador Joaquim Policarpo Aranha, dono de vários imóveis na cidade situados a rua Lusitana 22 e 115, rua Direita 27, rua do Comércio 41, rua General Osório 30 e 32, aparece envolvido em compras de vários escravos, alguns negociados com traficantes bastante conhecidos, mas outros adquiridos a outros proprietários como por exemplo, o escravo Filomeno de 21 anos, natural do Maranhão, comprado pelo Comendador a Sra. Isabel Mariana dos Santos¹⁵² o que permite especular com a possibilidade do Comendador Policarpo Aranha necessitar de vários escravos para as tarefas domésticas em suas propriedades, pois não se sabe se o referido

¹⁴⁹ Coletoria de Campinas. Imposto Predial, 1875, livro 53.

¹⁵⁰ Coletoria de Campinas. Imposto de Meia-Siza, 1875, livro 53.

¹⁵¹ *Ibd.* *idem.*

¹⁵² *Ibd.* *idem*

Comendador alugava alguns desses imóveis para outras pessoas. Também as senhoras Maria Francisca Barbosa Aranha e Rosa Maria de Jesus, a primeira proprietária na rua do Comércio 21 e a segunda proprietária de imóveis nas ruas da Constituição 14 e 23, Formosa 26 e do Góis 21, adquiriram cativos respectivamente a Marcelino Neges e Joaquim de Barros penteado Filho. Dona Maria Francisca comprou o escravo José de 52 anos, natural de Atibaia e dona Rosa Maria comprou o escravo Benedito de 8 anos, natural da Bahia.

Com exceção do Comendador Aranha, que certamente era um dos maiores proprietários de escravos e de imóveis da cidade, os outros compradores parecem ser pequenos proprietários urbanos, e todos eles compraram apenas um escravo, possivelmente para o serviço doméstico de suas casas na cidade.

Esses documentos não trazem, no entanto, informações sobre a profissão, ou habilidade para o trabalho desses escravos mencionados. É necessário ir em busca de informações em outros tipos de documentos, que tornem mais visível as formas de trabalho que a escravidão urbana criava.

O escravo vivia dentro da cidade sob condições severas, embora talvez preferissem este espaço ao eito. Na cidade, apesar da maior mobilidade, o escravo que desejasse acumular seu pecúlio e pleitear a alforria precisava trabalhar muito e por muito tempo para obter seu intento. O trabalho na cidade as vezes podia ser bem pesado, como era o caso de escravos que viviam carregando objetos ou pessoas. A competição entre os próprios escravos também dificultava a obtenção de uma melhor remuneração no espaço urbano. Neste sentido, talvez tivessem melhor sorte aqueles escravos que possuíssem mais habilidade para o trabalho, ou que exercessem determinadas profissões.

Contudo, mesmo esses escravos eram vítimas da exploração sem limites de seus senhores. É o que exemplifica o caso do escravo Benedito, pertencente ao senhor João Pereira de Campos Becker¹⁵³. Em 1880, Benedito entra com um pedido de liberdade na justiça contra seu senhor. Benedito trabalhava como carpinteiro para esse senhor havia 17 anos. Conseguira juntar um pecúlio considerável, por ser escravo, no valor de 1:000\$000 com o qual pretendia comprar sua alforria. Porém, seu senhor não estava satisfeito com esta quantia, pois julgava que o escravo, por ser trabalhador qualificado valia muito mais, e

¹⁵³ Ação de Liberdade onde é Benedito, escravo de João Pereira de Campos Becker – libertando. TJC, 2º Ofício, Cx. 95, processo 1684, 1880.

exigiu, para libertá-lo, a quantia de 4 contos de reis, que o defensor do escravo, o famoso advogado Luiz Gama, declarava ser desumana, pedindo, então que Benedito e o seu pecúlio ficassem depositados em mãos idôneas até a sentença final.

João Pereira, no entanto, não aceitara a quantia que o escravo Benedito havia apresentado ao juiz, alegando que o cativo era jovem, sadio e perito carpinteiro, tendo ele João Pereira, recusado ofertas de até 5 contos de reis pelo escravo. Sendo assim, o senhor de Benedito decidiu-se por fazer um acordo. Estava ele disposto a aceitar pela liberdade do escravo a quantia de 3 contos de reis, sendo que dois contos deveriam ser pagos em dinheiro, ficando um conto de reis para ser pago pelos serviços de carapina que o escravo deveria realizar para seu ex-senhor ou à qualquer outra pessoa que o referido João Pereira designasse. Assim, Benedito passa a ser considerado liberto, embora tenha afirmado o acordo com seu senhor, aceitando um contrato de locação de serviços, que na realidade mantinha-o preso ao mesmo senhor enquanto não pagasse o valor que ficara devendo.

Não deve ter sido fácil para Benedito, saldar sua dívida, pois o documento mostra que Benedito receberia por seus serviços mensalmente e se não falhasse sequer um dia fosse por qualquer motivo, a quantia de 100\$000. No entanto, dessa quantia, deveria o escravo entregar à João Pereira a metade, para ser descontado do débito que tinha, e a outra metade seria para que Benedito pudesse *“manter-se de comida, vestuário e tudo o mais que precisar, pois toda essa manutenção (sic), será a sua custa”*. Ou seja, certamente Benedito trabalhou mais do que o prazo de vinte meses, estipulado no contrato, para saldar sua dívida, pois metade do que receberia deveria ser entregue ao ex-senhor, arcando o liberto com todas as demais despesas necessárias para a sua sobrevivência. Ainda mais, o contrato se prolongaria indefinidamente, caso Benedito não saldasse a dívida no prazo de vinte meses.

Esse documento é interessante, pois mostra a forma cotidiana em que se estabeleciam as relações de trabalho sob a escravidão neste período. Benedito já trabalhava para João Pereira havia 17 anos, no ofício de carpinteiro. João Pereira, na verdade talvez fosse proprietário de outros escravos nas mesmas condições de Benedito, pois, outros documentos revelam que João Pereira possuía importantes negócios na cidade, além de desempenhar o cargo público de arruador, medindo terrenos e orientando o traçado urbano

da cidade que se desenvolvia¹⁵⁴. Além disso, João Pereira possuía uma oficina de construção, localizada na rua do Teatro nº 78, onde vendia “*madeiras de todas as qualidades, telhas portuguesas e francesas e cal de Sorocaba e de Santos*”¹⁵⁵.

Em um Libelo Cível de 1887, onde Jacques Vigier e sua mulher brigam contra Jacob Bolliger¹⁵⁶ e sua mulher devido a construção de umas casas na rua do Góes, encontra-se uma nota de compra da oficina de carpinteiro e marceneiro de João Pereira de Campos Becker datada de 1880, onde é interessante notar junto com a descrição dos materiais comprados por Jacques Vigier a discriminação dos nomes e dos valores diários percebidos pelos trabalhadores da oficina sob comando de João Pereira. Vê-se neste documento, por exemplo, que possivelmente alguns escravos trabalhavam ao lado de imigrantes. Assim os nomes de Isidoro, Carlos, Amaro, André e Cassiano (possivelmente escravos ou libertos, já que não consta sobrenome) trabalhavam junto com Francisco Pinto, Joaquim Lourenço, Alemão, Luiz Italiano e Antonio “Hespanhol”, recebendo esses trabalhadores, em média, por jornada, entre 2\$000 a 4\$000, mostrando um pouco o cotidiano de trabalho na cidade, onde muito provavelmente, escravos com habilidades

¹⁵⁴ Câmara Municipal, extrato da Ata da sessão de 12 de maio de 1873. Publicado na “Gazeta de Campinas” em 25/05/1873.

¹⁵⁵ Libelo Cível onde são Jacques Vigier e Luiza Vigier – acusadores e Jacob Bolliger e sua mulher – réus. TJC, 1º Ofício, cx. 281, processo 5475, 1887.

¹⁵⁶ Segundo Andrea Karastojanov, Jacob Bolliger foi vice-cônsul da Suíça de 1875 a 1890, aparecendo ainda como tesoureiro da Sociedade Alemã de Instrução e Leitura e também a frente de negócios na cidade, como responsável por uma botica. KARASTOJANOV, Andrea Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas: um estudo sobre a comunidade alemã residente na zona urbana durante o II Império*. Dissertação de mestrado, IFCH – UNICAMP, Campinas, SP, 1998, p. 137, nota 456.

No documento ao qual nos referimos na nota acima, Bolliger aparece envolvido em uma questão complicada com Jacques Vigier sobre o qual, não pude recolher informações muito precisas. Diz o documento:

“*Por seu procurador abaixo assinado, dizem Jacques Vigier e sua mulher D. Luísa Vigier que, possuindo Jacob Bolliger e sua mulher, à rua do Góes desta cidade (Campinas), um terreno com umas pequenas e velhas casas, o primeiro suplicante tomou-lhe de arrendamento ao preço de trinta mil reis mensais, mediante a seguinte convenção verbal: O primeiro suplicante comprometeu-se a demolir as casinhas velhas e levantar ali novo edifício, com alicerces suficientes para sobrado, conforme plano e planta aprovados pelo referido Bolliger; gozar da nova edificação e afinal receber do proprietário o valor que a ela fosse dado por peritos arbitradores. Tendo o primeiro suplicante vendido o estabelecimento e etilier fotográfico, que possuía nos altos do referido prédio, reservando para si os direitos que tinha na aludida edificação, em cuja escritura foi testemunha o próprio Jacob Bolliger. Acontece porém, que o proprietário foi entender-se com o comprador do estabelecimento e etilier – Sophian Niebber e Francisco Cesário de Azevedo, sublocatários do prédio, para exigir-lhes a renda sem pagar aos suplicantes que aliás não lhe fizeram entrega da casa e tem direito de retê-las, o valor da sua edificação. A vista do exposto querem os suplicantes haver dos suplicados pelos meios judiciais esse valor, que estimam em 7:000\$000, tendo aliás despendido ali a quantia de 8:300\$000, conforme os documentos juntos, além de muitas outras pequenas despesas que não tomou nota, e por isso requerem a V. Ex. se digne de mandar citá-los, marido e mulher, para virem à primeira audiência se conciliar com os suplicantes sobre a referida indenização, pena de revelia e custas. Campinas, 20 de junho de 1887”.* TJC, 1º Ofício, cx. 281, processo 5475, 1887.

encontravam pequenas brechas para acumularem seus pecúlios e buscarem suas alforrias, como era o caso de Benedito, acima descrito. Nesta nota de compra mencionada, o nome de Benedito não aparece, pois possivelmente a pendência judicial sobre a sua liberdade ainda não havia recebido solução.

O advogado que representou o escravo Benedito nesta contenda contra João Pereira de Campos Becker era o famoso rábula Luiz Gama, conhecido em toda a província de São Paulo pela sua atuação política em prol da abolição da escravidão, assim como pelo seu desempenho frente aos tribunais representando e defendendo escravos em ações de liberdade¹⁵⁷.

O mesmo Luiz Gama foi responsável por uma ação de liberdade de Francisco, crioulo, menor de idade, contra seu senhor João Ferreira de Camargo, registrado no foro de Campinas em 1881. O documento traz muitos aspectos interessantes sobre a escravidão na cidade, embora se trate evidentemente, de um caso particular. Argumenta Luiz Gama em defesa da liberdade do escravo Francisco, que o mesmo é filho de Maria, *“africana livre, escrava de D. Senhorinha Pires de Camargo, que vendeu o dito menor Francisco a João Ferreira de Camargo, que ao tempo o possui”* (grifos de Luiz Gama)¹⁵⁸. As palavras grifadas pelo advogado no documento indicam a agressiva defesa que o mesmo habituara-se a fazer perante os juizes. Luiz Gama enfatizava o fato inicial no processo de ser Francisco filho de uma mulher mantida ilegalmente no cativo, já que era africana livre, ou seja, a idéia aqui implícita é que a escrava Maria havia chegado ao Brasil após a lei de 1831, que declarava livre todos os africanos introduzidos no país.

Não bastando este argumento em favor de Francisco, o advogado explora ainda mais a ilegalidade da escravidão do menor. Argumenta que Francisco é filho natural de João Ferreira de Camargo, seu senhor. Segue dizendo que:

“Realmente João Ferreira de Camargo, como em Campinas é notoriamente sabido, teve relações carnis com Maria, africana livre, escravizada, em poder de D. Senhorinha Pires de Camargo; e, com essa

¹⁵⁷ Um importante e recente trabalho sobre a atuação de Luiz Gama frente aos tribunais paulistas encontra-se em AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na Imperial cidade de São Paulo*. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1999.

¹⁵⁸ Ação de manutenção para ser manumitido em sua liberdade, o crioulo menor de nome Francisco. Luiz Gonzaga Pinto da Gama – autor. João Ferreira de Camargo – réu. TJC, 1^o Ofício, cx. 246, processo 4948, 1881.

escrava, teve três filhos de cor parda – João, Luiza e Francisco. Libertou os dois primeiros; e assim não procedeu quanto ao terceiro, porque (são textuais palavras de João Ferreira de Camargo) era um peralta que precisava ser dominado e dirigido para bem encaminhar-se; pelo que comprava-o, para tê-lo sujeito e não o forrava como aos outros fizera”.

Portanto, o fundamento para a liberdade de Francisco residia no fato dele ser filho legítimo de seu próprio senhor pois, *“neste caso, ainda contra a vontade do senhor, torna-se livre o escravo, porque o descendente, ascendente ou qualquer outro parente consanguíneo ou afim, não pode como cativo, ao outro pertencer, visto como ao direito natural repugna que alguém possua, como seu escravo, seu próprio filho”* (segue citando os compêndios jurídicos e ordenações com as quais elaborou seu argumento).

João Ferreira de Camargo fizera ainda pior, na visão de Luiz Gama, pois além de manter o próprio filho sob escravidão, *“sempre disse abertamente ser pai do menor Francisco. E a tudo isto acresce ter sido, o dito menor, como livre, posto na Escola de Primeiras Letras, que freqüentou, na Rua do Regente Feijó, em Campinas, dirigida pelo Professor Porfírio Pires Carneiro”* (grifos de Luiz Gama). Situação esta bastante inusitada, pois o menor fora matriculado na escola como se livre fosse, quando na verdade, através de um contrato firmado entre João Ferreira de Camargo e D. Senhorinha Pires de Camargo, Francisco era considerado cativo, com o agravante de ser filho de africana livre, sendo seu senhor, o próprio pai¹⁵⁹.

No contrato que se pode ver na nota 20, ficava João Ferreira de Camargo responsável pelo menor Francisco, que ao que parece, resistira em sujeitar-se tanto a D. Senhorinha Pires de Camargo, quanto ao seu novo senhor que era ao mesmo tempo seu pai, pois o documento ainda mostra que Francisco fugiu, e encontrava-se em poder de Gustavo Adolfo de Castro, pelo que João Ferreira de Camargo explicava ao Juiz Municipal que *“no contrato existem cláusulas pelas quais é o suplicante responsável para com a referida*

¹⁵⁹ *“Eu abaixo assinada Senhorinha Pires de Camargo, senhora possuidora de um escravo de nome Francisco de 15 a 16 anos de idade, filho de minha escrava de nome Maria, o qual não podendo ter na minha companhia, visto não querer ele se sujeitar, faço entrega (ilegível) ao Sr. João Ferreira de Camargo Junior, para viver em sua companhia e ser aplicado em qualquer serviço que o mesmo Sr. determinar, ficando a seu cargo todas as despesas que com o dito escravo fizer, até (ilegível) que começar a ganhar seu salário regular, e daí em diante, deduzir as despesas, será repartida (ilegível) ao Sr. Camargo Junior, a importância dos salários, não podendo ser por forma alguma (ilegível) o escravo do poder do dito senhor. E por ser minha livre vontade, mandei passar o presente contrato que por não saber ler nem escrever passei ao abaixo assinado que por mim assinou com as testemunhas presentes. Campinas, 5 de março de 1880. TJC, 1º Ofício, cx. 246, processo 4948, 1881.*

senhora (D. Senhorinha Pires de Camargo) pelos atos praticados pelo dito escravo, e não querendo este vir por sua conta, o suplicante requer a V.S. providências para que, em obediência ao dito contrato venha o contratado para o poder do suplicante”.

No processo de Francisco contra João Ferreira de Camargo, não consta a sentença proferida pelo juiz, sabe-se apenas que houve desistência tácita¹⁶⁰.

Esses documentos que mostrei aqui, as Ações de Liberdade, trazem bastante informações sobre os trâmites judiciais que envolviam as questões relativas à liberdade dos escravos. Alguns aspectos dessa rotina burocrática merecem ser ressaltados, para que haja uma melhor compreensão da dinâmica do trabalho escravo e da escravidão na cidade.

Ao iniciar, através de um advogado ou representante, um processo contra seu senhor, o escravo muitas vezes apresentava ao juiz seu pecúlio. Ao senhor cabia o direito de contestar o valor pelo qual o escravo propunha adquirir sua liberdade e, para tanto, eram nomeados os avaliadores, para que pudesse chegar-se a um preço justo para a alforria. Mas essa prática envolvia sempre muitas confusões. Ora o advogado ou representante do escravo alegava que os avaliadores nomeados eram senhores de grande escravaria, e portanto, exageravam no preço, com o interesse de manter a escravidão; ora o dono do escravo mostrava-se irritado pelo fato do avaliador ser considerado abolicionista convicto, o que prejudicava uma avaliação isenta, pois o preço do escravo caía à um patamar ínfimo¹⁶¹.

Numa dessas contendas judiciais o conhecido cidadão de origem alemã, residente em Campinas, Guilherme Krug, reclama ao juiz sobre a ação movida por seu escravo de nome José. O escravo depositara um pecúlio no valor de 700\$000, com o qual pretendia libertar-se, porém, seu senhor não aceitou o valor depositado, pois tratava-se de um escravo de menos de 30 anos, de primeira classe, e com profissão definida. José era pedreiro. E lamenta Guilherme Krug com ironia: *“O suplicante não pretendia se acomodar com esse valor (700\$000) (...) mas com arbitradores nomeados é contar de antemão com um preço muito inferior”*¹⁶².

¹⁶⁰ ABRAHÃO, Fernando Antonio. *As ações de liberdade de escravos do Tribunal de Campinas*. Campinas, SP: UNICAMP, Centro de Memória, 1992. (Coleção Instrumentos de Pesquisa), p.24, verbete 41.

¹⁶¹ Para maiores detalhes sobre essa fonte ver ABRAHÃO, Fernando Antonio, op. cit., 1992.

¹⁶² Ação de liberdade onde é libertando José, escravo de Guilherme Krug. TJC, 2^o Ofício, cx. 96, processo 1697, 1886.

Havia ainda outro problema neste caso particular, mas que era recorrente em vários processos de liberdade. Trata-se da escolha dos avaliadores. Raramente chegava-se a um acordo razoável entre as partes em litígio. No caso de Guilherme Krug, este reclama que foi obrigado a escolher entre os nomes propostos pelo curador do escravo José por dois pequenos negociantes e um afinador de pianos. E diz ainda este senhor que *“não havendo, como nunca há, acordo à respeito do terceiro (avaliador), V. Excelência (o juiz) serviu-se escolher um dos da lista do curador, Francisco de Paula Aranha”*.

Argumenta Krug que os curadores de escravos amiúde escolhiam pessoas conhecidas por terem sentimentos abolicionistas para fazerem as avaliações do valor dos escravos em questão, e portanto, dando um preço muito abaixo do praticado no mercado. Segundo Krug, Francisco de Paula Aranha havia conseguido alguns meses antes a libertação de outra escrava pertencente a Krug, de nome Procópia, a qual Aranha levou consigo para ser sua companheira. Portanto, reclama com o juiz, que a escolha de Francisco de Paula Aranha, para ser o terceiro arbitrador era claramente suspeita, *“mas o suplicante está convencido que da lista do curador não virá outro que lhe seja menos desfavorável; e, desde que V. Ex. entende dever optar por ela, não lhe parece ocorrer outro recurso prático senão resignar-se”*.

Krug acaba então optando por não levar o caso mais adiante, exasperado que estava com a situação e com a avaliação feita pelos louvados deste caso, que em sua opinião, eram todos abolicionistas. Por fim, desabafa:

“Julga que ao libertando não é lícito pretender libertar-se por menos do que em juízo exibiu e portanto, embora a louvação tenha já sido feita, requer a V. Ex. se digne de mandar pôr termo ao processo, fazer entregar ao suplicante os setecentos mil reis e conceder a carta de liberdade”.

Entrando em acordo, Guilherme Krug concede ao escravo José a liberdade, mas registra no tribunal seu veemente protesto contra a maneira pela qual os escravos estavam sendo libertados, ou seja, os sentimentos abolicionistas haviam pesado bastante para a avaliação do valor do escravo, e Krug mostrava-se pouco disposto a levar o caso adiante, preferindo ele próprio libertar o escravo, ainda que não concordasse com o valor estipulado pela justiça.

Por outro lado, alguns processos trazem à tona a prática contrária, ou seja, o escravo exigia, através do curador, sua liberdade na justiça, mas o curador reclamava contra a avaliação excessivamente elevada do preço do cativo, feita por afamados proprietários de escravos na cidade. Este é o caso da escrava Eubrásia, pertencente a José Rodrigues dos Santos Calhella¹⁶³.

O curador da escrava relata que o senhor não aceitou a quantia de 800\$000 pela liberdade da mesma, fato este que levou a questão para ser avaliada pelos arbitradores que determinariam o valor pelo qual a escrava poderia conseguir sua alforria.

Acontece que foram nomeados para proceder a avaliação os cidadãos João Cláudio Gomes, Joaquim Celestino de Abreu Soares e Joaquim Paulino Barbosa Aranha, que o curador contesta por serem “*os dois últimos fazendeiros possuidores de grande escravatura no município de Campinas*”, sendo que, pela avaliação desses senhores a liberdade da escrava foi estipulada em 1:800\$000.

O caso não obteve solução no tribunal de Campinas, indo parar na Corte, para que fosse solucionada a disputa. Escreve o curador de Eubrásia, o advogado Manuel Corrêa Dias, dirigindo-se à Vossa Majestade Imperial que

“Não é estranho a V.M.I. que em razão da crescente onda abolicionista em todo o Império, em razão de repetidos assassinatos praticados por escravos em seus feitores e senhores, em razão de freqüentes suicídios dos mesmos escravos, em razão da precária segurança quer pessoal, quer da propriedade servil, em razão da possibilidade de um desfecho inesperado para esta incandescente questão levada ao seio do parlamento (...), em razão, enfim, do pânico produzido por todo este conjunto de circunstâncias, a propriedade servil está atualmente reduzida a metade ou menos da metade do seu antigo valor”.

Reclama o advogado ao Imperador, em tom apocalíptico, das circunstâncias que envolviam o arbitramento de uma ação de liberdade na década de 1880, procurando mostrar que a crise da escravidão fazia-se sentir cada vez mais volumosa, em diversos terrenos. Evoca a falta de segurança, a ameaça de rebeliões e crimes, a incerteza dos rumos que o pressentido fim da instituição escravista poderia tomar, como justificativas para atacar o valor pelo qual a escrava fora avaliada.

¹⁶³ Ação de liberdade onde é libertanda Eubrásia, escrava de José Rodrigues dos Santos Calhella. TJC, 2^o Ofício, Cx. 95, processo 1686, 1881.

Argumenta ainda o doutor Manuel Corrêa Dias que a escrava já tinha 41 anos, encontrava-se grávida de sete meses e possuía poucas qualidades além do trabalho na roça. E brada indignado: *“Com efeito, que excepcional escrava é essa para merecer a descomunal avaliação de 1:800\$000 no conceito de dois fazendeiros possuidores de grande escravatura?”*.

E ademais, o advogado elenca no documento vários casos de escravos nas mesmas condições ou até mais jovens e sadios que Eubrásia que foram avaliados por valores bem menores que 1:800\$000, e argumenta: *“Acaba de ver V.M.I. que quase ao mesmo tempo em que a libertanda Eubrásia era avaliada pelo inaudito preço de 1:800\$000 na mesma cidade de Campinas quem queria comprava ótimos escravos ao preço de 1:200\$000, 1:100\$000, 900\$000 e 800\$000; eram escravos de órfãos avaliados a 800\$000!”*, suplicando ao Imperador que a justiça fosse feita, e a escrava finalmente obtivesse a almejada liberdade, *“pois (está) provado, pelo que fica dito, que a avaliação de Eubrásia por 1:800\$000, longe de representar seu justo valor, é uma exorbitância e uma iniquidade”*.

Não se sabe se os indignados protestos do advogado chegaram aos ouvidos do Imperador, mas sabe-se que a avaliação foi homologada, cabendo ao advogado recurso sobre a mesma. Finalmente, foi dado provimento, sendo a avaliação reduzida para 1:000\$000 que foi pago ao senhor, conseguindo a escrava sua liberdade¹⁶⁴.

Também no caso do escravo Manoel, pertencente a Quirino do Amaral Campos, houve divergência quanto ao valor a ser pago pela liberdade do cativo, sendo bastante interessante a disputa entre as partes envolvidas¹⁶⁵. Logo de início, o senhor do escravo Manoel argumenta que fora feito o depósito do valor a ser pago como indenização e o seqüestro do mesmo escravo, embora, em sua opinião, tal ato carecesse de fundamento legal, já que tal procedimento somente seria possível em caso de injusto cativo, o que não era o ocorrido neste processo, já que o escravo reconhecia sua condição. Assim, o senhor argumenta que os jornais obtidos pelo escravo enquanto o processo estivesse em andamento deveriam ser-lhe repassados, não tendo Manoel o direito de receber o

¹⁶⁴ ABRAHÃO, Fernando Antonio, op. cit., p. 47-8, verbete 121.

¹⁶⁵ Ação de Liberdade por arbitramento. Manoel (libertando); Quirino do Amaral Campos (suplicado). TJC, 1^o Ofício, cx. 219, processo 4509, 1875.

pagamento por sua jornada de trabalho. Depreende-se desta argumentação, que Manoel era um escravo que trabalhava como alugado, ou talvez, ao ganho, pois, como vê-se logo a seguir, o mesmo possuía profissão.

Deste modo, não havendo acordo entre as partes sobre o valor da alforria de Manoel, o caso é dado ao arbitramento dos avaliadores Antonio Quirino dos Santos, João de Souza Camargo e o terceiro avaliador Eloy Cerqueira, sendo o escravo avaliado pela quantia de 1:700\$000 (um conto e setecentos mil reis), valor com o qual não concordou o avaliador João de Souza Camargo, que explica as razões pelas quais julgava o valor do escravo ser mais elevado. Nas palavras do avaliador:

“Entendi que o valor do escravo era 2:000\$000 reis descendo afinal a 1:800\$000 reis no propósito de chegar [ao acordo]. As razões do meu modo de pensar são as seguintes: o escravo é cozinheiro [e] bom pedreiro, qualidades que determinam grande valor. Quanto a idade, embora tenha cabelos brancos, conheço-o há muitos anos, e por isso sei que tem quarenta e cinco anos pouco mais ou menos. Um escravo nestas condições vale sem dúvida o preço de 2:000\$000, e a avaliação não pode perder de vista a justa indenização do proprietário”.

No entanto, sendo derrotado no arbitramento, pelo valor apresentado pelos dois outros avaliadores, João de Souza Camargo, preferiu baixar o valor para 1:800\$000, para que pudesse haver acordo entre as partes. No final do processo, o valor da indenização ficou em 1:700\$000 que foi paga ao senhor e o escravo libertado¹⁶⁶.

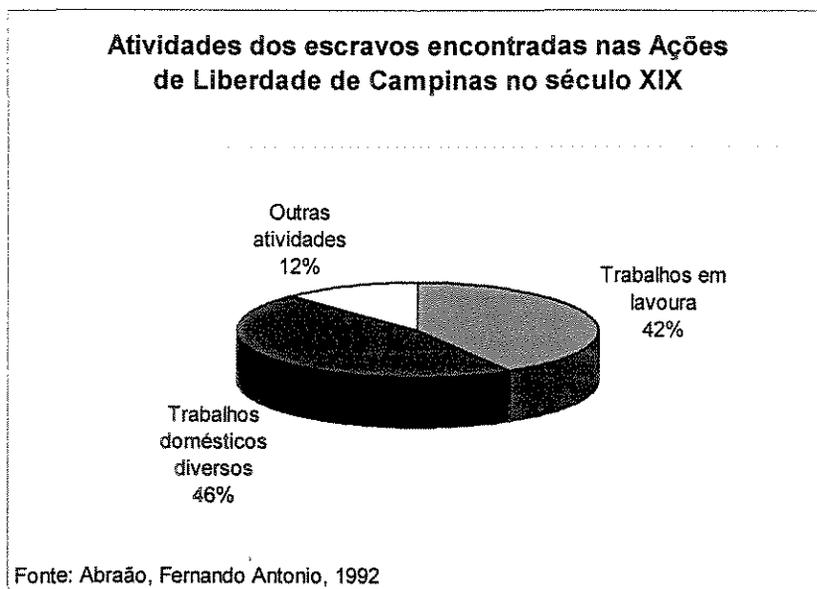
Existem ainda, nas Ações de Liberdade, vários outros exemplos que, tais como os que aqui foram descritos, trazem um pouco de luz sobre a escravidão no espaço urbano de Campinas. Seria enfadonho, no entanto, prosseguir narrando outras histórias que esses documentos oferecem, sendo preferível, selecionar alguns casos, como esses que estão descritos acima, pelos quais se enxerga, ainda que precariamente, o cotidiano do trabalho escravo em Campinas neste final do século XIX.

Registre-se apenas que, dos 157 processos de liberdade que compõem esse rico acervo, cerca de 40 casos descrevem a profissão dos escravos, sendo esse dado, interessante para perceber a composição dessa mão-de-obra. Nos processos onde encontram-se as profissões dos cativos 41,5% trabalhavam na lavoura; 46,4% eram trabalhadores

¹⁶⁶ ABRAHÃO, Fernando Antonio, op. cit., p. 19, verbete 24.

domésticos; 12,1% exerciam outras atividades, possivelmente mais voltadas para o ambiente urbano. O Gráfico a seguir ilustra essa distribuição profissional.

Gráfico 3



Percebe-se com essas histórias registradas nos cartórios e tribunais da cidade, um período bastante conturbado para a sociedade escravista do oeste paulista, pois trata-se dos momentos finais da escravidão, nesta região que tornou-se o bastião da ordem senhorial na província de São Paulo. Observou-se nestes relatos, de forma deliberada, casos em que o escravo estivesse ligado a alguma atividade urbana, especialmente sob o aspecto da profissão, que oferece uma maneira mais segura de trabalhar com a escravidão na cidade.

Tratou-se até aqui de alguns casos bastante particulares envolvendo trabalho escravo na cidade. Deve-se prestar atenção nesta análise realizada com as Ações de Liberdade, não apenas ao aspecto jurídico dos documentos, mas sim, lê-los em suas entrelinhas, pois somente assim, percebe-se a relação entre a escravidão e a cidade.

Os casos vistos aqui indicam a presença de escravos com habilidades profissionais variadas, trabalhando no perímetro urbano, onde tinham a possibilidade de juntar um pecúlio para libertarem-se, embora tal prática não fosse tão simples, pois o trabalho escravo na cidade, envolvia também uma constante tensão, pois para conseguir juntar algum dinheiro, o escravo urbano precisava trabalhar em demasia, porque os pagamentos pelos

serviços, mesmo os mais especializados era ínfimo. Além disso, como já foi dito, esses escravos chegavam a competir entre si por atividades na cidade, não sendo raros os casos que envolviam esses indivíduos em brigas, discussões ou prisões, ou por violarem os códigos de postura do município, que limitava a liberdade dos cativos no perímetro urbano¹⁶⁷.

A prática cotidiana da escravidão: escravos de aluguel e de ganho nos anúncios da “Gazeta de Campinas”

Desta forma, abordar a escravidão urbana em seu funcionamento é um exercício de perceber no cotidiano da cidade, as múltiplas faces do escravismo no século XIX. Para aprofundar um pouco mais essa questão, recorreu-se aos jornais, pois essa fonte mostrou-se uma das mais significativas para o estudo da escravidão urbana, revelando ao mesmo tempo o cotidiano urbano repleto do movimento frenético dos escravos pelas ruas assim como, foi de grande auxílio para se conhecer melhor como era a Campinas dessa época.

A leitura dos jornais traz à luz uma história bastante movimentada, onde se pode andar pelas ruas da cidade, visitar suas lojas, conhecer os mais importantes comerciantes, ver descer do tálburi o fazendeiro de café que vinha tratar de seus negócios nas poucas casas bancárias, e em cada esquina, encontrar escravos fazendo o comércio ambulante, vendendo quitutes ou panos, disputando com outros escravos a tarefa de carregar a bagagem de algum forasteiro que acabava de descer na estação de trem, enfim, perceber pelos anúncios classificados a relevância do trabalho escravo para a população, que necessitava sempre, alugar, comprar ou vender um cativo. Fosse para o serviço doméstico, ou para qualquer outra atividade, recorria-se invariavelmente, ao trabalho dos negros escravizados.

Os anúncios recolhidos na “Gazeta de Campinas” mostram com clareza o cotidiano da cidade e a inserção do escravo no espaço urbano, atuando em praticamente todas as atividades que se diversificavam conforme a cidade aumentava de tamanho e população, exigindo mão-de-obra para serviços públicos ou em domicílios privados, onde o escravo estava sempre presente.

A escolha do jornal em questão como fonte documental para o estudo da escravidão em Campinas deveu-se ao considerável espaço de tempo que o periódico “Gazeta de

¹⁶⁷ KARASH, Mary. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, .op. cit. p. 121.

Campinas” cobre, ou seja, de 1869 até 1887, portanto compreendendo quase todo o espaço de tempo que estamos pesquisando. Destaca-se ainda, que este jornal foi um dos que mais influência tiveram na imprensa de Campinas, ao lado de outros, como “O Constitucional”, sendo que a “Gazeta” rapidamente transformou-se, cresceu, ampliou o número de páginas e principalmente, aumentou muito o número de anúncios publicados, tornando-se um dos principais veículos do comércio da cidade e na região, suplantando seus outros concorrentes quanto à preferência dos anunciantes¹⁶⁸. Deste modo, a “Gazeta de Campinas” torna-se importante indicador do crescimento das atividades urbanas, assim como, do dinamismo do comércio local:

“Acompanhando o aumento generalizado nas atividades produtivas e explicitando as tendências marcadamente urbanizadoras da atividade cafeeira, deparava-se o leitor [da “Gazeta de Campinas] com anúncios de concorrências para a realização de serviços tais como: arborização de ruas e praças, construção da Igreja Matriz Nova (serviços de empreitada), bem como na Estação Ferroviária da Cia. Paulista de Estradas de Ferro”.¹⁶⁹

Ainda seguindo por esta via, a “Gazeta de Campinas” oferece uma quantidade maior de anúncios sobre aluguel, compra, venda e fugas de escravos, que seu principal concorrente, “O Constitucional”, tornando-se, portanto, uma melhor fonte documental para o estudo em questão.

Esclarece Gebara que:

“Existem (...) alguns elementos que denotam uma menor aceitação popular por parte dos leitores em relação ao O Constitucional: em primeiro lugar, a Gazeta de Campinas nos anos de 1874 e 1875 apresenta uma média de 35 anúncios por número. Considerando o melhor aparelhamento do O Constitucional, que propiciava inclusive um melhor tratamento gráfico aos textos das propagandas, é de se acreditar que a Gazeta atraía mais o propagandista devido à sua maior divulgação” (grifos do autor)¹⁷⁰.

¹⁶⁸ GEBARA, Ademir. Campinas- 1869-1875. Republicanismo, imprensa e sociedade. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1975. Vale também examinar as posições políticas dos jornais de Campinas após 1850 apontados por Gebara, cujo tema não abordaremos em nosso trabalho por não ser este nosso objeto de estudo.

¹⁶⁹ GEBARA, op. cit., p. 39.

¹⁷⁰ GEBARA, op. cit., p. 48.

Portanto, a “Gazeta de Campinas”, em sua evolução técnica, rapidamente passou da inicial preocupação com o debate político¹⁷¹ para uma postura acentuadamente empresarial, abandonando *“a prioridade doutrinária e política para buscar na venda de anúncios o elemento fundamental para novas formas de contato com o leitor”*¹⁷².

Os escravos que aparecem nos anúncios da “Gazeta de Campinas” estavam presentes em praticamente todos os setores da vida urbana, embora os trabalhos domésticos fossem os mais requisitados. Vemos então muitos escravos sendo alugados como sapateiros, pedreiros, cozinheiras, lavadeiras, engomadeiras, amas de leite, pagens, cocheiros, etc.

Na cidade havia trabalho para escravos de todo o tipo e idade, desde os mais qualificados até os de roça, bem como velhos e crianças. Amaral Lapa, trabalhando também com os anúncios de escravos da “Gazeta de Campinas” observa que eram

*“as crianças e mulheres com filhos, bem como os idosos, que como escravos são mobilizados pelas classes populares num ativo mercado marginal, sobretudo antes da extinção do tráfico e possivelmente durante a grande imigração”*¹⁷³.

Muitos negociantes, ou pequenos proprietários urbanos colocavam escravos à venderem produtos vários, possivelmente feitos de modo artesanal por pessoas de pouca renda, mas que não dispensavam, ou não podiam dispensar, a exploração do trabalho escravo, mesmo que fosse em um pequeno comércio nas ruas da cidade, ou de porta em porta, como exemplifica um anúncio da “Gazeta de Campinas” onde lê-se:

*“Precisa-se de uma alugada para vender quitandas e mais serviços na r. do regente Feijó, 95”*¹⁷⁴. Ou ainda, comerciantes já estabelecidos na cidade valiam-se do braço escravo para colocarem seus produtos à venda, como em um anúncio do mesmo jornal acima citado onde lê-se que a casa comercial de “Guilherme & Salgado” precisa *“de um preto para andar com tabuleiro de fazendas na rua”*¹⁷⁵.

¹⁷¹ GEBARA, op. cit., destaca a divulgação pela “Gazeta de Campinas” da propaganda republicana nos números iniciais do periódico.

¹⁷² GEBARA, op. cit., p. 44.

¹⁷³ LAPA, op. cit., p. 1.

¹⁷⁴ Gazeta de Campinas, 26/5/1872.

¹⁷⁵ Gazeta de Campinas, 2/6/1870.

Como dissemos acima, a demanda pelos mais diversos serviços, oferecia aos proprietários de escravos uma forma de receber algum dinheiro alugando periodicamente seus cativos, mesmo que fossem crianças, que aliás eram bastante procuradas, a julgar pelo bom número de anúncios que dizem precisar-se *“alugar uma negrinha de 10 a 14 anos para carregar uma criança”*¹⁷⁶. Outros anúncios são mais sutis, como este que diz: *“Precisa-se alugar uma mocinha de 12 a 14 anos, escrava ou forra, para carregar uma criança”*¹⁷⁷, ou ainda *“precisa-se alugar uma rapariguinha de 10 anos mais ou menos para carregar criança, também compra-se”*¹⁷⁸, demonstrando o intenso movimento do trabalho escravo no espaço urbano onde destaca-se, nos casos acima exemplificados, o trabalho de crianças de pouca idade, escravas, para os serviços domésticos, sendo que, nas fazendas de café, certamente preferia-se alugar ou comprar escravos já em idade produtiva para o trabalho na lavoura. Também interessa chamar a atenção para o fato de que o trabalho de crianças, jovens e velhos escravos nas cidades configura uma das facetas da escravidão urbana que pouco tem sido estudada pelos pesquisadores, oferecendo oportunidade para a ampliação do tema em questão.

Na verdade, o trabalho de crianças e idosos escravizados no espaço urbano, parece ser mais uma característica da escravidão nas cidades, que foi também contemplado no importante estudo, já citado, de Cláudia Goldin. Diz a autora:

*“Um interessante aspecto do aluguel de escravos urbanos é que ele permitia o uso particularmente eficiente de trabalhadores muito jovens ou velhos (...). Isso implica que crianças de escravos alugados não eram separados de seus pais, e que pessoas idosas eram empregadas, talvez como parte de um grupo (package) familiar”*¹⁷⁹.

Outros pequenos escravos eram requisitados para serviços nas ruas, como revela um anúncio onde diz-se que *“precisa-se de um pequeno de 12 anos mais ou menos para vender quitanda. Paga-se bem”*¹⁸⁰.

¹⁷⁶ Gazeta de Campinas, 10/9/1871.

¹⁷⁷ Gazeta de Campinas, 22/10/1871.

¹⁷⁸ Gazeta de Campinas, 28/1/1872.

¹⁷⁹ GOLDIN, Cláudia, op. cit., p.36.

¹⁸⁰ Gazeta de Campinas, 27/11/1886.

Quanto à expressão “paga-se bem”, poucos anúncios trazem o preço oferecido ou pago aos escravos de aluguel, como este em que se lê: “*Aluga-se uma escrava para todo o serviço de uma casa de família por 30\$000 rs. mensais*”¹⁸¹ ou ainda este: “*precisa-se alugar uma preta escrava ou livre com afiançada conduta, que saiba cozinhar, lavar e engomar para casa de pouca família; não excedendo o seu aluguel de 20 a 25\$000 mensais*”¹⁸². E também um anúncio onde “*vende-se por preço cômodo uma escrava robusta, boa para lavoura e também cozinha, lava e engoma. Esta mesma escrava também se aluga para fora da cidade no caso de não ser vendida, e pelo preço de 16\$000 por mês*”¹⁸³

Contudo, o trabalho com outras fontes documentais oferece a possibilidade de ampliar essas informações que dizem respeito ao ganho proveniente do aluguel de escravos na cidade. Por exemplo, pesquisando os inventários e testamentos do Primeiro Ofício de Campinas, encontramos a descrição da partilha dos bens inventariados de Dona Rita de Almeida Leite¹⁸⁴, cujo inventário foi feito por José Leite de Camargo Penteado, marido daquela. Efetuadas a avaliação e partilha dos bens que incluíam 6 escravos, Luiz, de 60 anos, Benedita, de 40 anos, Benedito, de 33 anos, Rita, de 66 anos, Luzia, de 26 anos e Ignacia, de 66 anos, começa uma briga judicial por parte dos herdeiros que não aprovavam a conduta do inventariante quanto à utilização dos bens que a ele tinham sido depositados. Contudo, o que nos interessa neste conflito é que o documento faz uma descrição dos ganhos provenientes dos aluguéis de dois dos escravos inventariados que teriam sido indevidamente apropriados pelo inventariante em prejuízo dos herdeiros. Assim sendo, descreve o documento que

“No dia 16 de [dezembro] trabalhou os escravos Luiz e Benedito nesse mesmo mês 8 dias a 1.280 rs. por dia cada um são 20\$480.

Mês de janeiro trabalhou Benedito 23 dias a 1.000 por dia – 23\$000.

O [escravo] Luiz trabalhou 10 dias a 1.000 por dia – 10\$000.

Mês de Fevereiro trabalhou o Benedito 23 dias – 23\$000.

Mês de Março trabalhou o Benedito 27 dias – 27\$000.

¹⁸¹ Gazeta de Campinas, 30/6/1871.

¹⁸² Gazeta de Campinas, 27/4/1871.

¹⁸³ Gazeta de Campinas, 14/9/1871.

¹⁸⁴ TJC, 1º Ofício, cx. 194, processo 4092, p.2.

Mês de Abril trabalhou Benedito 20 dias – 20\$000.

Mês de Maio trabalhou o Benedito 14 dias – 14\$000.

A [escrava] Luzia trabalhou um mês – 22\$000.

Estes exemplos são importantes por trazerem alguns valores que representam o ganho proveniente do aluguel do trabalho escravo, embora no caso do inventário acima, talvez o escravo de nome Benedito fosse alugado para trabalho na lavoura, pois o documento descreve-o como sendo de “*serviço de roça e bom*” enquanto a escrava Luzia, provavelmente trabalharia alugada para alguma casa de família na área urbana, pois segundo o inventário, Luzia lavava roupas. Quanto ao escravo Luiz, não obtivemos informações quanto à sua qualificação profissional.

O aluguel de escravos para trabalhar na cidade, parecia ser um bom negócio para os senhores que podiam dispor de alguns para tal prática, mesmo levando em consideração a alta de preços dos cativos após 1850. Na realidade, a cidade apresentava uma escassez de mão-de-obra para muitas tarefas de infra-estrutura urbana ou serviços em geral, e os trabalhadores livres, talvez não suprissem essa demanda, além do que, o salário de um trabalhador livre, era maior que o preço de aluguel de um escravo. Afirma Carvalho:

“Em meados do século XIX, o incremento da mão-de-obra escrava permitiu que alguns senhores cedessem, sob pagamento de um aluguel, seus escravos para a realização de trabalhos na cidade, substituindo a escassa mão-de-obra livre. O aluguel variava entre 320 e 400 réis por jornada diária, preço altamente vantajoso, dado que a jornada de um dia de trabalho livre custava ao redor de 600 réis”¹⁸⁵.

Neste sentido, temos aqui vários exemplos de escravos alugados em diversas atividades, seja na cidade ou no campo, mostrando também alguns valores em moeda que eram pagos à esses escravos, que caso não sejam relevantes quantitativamente, são significativos devido às poucas informações que a documentação primária e a bibliografia sobre a escravidão urbana proporciona a este respeito.

Com a rápida expansão urbana do município, a demanda pelos serviços cresce e os escravos aparecem muitas vezes como profissionais qualificados, trabalhando ou sendo alugados em obras particulares ou públicas, em especial, serviços ligados à lavoura cafeeira

¹⁸⁵ CARVALHO, Edemir de.; op. cit. p. 13.

ou transporte do café. Mas não só a produção agrícola demandava o serviço de cativos, podendo estes ser encontrados ou solicitados – como se vê nos anúncios – para atividades em toda a cidade e em qualquer profissão, como por exemplo um anúncio onde se lê: *“quem tiver 4 escravos para alugar dirija-se a Imperial Olaria de Antonio Carlos Sampaio Peixoto, que paga bom jornal, e dá sustento, moradia, medico e botica”*¹⁸⁶. Oferece-se, aqui, uma boa oportunidade para senhores lucrarem com o que era pago pelo trabalho de seus escravos de aluguel, com a vantagem do sustento dos mesmos sair por conta do empregador.

Ainda outros estabelecimentos comerciais divulgavam na imprensa a necessidade de trabalhadores, quase sempre escravos de aluguel. Vê-se alguns exemplos como estes que informam: *“Precisa-se de uma cozinheira para um hotel em Mogi-Mirim; quem tiver e a quiser alugar dirija-se à rua da Constituição n. 17 para tratar”*. Ou ainda este: *“Cozinheiro: precisa-se de um bom cozinheiro para o Hotel da Paz”*¹⁸⁷. Embora os anúncios não mencionem explicitamente a preferência por trabalhadores cativos, pelo menos no primeiro deles, fica claro tratar-se de escravos. Portanto, eis aqui um ramo do setor de serviços da cidade que requisitava bastante trabalhadores alugados, havendo um número significativo de anúncios de estabelecimentos comerciais que necessitavam do aluguel de escravos.

O movimento do comércio, com a afluência constante de pessoas chegando na estação de trem, revela também algumas situações curiosas que envolviam a escravidão na cidade. Os escravos ao ganho, que perambulavam pelas ruas atrás de qualquer tipo de trabalho, eram requisitados com frequência por comerciantes, viajantes recém chegados a Campinas, para carregarem objetos e realizarem todo o tipo de serviços. Nem sempre os escravos efetuavam suas tarefas a contento, despertando a indignação daqueles que os contratavam. Um exemplo curioso foi este encontrado num anúncio da “Gazeta de Campinas”. Diz o texto:

“Canastra: O proprietário do restaurante italiano da rua da Constituição n.66, deu anteontem as 2^{1/2} horas da tarde a um preto de ganho que passava, por nome Benedito, um conhecimento, a fim dele ir à estação tirar uma canastra de um passageiro que chegara. O preto porém, tirou aquele objeto e não foi

¹⁸⁶ Gazeta de Campinas, 24/4/1873.

¹⁸⁷ Gazeta de Campinas 23 e 24/11/1876.

*entregá-lo, fugindo com ele. Pede-se a quem conhecer o preto, e souber disto, o obséquo de comunicar ao mesmo restaurante*¹⁸⁸.

Infelizmente no jornal em questão não se encontra mais detalhes sobre este inusitado acontecimento, nem se conhece qual era o conteúdo da tal canastra. O preto Benedito, que passava em frente ao restaurante italiano, provavelmente voltando de alguma outra tarefa, já que era escravo de ganho e devia estar trabalhando desde a manhã pelas ruas, foi interpelado pelo proprietário do restaurante que lhe deu o recibo para retirar a bagagem do forasteiro que acabara de chegar à cidade. Benedito, no entanto, não se sabe por qual motivo, decidiu evadir-se com a canastra, e pelo que diz o anúncio, já estava fugido havia dois dias, deixando o dono do restaurante, que possivelmente iria hospedar o viajante, em uma situação complicada.

Nos anúncios dos jornais do século XIX, também verifica-se que a prática do roubo de escravos na cidade era recorrente, exigindo das autoridades municipais empenho em punir os infratores. Em um anúncio recolhido na “Gazeta de Campinas”, esclarece o Sr. Antônio da Silva Teles que havia desaparecido no dia 19 de junho de 1872, *“uma escravinha de nome Ana, de 8 a 9 anos de idade, mais ou menos. Quem a trouxer ou der dela notícia certa será gratificado. Supõe-se ter sido roubada, portanto protesta-se contra quem a tiver acoutado ou roubado*”¹⁸⁹. O senhor da dita “escravinha” talvez tivesse motivos sérios para desconfiar do roubo, pois nas cidades costumavam atuar quadrilhas que roubavam escravos e vendiam a outras pessoas. Leila Algranti, mostra bem como funcionava esta prática, que causava muitos problemas aos senhores que tinham escravos ao ganho a andar pela cidade. Segundo esta autora, baseando-se na documentação primária da cidade do Rio de Janeiro, esses ladrões seduziam os escravos com promessas de liberdade, ganho, mulheres e os colocavam à venda¹⁹⁰. A população, em geral, atribuía tal prática aos ciganos, que tinham fama de trapaceiros e ladrões, sendo alguns desses indivíduos bastante ricos, embora certamente, não agissem sozinhos, contando com vários outros elementos da cidade que se beneficiavam da prática de furtar escravos e revendê-los para outros senhores. Tal prática de roubar escravos, às vezes crianças cativas, talvez tenha

¹⁸⁸ Gazeta de Campinas 20/11/1884.

¹⁸⁹ Gazeta de Campinas, 23/06/1872.

¹⁹⁰ ALGRANTI, Leila.; op. cit. p. 73-74.

dado origem ao folclórico temor imposto às crianças de serem levadas por ciganos, isso já em época posterior à escravidão.

Escravos também foram bastante utilizados nas obras públicas, encontrando-se anúncios de “*serventes para a Matriz Nova, preferindo-se escravos. Paga-se bem*”¹⁹¹ (grifo nosso). Encontramos escravos requisitados para outros serviços públicos como neste anúncio onde pede-se “*uns cem [trabalhadores] livres ou escravos para os trabalhos da estrada de ferro da C.P. (Companhia Paulista de Estradas de Ferro); garante-se muito bons jornais e comodidades. Trata-se na fazenda da Samambaia, a 1 légua de Campinas com o empreiteiro*”¹⁹². Interessante neste anúncio, é a disposição dos contratantes em aceitar escravos, o que geralmente não era permitido aos executantes de obras públicas, sobretudo em estradas de ferro. Mais intrigante ainda, é o fato do anúncio ser de agosto de 1871, ou seja, apenas um ano antes da inauguração da estação de Campinas, ocorrida em 11 de agosto de 1872, o que revela que esses escravos (caso fossem contratados) não seriam utilizados simplesmente no trabalho mais bruto, como derrubada de árvores e preparação do terreno, pois a obra já encontrava-se em fase de conclusão, como confirma outro documento recolhido:

*“Segundo se vê do último relatório apresentado em 25 do mês findo pela Diretoria da Companhia Paulista, tiveram começo a 15 de março último os trabalhos de construção da importantíssima estrada de ferro de Jundiá à Campinas, marchando eles com tal celeridade que, se continuarem do modo com que foram encetados, é de esperar que fiquem terminados antes do prazo convencionado de dois anos, prometendo os respectivos empreiteiros uma antecipação de três a quatro meses”*¹⁹³.

Pode-se especular, portanto, que a construção da estrada de ferro trouxe aos escravos urbanos de Campinas, uma nova oportunidade profissional, onde talvez aqueles que possuíssem mais habilidades (como os carpinteiros, pedreiros, etc.) pudessem almejar obter sua liberdade recebendo os jornais pagos pelos empreiteiros da ferrovia, constituindo-se também, um importante negócio para os senhores que tinham escravos para colocar no trabalho urbano.

¹⁹¹ Gazeta de Campinas, 17/7/1873.

¹⁹² Gazeta de Campinas, 22/1/1871.

¹⁹³ Relatório do Presidente da Província de São Paulo, 1870, p.11.

No entanto, esse não é o único caso, onde aparecem escravos trabalhando na ferrovia. Em um documento bastante peculiar, vê-se novamente o emprego de cativos na estrada de ferro, desta vez, na ferrovia Santos – Jundiaí. Trata-se da “Relação dos acidentes havidos entre 1^o de janeiro a 30 de setembro de 1863” nas obras da Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí. Nesta relação aparece no dia 17 de abril de 1863 o escravo João, que sofreu uma fratura, constando que o mesmo morreu três dias depois do acidente. Ainda, em 17 de julho do mesmo ano, o escravo Bernardo sofreu uma ferida contusa, não sabendo-se mais detalhes sobre o caso. Além disso, novamente e de maneira muito clara, os escravos em questão aparecem trabalhando ao lado de homens livres e imigrantes, pois do documento constam também acidentes envolvendo portugueses, um alemão e um espanhol.

A relação por si só é inusitada, tragicômica praticamente, pois revela não só o arriscado trabalho que envolvia a abertura da estrada de ferro, mas mostra também um elevado grau de violência entre os próprios trabalhadores, onde lê-se crimes envolvendo tiroteios e assassinato, sem contar, como foi dito, os acidentes derivados do próprio trabalho na ferrovia. Vale a pena reproduzir tal documento mantendo a mesma forma como foi escrito, lamentando-se apenas não ser uma reprodução fac-símile, pois não foi possível obter cópia fotográfica do mesmo.

Tabela 8

Estrada de Ferro de Santos a Jundiaí – Relação dos acidentes havidos entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 1863.							
Meses	Dias	Pessoas				Acidentes	Observações
		Nomes	Mortas	Feridas	Contusas		
Janeiro							
	11	Manoel Fernandes de Lima	1	---	---	Recebeu uma bala no ventre	Tristão da Cunha Cavalheiro Sobrinho e seu irmão J. da Cunha Cavalheiro, atacados por um número superior de trabalhadores portugueses, entre os quais se achavam os cinco aqui mencionados, conseguiram salvar suas vidas, matando os três primeiros, ferindo dois, e afugentando os outros.
	11	Bento Soares	1	---	---	Recebeu um tiro no estômago	
	11	José Joaquim	1	---	---	Recebeu uma facada no coração	
	11	Dois outros portugueses	---	2	---	Feridos na mesma ocasião	
	11	Tristão da Cunha Cavalheiro Sobrinho				Feridos nesta luta	
	11	Jerônimo da Cunha Cavalheiro					
Fevereiro	8	José Luiz de Almeida	---	---	1	Quebrou uma perna	
	9	Manoel Ribeiro Guerra	---	1	---	Ferida penetrante	Morreu a 10 do mesmo mês
	12	José Alves	---	---	1	Caiu sobre ele uma pedra	Tornou-se necessário amputar-lhe o braço
	18	Manoel Francisco	---	1	---	Explosão de mina	Ficou gravemente ferido

	19	José Salgado	---	---	1	Deslocação dos cubitos	
	21	Francisco Alves	---	---	1	Ferida contusa	
	21	Um trabalhador	1	---	---	Morto em Mogi	
Março	7	Germano	---	1	---	Ferida incisa	
	8	Antonio Fernandes	---	---	1	Apertado entre dois waggons	
	9	Manoel de Paiva	---	---	1	Ferida contusa	
	11	José Mariano Claro	---	---	1	Idem idem	
	21	Manoel Rodrigues	---	1	---	Pistola disparada casualmente	Corpo de delito, indagações policiais
	27	Manoel Neto	---	1	---	---	---
Abril	17	João, escravo	---	---	1	Fratura	Morreu a 20 do mesmo mês
	29	Dois trabalhadores	---	2	---	Explosão de mina	Gravemente ferido
	11	Um dito	---	---	1	Contusão	
Maio	6	R. Federley	---	1	---	Deu-lhe um tiro o americano J. William	Jorge William foi preso e pronunciado
	12	Antonio José Ferreira	---	---	1	Contusão	
	28	Francisco Gomes	---	1	---	Explosão de mina	
	28	José Antonio Machado	---	1	---	Idem idem	Morreu a 7 de junho
Junho	9	Joaquim Monteiro	1	---	---	Idem idem	
	9	Um alemão	1	---	---	Assassinado	Estes crimes foram perpetrados por [Luiz
	9	Dois ditos	---	2	---	Feridos com uma foice	Jériguot ?] na serra, que ainda não foi preso

	15	Antonio da Costa	---	1	---	Explosão de mina	
	15	José Joaquim Pereira	---	1	---	Idem idem	
	24	Um espanhol	1	---	---	Caiu-lhe sobre a bexiga uma pedra	Morreu instantaneamente
	30	José Ricardo de Oliveira	1	---	---	Desmoronamento	
Julho	3	Miguel Servien	---	1	---	Ferimento grave	Morreu no dia 5 do mesmo mês
	15	Tomas Maciel	1	---	---	Desastre	
	17	Bernardo, escravo	---	1	---	Ferida contusa	
	22	Manoel Neto Pacheco	---	---	1	Fratura	
	26	Antonio da Silva		3		Apunhalados na serra por Luiz Jériguot	Atribui-se o fato a um acesso de delirium tremens
	26	Luiz Jacinto					
	26	Francisco dos Santos					
	26	Luiz Jériguot	---	1	---	Ferido e espancado depois de cometer o crime	Recolhido à cadeia de Santos
Setembro	3	John Paul	1	---	---	Caiu em um precipício na serra	Morreu poucas horas depois
	3	Um trabalhador	---	1	---	Facada	
	3	Dois ditos	---	2	---	Espingarda disparada	
	3	Um dito	---	1	---	Explosão de mina	
São Paulo, 23 de outubro de 1863			I. Wallace G. Coehcrane, Engenheiro Fiscal				
Conforme			O Oficial Maior, Firmino José Barbosa				
Fonte: Relatório do presidente da província de São Paulo, 1864.							

Após esse longo interlúdio, necessário para esclarecer importantes aspectos da escravidão urbana, vejamos novamente o que os leitores da “Gazeta de Campinas” encontravam nos anúncios dessa folha.

Havia muitos endereços na cidade onde se podia comprar ou alugar escravos, alguns eram de casas de comércio bastante tradicionais. Outros, como o da própria “Gazeta de Campinas”, eram locais onde os interessados em negociar escravos poderiam obter informações. A tabela a seguir exemplifica alguns logradouros constantes nos anúncios da “Gazeta de Campinas”.

Tabela 9

Principais endereços constantes nos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos em Campinas na segunda metade do século XIX.
Depósito de Chapéus pátio da Matriz Velha
Fazenda Samambaia
Hotel dos Viajantes perto da estação da estrada de ferro
Imperial Olaria de A. C. Sampaio
Largo da Matriz Nova (relojoeiro)
Largo da Matriz Velha 25
Largo da matriz Velha n.6
Largo do Rosário 74
Largo do Rosário n. 20 B
Largo do Teatro de baixo do Hotel Quatro Nações
Matriz Nova
Pátio do Rosário 20 ^A
Rua Alegre n. 1 (Chácara)
Rua Alegre n. 8 (Chácara)
Rua América 4
Rua da Cadeia 31
Rua da Cadeia n. 31
Rua da Constituição n. 19
Rua da Matriz Nova 67
Rua da Matriz Nova, 71
Rua da Ponte 44
Rua da Ponte 49
Rua de Baixo 23
Rua de Baixo 73
Rua de São João 68
Rua do Bom Jesus 14
Rua do Bom Jesus 27
Rua do Bom Jesus n. 14
Rua do Bom Jesus n. 55
Rua do Bom Jesus, 30
Rua do Bom Jesus, esquina do Teatro
Rua do Comércio 40

Rua do Comércio 48
Rua do Comércio 50 loja de Ferragens
Rua do Comércio casa do jogo de Boja
Rua do Comércio n. 12
Rua do Comércio n. 73
Rua do Comércio, 31
Rua do Comércio, 31
Rua do Góes n. 1
Rua do Imperador n. 24
Rua do Regente Feijó 114
Rua do Regente Feijó 95
Rua do Regente Feijó, casa mística à do n. 92
Rua do Rosário 16, loja
Rua do Rosário 28 ^A
Rua do Rosário n. 40
Rua do Rosário, n.31
Rua Ferreira Penteado 100
Rua Formosa 36
Rua Formosa n. 71
Rua General Osório 54
Rua Lusitana 36
Rua Lusitana 79
Rua Luzitana 20
Rua Luzitana 30
Rua Luzitana 32
Tipografia da Gazeta de Campinas

O comércio de escravos envolvia ainda outros problemas, e a relação da escravidão nas áreas agrícolas com a escravidão urbana estreitava-se bastante, não sendo estas duas formas de trabalho escravo, de modo algum incompatíveis, mas pelo contrário, configuravam um mercado ativo entre o campo e a cidade, pois as atividades urbanas, como comércio, alguma indústria e serviços públicos, participavam da demanda de escravos com a lavoura cafeeira, não competindo na verdade, com a agro-exportação, mas tomando parte de maneira substancial neste dinâmico mercado de trabalhadores cativos¹⁹⁴.

Assim sendo, muitas vezes, alguns fazendeiros acabavam vendendo ou alugando escravos com alguma outra qualificação além do trabalho na lavoura para o centro urbano. É este por exemplo, o caso de Antonio Augusto da Fonseca, da cidade de São João do Rio

¹⁹⁴ LAPA, op. cit., p. 3. “A sociedade escravista apresenta uma estratificação que permite um comércio periférico, que atuava nas fimbrias do mercado de trabalho escravo, à margem do sistema de produção, mas por este tolerado e estimulado, uma vez que permitia a reabsorção de um permanente excedente de categoria profissional e produtividade inferiores, que caso contrário causaria insuportáveis tensões sociais e econômicas”. Não estamos plenamente convencidos quanto a expressão “categoria profissional e produtividade inferiores”, utilizada por este autor, pois, encontramos muitos escravos com habilidades em várias profissões e em idade produtiva. Contudo, a observação sobre uma possível interação entre o mercado de escravos urbano e rural é bastante interessante.

Claro que em 1873 fez publicar um anúncio na “Gazeta de Campinas” para vender “*sete escravos e três escravas, maiores, sendo as escravas casadas. Foram adjudicados em pagamento de dívida aos seus atuais proprietários, a quem não convém conservá-los por não serem lavradores*”¹⁹⁵.

Provavelmente, este tal Antonio Augusto da Fonseca, fosse na verdade, um intermediário no comércio de escravos, colocando-os à venda para os senhores destes, e recebendo uma parte do valor do negócio¹⁹⁶.

Também na área rural havia espaço para trabalhadores com alguma habilidade. Na “Gazeta de Campinas” de 6/4/1877 anuncia-se que “*por 2:400\$000 vende-se um rapaz sem defeito algum e perito em trabalhos de fazenda, especialidade em direção de máquinas à vapor e serviço de arado*”¹⁹⁷.

Interessante observar que a incipiente atividade industrial em Campinas, também valia-se do trabalho de escravos, embora a força de trabalho imigrante e livre fosse mais numerosa. Exemplo disso, encontra-se numa das mais tradicionais fábricas instaladas em Campinas no século XIX, a Fundação Bierrenbach de propriedade de João Miguel Bierrenbach. Seguindo o estudo feito por Ema Camillo, tem-se a seguinte descrição:

“Segundo texto memorialista publicado por uma das filhas de João Antonio Bierrenbach, sobre a questão da mão-de-obra, ela enfatiza serem os Bierrenbach a única firma proprietária de escravos que os remunerava quando estes faziam horas extras nas oficinas, neste caso os fundidores e chapeleiros escravos ganhavam como operários livres”.¹⁹⁸

Também na conhecida *Imperial Olaria* de propriedade de Antonio Carlos de Sampaio Peixoto, sabe-se da presença de escravos entre os trabalhadores, como já foi mostrado na página 112 deste trabalho.

Negócios com escravos eram realizados por toda a cidade, como foi visto acima. Em todas as ruas da área central encontram-se compradores, vendedores ou proprietários

¹⁹⁵ Gazeta de Campinas, 26/6/1873.

¹⁹⁶ LAPA, op. cit., p. 23 “(...) os que eram apenas senhores, não costumavam comerciar, trazendo o escravo à venda entregando-o àquele intermediário, que seria responsável pela sua manutenção (alimentação, vestuário, saúde, abrigo, etc.), durante o tempo em que ali permanecesse, mediante naturalmente um ajuste ou a inclusão dessas despesas na comissão que seria cobrada do vendedor”.

¹⁹⁷ Gazeta de Campinas, 6/4/1877.

¹⁹⁸ CAMILLO, Ema E. R. *Guia histórico da indústria nascente em Campinas (1850-1887)*. Mercado das Letras, Centro de Memória Unicamp, Campinas, 1998., p. 33.

que alugam seus escravos com habilidades para o trabalho ou sem elas. Havia mesmo casos e negociantes especialistas nas transações comerciais com escravos, que faziam seus anúncios na imprensa de Campinas, ou expunham sua “mercadoria” para ser arrematada pelos interessados em locais determinados para tal mister pela municipalidade, ou mesmo, em locais onde era proibido tal comércio, dando mostras da intensa atividade que envolvia o mercado urbano de escravos em Campinas.

.....
“Os endereços que aparecem na imprensa são tantos, que não há rua que neles não apareça pelo menos uma vez. Contudo as ruas do Comércio (atual Dr. Quirino), Regente Feijó, Direita (atual Barão de Jaguará), do Caracol (atual Benjamim Constant), General Osório, Largo da Matriz Velha são as que parecem deter maior número de vendedores [de escravos]”¹⁹⁹.

A importância do trabalho escravo na cidade pode ser vista também pelos tipos de negócios e negociantes que realizavam o comércio de escravos. As compras, vendas ou alugueis podiam ser feitos diretamente com os donos de escravos, ou através de intermediários que os colocavam à venda, ou em casas “especializadas” neste comércio onde a venda e o aluguel de cativos era realizado. *“Nesse caso, haveria estabelecimentos trabalhando com certa quantidade de escravos destinados à locação para diferentes misteres, o que atraía mais os interessados em alugar”²⁰⁰.*

Vários negociantes que podem ser observados nos anúncios dos jornais de Campinas, mantinham um comércio intermitente com a população da cidade, procurando inclusive, facilitar ou parcelar o pagamento, especialmente tratando-se de venda de lotes de escravos, como anuncia um negociante em 1877 que para vender *“uma ponta de 19 escravos moços, sendo 3 pretas e 16 bonitos moleques e pretos [e para] facilitar uma venda junta, faculta-se aos Srs. Pretendentes, se assim o exigirem, alguns prazos de 4, 8 ou 12 meses”*. O anunciante ainda esclarece que recebe também para realizar o negócio, *“ações das companhias de caminhos de ferro Paulista e Mogiana”²⁰¹.*

Como observou Lapa a esse respeito, o pagamento de forma parcelada ou através de ações de Companhias Férreas apontam para o fato de que o comerciante de escravos que

¹⁹⁹ LAPA, op. cit., p. 22 e anteriores.

²⁰⁰ LAPA, op. cit., p. 25.

²⁰¹ Gazeta de Campinas, 4/5/1877.

lidasse com este tipo de negócio, deveria retornar para a cidade (caso não residisse nela) ou que mandasse alguém para receber o pagamento no prazo estipulado. Lapa destaca ainda que este sistema favorecia a venda de lotes de escravos, cujo elevado preço dificultava o pagamento integral do valor dos cativos, ou mesmo facilitava aquisição de escravos por pessoas menos abastadas que necessitavam dessa mão-de-obra²⁰².

Fazia parte também do cotidiano da escravidão na cidade a exposição, em praça pública, de escravos que deveriam ser arrematados em leilão, por motivos de dívidas de seus proprietários, ou herança. Alguns anúncios trazem este tipo de prática, como este em que se lê:

“Faço saber aos que o presente edital virem e dele notícia tiverem, que tendo de ser vendidas por este juízo a escrava Porfíria, crioula, dezoito anos de idade, com alguns préstimos e uma filha desta recém nascida com quinze dias de idade, ambas avaliadas por um conto e seiscentos mil reis, pertencentes à viúva e herdeiros órfãos, filhos do finado João dos Santos Camargo, são convidadas todos os que pretenderem as referidas escravas, a apresentarem suas propostas em cartas fechadas (...) a fim de ser a venda efetuada com aquele que maior lance oferecer”²⁰³.

Não só no mercado urbano de compra, venda e aluguel surge o escravo. Também a municipalidade valia-se do trabalho de escravos em muitas atividades que a expansão da cidade exigia, principalmente durante a década de 1850 e depois, onde começam a surgir preocupações quanto à obras de arruamentos, saneamento e limpeza urbanos, embora, muitas vezes, esses escravos fossem usados de modo ilícito, fazendo com que as autoridades municipais tomassem providências para regulamentar esse tipo de atividade, como vemos acontecer ainda em 1848 quando a Câmara Municipal ordena que *“prossiga [o fiscal] na matança dos cães, como novamente lhe foi determinado, servindo-se dos Policiais, e não de jornaleiros, que sendo estes comumente Escravos acham não ser honesta, e quando aqueles se recusem proceda na forma da Lei”²⁰⁴.*

O motivo da não utilização dos escravos na “matança de cães” não é esclarecida pelo documento, mas revela a atividade dos cativos em serviços ligados a ordem e limpeza públicas. Possivelmente, a municipalidade não pretendia gastar com o aluguel de escravos

²⁰² LAPA, op. cit., p 27.

²⁰³ Gazeta de Campinas, 30/04/1871.

²⁰⁴ Atas da Câmara Municipal de Campinas, 5ª Sessão Ordinária do dia 7 de abril de 1848, p. 52.

para realizar tal tarefa, já que incumbira a força policial para isso. Mostra também a preocupação da municipalidade em disciplinar a atividade do escravo na cidade, assim como em regulamentar as transações realizadas no comércio urbano de cativos. A preocupação com a vigilância e controle dos movimentos de escravos no espaço urbano é bastante recorrente na historiografia que trata da escravidão urbana. Em seu estudo pioneiro sobre o tema, Leila Algranti mostra como a autoridade do Estado intervém na ordem escravista, aprisionando o escravo fugido ou elementos considerados vadios, que eram obrigados a trabalharem em obras públicas pela cidade, além de exercer o poder punitivo que muitas vezes, era delegado pelo próprio senhor, como comprovam os processos de prisão e castigos aplicados em escravos pela autoridade policial em caso de crimes ou fugas destes, recebendo o poder público pagamento para exercer tal atividade²⁰⁵. Comentando sobre o trabalho de Algranti, escreve Laura de Mello e Souza:

*“Estes [senhores de escravos] muitas vezes levavam seus escravos indisciplinados às autoridades policiais para que os castigassem, tendo autonomia de decidirem sobre o número de açoites a serem dados, mas podendo receber uma recusa da polícia, caso esta considerasse que a vítima não apresentava condições físicas necessárias”*²⁰⁶.

Não apenas quanto ao cotidiano de violência que envolvia a escravidão nas cidades intervinha a autoridade do Estado. Também esforçava-se a municipalidade, para regulamentar o comércio de escravos na área urbana, bem como regulamentar as atividades destes ligadas à venda dos mais variados produtos pelas ruas da cidade. Certo que esta preocupação envolvia também tentativas de controle da violência entre escravos, homens livres e negros libertos, que disputavam espaço para trabalharem na cidade e constantemente acabavam provocando brigas e crimes que exigiam também a intervenção da autoridade municipal no sentido de coibir tais problemas. O comércio realizado pelos escravos era objeto de preocupação das câmaras municipais que buscavam regulamentar as atividades destes no mercado urbano, concedendo licenças que deveriam ser adquiridas

²⁰⁵ ALGRANTI, Leila.; op. cit. p. 75-76.

²⁰⁶ SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 137. Ver também ALGRANTI, op. cit., capítulo final.

pelos senhores que colocavam seus cativos para trabalharem como ambulantes no comércio da cidade.

Também sobre estas questões, a historiografia relativa à escravidão urbana, vem prestar importante auxílio para o pesquisador do tema. Por exemplo, Claudia Goldin mostra que: *“Aspectos sociais da vida escrava eram também matéria de controle. Escravos em quase todas as cidades não podiam sair à noite sem uma permissão se seus senhores ou locatários, e autorizações eram também requeridas para a venda e aquisição de bens no mercado”*²⁰⁷.

Seguindo esta mesma direção, Marilena Silva também mostra o grande interesse que a municipalidade tinha em controlar as atividades dos escravos no perímetro urbano do Rio de Janeiro, destacando-se o relevante trabalho documental da autora que recolheu e analisou as licenças solicitadas e concedidas para senhores colocarem seus escravos para venderem quitandas ou realizarem outros trabalhos no mercado urbano²⁰⁸.

Neste sentido, através da documentação empírica coletada nos arquivos em Campinas, pudemos também perceber a Câmara Municipal atuando sobre o controle dos escravos que perambulavam pela cidade. Em Campinas, esclarece-nos Edmo Goulart, *“pelas posturas municipais de 1872, os escravos eram proibidos de transitar nas ruas da cidade à noite, sem os bilhetes com a ordem de seus senhores”*²⁰⁹.

Ainda antes de 1872, esforçavam-se as autoridades municipais de Campinas para organizarem o comércio feito pelos escravos, bem como a presença destes nas ruas e praças da cidade. É o que se verifica nas providências discutidas em sessão da Câmara Municipal onde esclarece-se que

*“(...) A mesma Comissão a quem foi presente o Relatório do Fiscal, responde 1º quanto ao Escravo de José de Camargo da Indaiatuba que tem venda no lugar denominado descampado que o mesmo Fiscal tem providências nos artigos de Posturas uma que [ilegível] ter u negócio aberto sem licença da Câmara outra que proíbe aos Escravos Ter negócio sem licença por escrito de seu Senhor, e por consequência o mesmo Fiscal deve ir ao lugar levando consigo um oficial da Câmara e exigir essas licenças, e quando não apresenta multá-lo na forma das Posturas”*²¹⁰.

²⁰⁷ GOLDIN, Cláudia, op. cit., p.49.

²⁰⁸ SILVA, Marilena Rosa N. da. *Negro na rua (a nova face da escravidão)*. Editora HUCITEC, 1987.

²⁰⁹ GOULART, Edmo. *Campinas, ruas da época imperial*. Campinas, 1983, p. 50.

²¹⁰ Atas da Câmara Municipal de Campinas, 1ª sessão ordinária de 2 de outubro de 1854, p. 143 (verso).

Ao que parece, cometia José de Camargo dupla infração. Primeiro, ao negociar em sua venda sem licença da Câmara e segundo, por não ter apresentado licença desta para que seu escravo pudesse também trabalhar em seu negócio. Preocupava-se, então, a municipalidade, em obter controle sobre o comércio exercido não apenas pelos escravos, mas também regulamentar, e certamente tributar, o próprio senhor de escravos que tinha venda e negociava seus produtos com a população urbana. Esclarece Lapa que

“Nos domingos e dias santos, os escravos, com permissão de seus senhores, podiam vender gêneros de quitanda, desde que não fossem milho, feijão, farinha, arroz e toucinho. Entretanto, podiam vender café, açúcar e aguardente, desde que portando licença dos senhores.

Para se ter um tabuleiro, era preciso requerer licença à Câmara, pagar imposto por um ano, não sendo admitida a transferência de um dono para outro”²¹¹.

Assim como no Rio de Janeiro e certamente em outras cidades brasileiras com grande número de escravos, a vigilância das autoridades sobre os cativos era necessária, pois se no meio urbano não existia o feitor para puni-los e discipliná-los, havia a necessidade de evitar possíveis tumultos ou mesmo revoltas por parte dos escravos, possibilidade esta que sempre deixava os senhores e moradores das cidades temerosos da violência que esses escravos pudessem exercer contra a ordem social escravista que deveria ser mantida através de regulamentos e leis que visassem controlar a relativa “liberdade” de movimentos que o escravo encontrava dentro do espaço urbano.

Em Campinas, em 1854 discutia a Câmara Municipal um ofício do Fiscal Municipal

“expondo à esta Câmara a necessidade de criar-se uma Postura em que se proíba aos escravos jogarem qualquer jogo / salvo em casa de seus amos / sob uma pena de açoites, podendo porém seus Srs. Comutarem em uma multa pecuniária, para ver se com isto cessa o abuso de estarem ajuntamentos de Escravos nas Praças, e subúrbios da Cidade em jogos de búzios, e outros, sem que a Polícia possa proibir por não haver uma pena legal para impor-lhes”²¹².

²¹¹ LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade; os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996, p. 292.

²¹² Atas da Câmara Municipal de Campinas, 6ª sessão ordinária de 22 de julho de 1854, p. 141.

Observa-se portanto, a preocupação da municipalidade em coibir ajuntamentos de escravos pela cidade, assim como a necessidade de criação de uma postura para exercer punições para os infratores, fato este que possivelmente devia-se ao crescimento das atividades comerciais urbanas onde escravos que trabalhavam vendendo quitandas, transportando cargas, etc., encontravam oportunidade ora aqui, ora ali, para reunirem-se e divertirem-se com seus jogos e costumes, provocando a irritação do Fiscal Municipal, que via nisto uma ameaça à ordem pública.

Em resposta ao ofício acima transcrito, escreveu posteriormente o Presidente da Província, que julgava ser muito *“aviltante e vergonhoso”* o castigo de açoites em homens e que preferia substituí-los pela palmatória, com o que o Fiscal Municipal concordou. No que diz respeito ao pagamento de uma multa pelos senhores de escravos, parece que a disposição do Fiscal Municipal era atingir não somente estes, mas também pessoas livres, provavelmente pobres ou negros libertos, pois respondendo-lhe o Presidente da Província, adverte que *“quanto aos 100 rs de multa também nos livres, não acha são porque dando-se o caso de um homem ser muito pobre, não poderá mais sair da Cadeia por não poder pagar a dita multa”*, contudo, argumentava que, *“quanto a lembrança desta Câmara fazer uma postura para evitar desordens que achava muito acertada”*²¹³.

A cidade ao mesmo tempo que necessitava do trabalho escravo e comerciava o cativo no mercado urbano, sentia a necessidade de exercer um controle mais rígido sobre a mobilidade desses escravos, procurando evitar conflitos entre eles, assim como disciplinar a presença de vadios pelas ruas da cidade.

O crescimento urbano de Campinas acabava atraindo escravos fugidos de fazendas ou de outras cidades da região, que vinham tentar trabalhar e talvez passar por libertos empregando-se nas atividades que a expansão comercial e urbana proporcionava para escravos com alguma habilidade profissional. Nos anúncios de jornais que recolhemos observam-se muitos escravos fugitivos, quase sempre descritos pelos seus donos como sendo trabalhadores especializados em algum tipo de serviço. É o que destacamos em anúncios como este que diz ter fugido de Piracicaba o escravo Jerônimo, pertencente a Dona Maria Leite do Canto Leitão, cujo escravo tinha 16 para 17 anos e era pedreiro.

²¹³ Atas da Câmara Municipal de Campinas, 1ª sessão ordinária de 2 de outubro de 1854, p. 143 (verso).

Informava-se que o dito escravo talvez tivesse vindo para Campinas acompanhando um alemão, “*dizendo que era forro e ia aprender a carpinteiro*”²¹⁴.

Jesuíno, escravo do Dr. Carlos Augusto de Souza Lima, fugiu em 1872 e empregava-se comumente como jornaleiro em socar taipa. Também servia de camarada de tropas, tendo viajado por “*diversos lugares desta Província [São Paulo] e da de Minas*”²¹⁵.

Também o escravo Miguel, pertencente a Dona Maria A. de Mendonça Doque, havia fugido e era bom sapateiro, com a vantagem de saber ler e escrever²¹⁶. Sapateiro também era o escravo Ladislau, de 18 anos, pertencente ao Barão de Atibaia, que já servira de pagem, vestia-se muito bem e passaria em qualquer lugar por forro²¹⁷.

Por último, destacamos o escravo Tomé, 32 anos, pertencente a Antonio Rodrigues de Almeida, natural de Minas Gerais, que era alfaiate, sapateiro, sabia cozinhar e engomar, servira de pagem no Rio e em Minas. Possivelmente, este escravo, diz o anúncio, teria tentado voltar para Minas Gerais²¹⁸.

Estes exemplos que destacamos, mostram a presença significativa de escravos com profissões e habilidades que transitavam por Campinas, ora tentando colocar-se em algum serviço de construção ou no comércio, ora simplesmente procurando escapar de fazendas e procurar trabalho, fazendo passar-se por livres no espaço urbano.

Manifestações religiosas e culturais

Importante ressaltar ainda, a presença dos escravos em outras atividades, que não somente o cotidiano de trabalho como observou-se até o momento. Aspectos culturais e religiosos eram importantes para a construção de laços de solidariedade entre os cativos, assim como para os libertos.

A prática religiosa, através das irmandades era uma forma que os escravos e negros libertos encontravam para reunir-se e desenvolver o culto religioso oficial. Em Campinas, na segunda metade do século XIX, existiu a Irmandade de São Benedito, que tinha à sua frente o famoso Mestre Tito, ex-escravo, que solicitou às autoridades da capital, autorização para erguer uma capela em homenagem ao santo no local que havia sido um

²¹⁴ Gazeta de Campinas, 25/5/1873.

²¹⁵ Gazeta de Campinas, 21/3/1877.

²¹⁶ Gazeta de Campinas, 19/12/1876.

²¹⁷ Gazeta de Campinas, 18/2/1872.

²¹⁸ Gazeta de Campinas, 23/3/1871.

antigo cemitério de escravos. Os esforços de Mestre Tito para levantar tal empreendimento iniciaram-se por volta da década de 1870, embora a igreja de São Benedito só tenha sido inaugurada em 1885, quando seu idealizador já havia morrido, devido as dificuldades financeiras e a falta de autonomia das Irmandades em relação à igreja.

As atividades da Irmandade de São Benedito envolviam o ensino musical e a formação de uma banda, que se apresentava em quermesses, assim como, havia algumas classes para promover a alfabetização de negros.

Existiu em Campinas, também no mesmo período, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, cuja sede para reuniões era na Igreja do Rosário, construída pelo padre Antônio Joaquim Teixeira, auxiliado com donativos oferecidos pelos escravos²¹⁹.

Embora importantes como espaço de sociabilidade e mesmo educação para escravos e negros, as irmandades são vistas por alguns historiadores como subordinadas ao poder dos senhores, sem autonomia própria, já que muitas, contavam efetivamente, com doações e mesmo a participação de personagens conhecidos na cidade como proprietários de terras e escravos.²²⁰

A presença de escravos em manifestações culturais também era um aspecto da escravidão urbana em Campinas, que provocava, às vezes, temor na população livre e nas autoridades policiais. Em crônica de Geraldo Sesso Jr., sobre desfiles de carnaval na cidade, poucos anos após a abolição, encontra-se a seguinte descrição:

"(...) desfilavam os negros num batuque ensurdecedor, com uma cadência musical que fazia inveja a muita gente de hoje. Traziam dorsos nus, e em alguns deles, via-se ainda sinais de chibatas nos ombros. Muitos deles tinham participado do vergonhoso cativo e traziam em seus corações ódio a muitos brancos da época. Aquele bloco que era constituído por perto de sessenta pessoas, entre homens e mulheres, era temido pela própria polícia, que muitas vezes se viu em 'palpos de aranha' quando ia dar batidas naquele bairro localizado a poucos metros do Cemitério do Fundão, o famoso "Palheiro".²²¹

Mesclando os cultos religiosos originários da África, com a religião católica, os negros escravos em Campinas, tanto nas fazendas afastadas da cidade, como aqueles que

²¹⁹ PEREIRA, José Galdino. Colégio São Benedito: a escola na construção da cidadania. *Memórias da Educação em Campinas (1850-1960)*. Editora da Unicamp, Centro de Memória Unicamp, Campinas, 1999.

²²⁰ *Ibid.* idem.

²²¹ SESSO JR., Geraldo, op. cit. p. 145.

viviam na parte urbana, realizavam suas festas, com músicas e batuques característicos da tradição africana.

Inicialmente, restritas ao universo das fazendas, as chamadas “congadas” e outras celebrações dos negros, começaram a realizar-se com mais freqüência nas proximidades do centro urbano. Os locais mais apreciados pelos escravos para tais festas eram: Largo da matriz Nova, Largo da Matriz Velha, Largo do Rosário (na área central), Largo de São Benedito, Largo de Santa Cruz. Segundo Sesso Jr., as celebrações promovidas pelos negros escravos nesses locais freqüentemente terminavam em conflitos e pancadarias.²²²

O novo e o arcaico (a cidade e a escravidão)

A guisa de concluir estas reflexões sobre a escravidão urbana em Campinas, destacamos que nas décadas finais do trabalho escravo no país e em Campinas especificamente, apresentava-se um cenário de agitação em torno da questão do fim da escravidão e a substituição ou transição para o trabalho livre assalariado. Os anúncios de jornais permitem-nos observar um pouco estas mudanças sociais que se tornam ainda mais importantes ao considerarmos em seu conjunto, as transformações urbanas que ocorrem na cidade a partir de 1850. Neste sentido, a presença do novo e “moderno” contrasta com uma instituição moribunda social, econômica e moralmente, ampliando as contradições e tensões no meio de uma sociedade que pretende seguir os padrões europeus e que, com o crescimento das atividades urbanas e principalmente do comércio, passa a modificar seus hábitos de consumo em função de novos produtos industrializados que eram introduzidos nos mercados das cidades brasileiras, com destaque para a capital paulista e para Campinas, grande centro produtor de café.

A escravidão permanece ainda por alguns anos, mas sente-se que a instituição está definhando. Por vezes é atacada pela atividade política dos abolicionistas. Ora são criadas leis para a abolição gradual e “segura” do trabalho escravo. Em outros casos, a modernização e transformação da sociedade começa a mostrar-se incompatível com esta forma de trabalho. Novos produtos são introduzidos nos mercados do Império, sendo que em alguns casos, certos produtos ou serviços que eram oferecidos exclusivamente por escravos, passam a concorrer com o trabalho livre e com bens produzidos em escala

industrial, que tornavam inviável economicamente a manutenção do trabalho escravo em muitas atividades.

A título de ilustração e para acentuar o que se disse até aqui, recolheu-se através da pesquisa com jornais e outras fontes sobre a escravidão urbana em Campinas, um caso de propaganda de um produto industrial, onde a menção ao trabalho escravo está presente de forma bastante interessante. É sabido que durante todo o século XIX, uma das atividades desenvolvidas por escravas urbanas eram as chamadas “amas de leite”, ou seja, escravas que o senhor alugava a outras para amamentarem recém-nascidos. Nos jornais que percorremos ao longo deste texto, encontramos uma expressiva quantidade de pessoas procurando por este serviço, onde lê-se, por exemplo:

“Escrava à venda – vende-se uma rapariga muito sadia, prendada e muito própria para ama de leite” ²²³.

Ou ainda:

“Ama – Precisa-se de uma ama sadia, boa e carinhosa para criança. Prefere-se sem filho e paga-se bem” ²²⁴.

E também:

“Precisa-se alugar uma ama de leite, livre ou escrava, de cor ou branca” ²²⁵.

Estes entre vários outros anúncios que solicitam ou oferecem este tipo de serviço. Contudo, temos refletido sobre o que consideramos transformações na sociedade escravista brasileira e novos produtos para o consumo das camadas urbanas da população. A presença do trabalho escravo junto com produtos e serviços “modernos”, digamos assim, aparece neste anúncio recolhido na “Gazeta de Campinas”, que transcrevemos abaixo por ser exemplar dos problemas que estamos tratando aqui:

“Ama de Leite – A escassez das amas sadias e boas, o seu preço elevado, tem tornado a introdução da farinha láctea de Nestlé um verdadeiro benefício para o Brasil. Hoje uma mãe pode ter a satisfação de criar seu filho com o leite que tiver, pouco ou muito, sem risco de enfraquecer nem de sofrer na sua saúde. Dando como complemento o excelente alimento de Nestlé, tão gabado pelas sumidades médicas da Europa,

²²² Ibid. idem, p.151.

²²³ Gazeta de Campinas, 20/11/1884.

²²⁴ Gazeta de Campinas, 12/12/1876.

²²⁵ Gazeta de Campinas, 22/10/1876.

já anunciadas, com uma despesa mensal que não chega a 10\$, pode-se hoje nutrir uma criança de peito nas melhores condições possíveis.

Também é muito receitada a farinha de Nestlé a todas as pessoas idosas, fracas, convalescentes, as que sofrem do estômago e precisam de um alimento de fácil digestão” ²²⁶.

Chama a atenção para o fato do anúncio ter como cabeçalho a expressão “Amas de Leite”, tentando atrair a atenção dos interessados em alugar tal serviço e no entanto, o que vemos é a propaganda de um produto que pretende suplantar as difíceis e caras amas de leite na tarefa de amamentar os filhos e filhas dos senhores de escravos que poderiam agora, comprar no mercado um produto de excelente qualidade, livre dos inconvenientes trazidos pela utilização das amas escravas. Essa mudança cultural, acompanhava as discussões sobre a amamentação que eram recorrentes na Europa em fins do século XIX. Esclarece Alencastro que: *“Pouco a pouco o costume das amas-de-leite de aluguel declina, e o médico, baseado numa nova especialidade – a puericultura –, intervém cada vez mais no cuidado dos bebês em detrimento das práticas e da autoridade materna”* ²²⁷.

Por volta de 1880, começam a se formar em Campinas bairros mais afastados da área central, sendo que o primeiro deles foi a Vila Industrial. Outros bairros, como Bonfim, Ponte Preta, Fundão e Cambuí seguem a direção da expansão urbana imprimida pelas estradas de ferro Paulista e Mogiana, integradas à economia cafeeira. Delineia-se também a partir da década de 1880 uma maior definição quanto às classes sociais que habitavam a cidade. Aos poucos, a população pobre começa a ocupar os bairros periféricos, próximos às novas fábricas e as oficinas da rede ferroviária, enquanto a população de maior posse, instalava-se na área central definitivamente ²²⁸.

A população negra, que durante os anos finais da escravidão, parecia ocupar mais a região de Santa Cruz, habitando em cortiços, aos poucos se dispersa pelos bairros mais afastados, em busca de oportunidades de trabalho junto às indústrias e também devido aos aluguéis de imóveis mais caros na área central.

A Campinas oitocentista marchava rapidamente para uma nova etapa de sua história, firmando-se como centro urbano de importância na província, crescendo de forma

²²⁶ Gazeta de Campinas, 29/06/1876.

²²⁷ Sobre a importância das amas de leite no Brasil Imperial ver ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In.: História da Vida Privada no Brasil - Império. Coord. Fernando A. Novais. Org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 63-67.

²²⁸ PELLICCIOTTA, Mirza M. B.; op. cit. p. 112.

desordenada, exigindo providências urgentes por parte das autoridades para que a cidade não sucumbisse frente às sucessivas epidemias que a assolavam nessa época.

A modernização da cidade enfrentava um paradoxo: por um lado, havia a acelerada marcha da economia rumo a produção industrial, com investimentos do capital originário da atividade cafeeira; por outro, a transformação da cidade durante o século XIX, trouxe consigo uma crise urbana sem precedentes para a população urbana. Pode-se afirmar que a cidade passa por uma primeira crise nos finais do século XIX, com os primeiros surtos de febre amarela, onde percebe-se a falta de infra-estrutura urbana adequada para atender a população que vivia e trabalhava na área central da cidade, composta por escravos, ex-escravos e cada vez mais, imigrantes e trabalhadores livres. Pode-se concordar que: *“a força de trabalho urbana pouco significava frente ao capital cafeeiro, ficando à mercê da própria sorte. A epidemia [de febre amarela] colocou a nu as miseráveis condições a que estava submetida esta força de trabalho urbana em formação”*.²²⁹

Foram epidemias sucessivas de febre amarela nos anos finais do século XIX, que iriam modificar os rumos da expansão urbana posterior. O primeiro grande surto, registrou-se já em 1889, registrando-se mais de mil mortes, alcançando grande repercussão social e política devido à importância que a cidade detinha. Posteriormente, ocorreram novas epidemias de febre amarela em 1890, 1892, 1896 e 1897²³⁰, o que mostra que o município não tinha condições sanitárias minimamente adequadas às necessidades da população urbana. Uma segunda crise, ocorreria por volta de 1920, desta vez com outro caráter, deflagrada pelo incremento do capital especulativo imobiliário²³¹.

A presença do trabalho escravo nas cidades, ao lado de elementos transformadores da sociedade, como indústrias, comércio e ferrovias, conheceria, aos poucos, obstáculos, não sendo mais possível uma coexistência entre essas duas vertentes da história do século XIX, sem que se sentisse o espectro mais atrasado representado pela longevidade de uma instituição dos primórdios da colonização e que impedia em grande parte, o avanço econômico e social do país, e que permaneceu impedindo-o ainda por bastante tempo após seu término, sendo necessário pensar sobre qual o peso desta instituição nos problemas

²²⁹ CARVALHO, Edemir de., op. cit. p. 5.

²³⁰ LAPA, José Roberto do Amaral.; op. cit., (1996), p. 259.

²³¹ CARVALHO, Edemir.; op. cit. p. 5.

atuais enfrentados diariamente nas grandes cidades, onde domina a exploração do trabalho, a violência e a exclusão de grande parte da população do convívio em sociedade.

Considerações Finais

Um balanço final sobre a escravidão urbana em Campinas, aponta para a dificuldade em acompanhar, através da documentação e da bibliografia, o rastro deixado pelos cativos enquanto percorreram as ruas da cidade. A pretensão desse estudo foi lançar a discussão sobre o tema, na esperança de contribuir para que futuras pesquisas venham desvendar novos aspectos acerca relação entre a cidade e o trabalho escravo no século XIX.

A bibliografia sobre a escravidão urbana revelou a importância do trabalho escravo não somente em Campinas, mas de um modo geral, nas cidades brasileiras, mostrando problemas como o controle que as autoridades municipais exerciam sobre a população cativa, pois, no meio urbano não existia a figura do feitor de escravos.

Ao discorrer sobre a escravidão urbana em Campinas no período privilegiado por este estudo, procurou-se chamar a atenção para a contradição entre o crescimento populacional e econômico do município, o desenvolvimento das atividades urbanas e a reestruturação da cidade enquanto centro comercial de grande importância na região e a presença da instituição escravista, que assim como no campo, deixava na cidade as marcas da violência e da insegurança.

Os escravos eram incitados a ocuparem certos espaços, seja em suas atividades rotineiras pelas ruas, como também na hora em que deviam recolher-se para as casas de seus senhores ou para os cortiços espalhados pela cidade.

A constituição da população escrava de Campinas, oriunda das mais diversas partes do Império após o fechamento do tráfico atlântico reforçava a sensação de insegurança entre a população livre e os senhores, pois tratava-se de escravos ladinos, cujas experiências muitas vezes haviam sido construídas dentro das cidades de onde saíram.

Nas ruas da Campinas imperial, viu-se o movimento dos escravos entre as casas de comércio, oferecendo suas mercadorias, comidas, trabalhando em obras ou carregando objetos. Destacava-se na cidade, o trabalho das mulheres escravas, solicitadas com frequência para trabalhar como alugadas através dos anúncios de jornal, assim como para crianças e jovens, entre 10 e 15 anos, que serviam em grande parte de pajens, tomando conta e carregando os filhos dos senhores.

A chegada da “modernidade”, que transformou a acanhada Campinas da época colonial, no importante centro comercial da segunda metade do século XIX, aos poucos foi tornando mais difícil a prática da escravidão na cidade, assim como a crise do sistema e as campanhas abolicionistas minaram por completo a instituição.

As experiências construídas por esses escravos que trabalhavam e viviam nas ruas da cidade, foram certamente, de grande importância para que, posteriormente, com a abolição, pudessem estabelecer novos vínculos sociais.

A dignidade da população negra de Campinas, embora obrigada naquele final de século, a conviver em espaços insalubres (cortiços) e sofrendo mais intensamente as conseqüências das epidemias que assolaram a cidade, foi sendo construída aos poucos, como revela a crônica de Julio Mariano²³² a respeito do enterro da preta Figênia, cujo corpo de “mulher qualquer”, “sem estória na vida”, seus companheiros saídos dos bairros mais pobres da cidade, não permitiram que *acabasse repousando no enxurro, na lama...*”

²³² MARIANO, Julio. *Badulaques*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, São Paulo, 1979.

Fontes e Bibliografia

Manuscritas

- AÇÕES DE LIBERDADE do Tribunal de Justiça de Campinas 1850 a 1888.
- CAMPINAS, Atas da Câmara Municipal, anos 1850 a 1888
- CAMPINAS, Câmara Municipal. Arquivo. *Livro de Correspondências, Posturas e Editais: 1856-1872*
- CAMPINAS, Câmara Municipal. Arquivo. *Livro de Posturas e Editais: 1856 a 1872.*
- CAMPINAS, Câmara Municipal. Arquivo. *Livro de Posturas e Editais: 1879-1891*
- INVENTÁRIO de D. Jacinta Angélica de Moraes, TJC, 1^o Ofício, Cx. 210, processo 4356.
- INVENTÁRIO de D. Rita de Almeida Leite, TJC, 1^o Ofício, Cx. 194, processo 4092.
- INVENTÁRIO de José Domingues da Rocha, TJC, 1^o Ofício, Cx. 18, processo 518.
- INVENTÁRIO de Raimundo de Brito Leme, TJC, 1^o Ofício, Cx. 26, processo 716.
- LIVRO DE POSTURAS e Correspondências da Câmara Municipal de Campinas, 1858.
- MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1^o Companhia, fogo n. 120, 1814
- MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1^o Companhia, fogo n. 161, 1809.
- MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1^o Companhia, fogo n. 82, 1809.
- MAÇOS DE POPULAÇÃO, 1^o Companhia, sem número de fogo, 1818
- MAPA GERAL dos Habitantes da Vila de São Carlos, Maços de População, 1^a Cia., 1815.

Impressas

- ALMANAK da Província de São Paulo para 1873. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo 1985, reprodução fac-similar da edição publicada pela Typographia Americana, 1873
- ALMANAQUES de Campinas - 1871 a 1873 José Maria Lisboa (org.)
- ALMANAQUES de Campinas – 1878 e 1879 Carlos Ferreira Hypólito da Silva (org.).
- GAZETA DE CAMPINAS – COLEÇÃO PETER EISENBERG – AEL-UNICAMP Microfilmes Anos 1869 a 1887. * Obs.: Os anos de publicação dos jornais estão espalhados pelos vários rolos de microfilmes, conforme número do próprio arquivo.

RELATÓRIOS dos presidentes da Província de São Paulo, 1852, 1854, 1855, 1856, 1858, 1862, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868, 1869, 1870, 1871, 1872, 1874, 1888, 1889.

Artigos

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Bahia, Rio de Janeiro e a nova ordem colonial- 1808-1860. Trad. de Airton Brazil Pollini Júnior do original Bahia, Rio de Janeiro, et le nouvel ordre colonial, 1808-1860. In: CHASE, Jeanne (org.) *Geographie du capital marchand aux Amériques 1760-1860*. Paris, 1987.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Modelos da história e da historiografia imperial. *História da Vida Privada no Brasil*, v.2. ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.), São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In.: *História da Vida Privada no Brasil - Império*. Coord. Fernando A. Novais. Org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. Legislação básica sobre a escravidão africana no Brasil. In: *Coleção Museu Paulista – História*, v. 9, edição do Fundo de Pesquisas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fimbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. *Estudos Econômicos*, 15 (n. especial), p. 89-109, 1985.
- EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In.: *Estudos Econômicos*, 17, n.2, p. 175-216, maio/ago. 1987
- GRAHAM, Richard. Escravidão e desenvolvimento econômico: Brasil e Sul dos Estados Unidos no século XIX. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 223-257, jan./abr. 1983.
- KARASCH, Mary. From porterage to proprietorship: African occupations in Rio de Janeiro, 1808-1850. In: ENGERMAN, S.L. and GENOVESE E.D. (ed.) *Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies*. Princeton University Press, 1975.
- LAPA, José Roberto do Amaral. O mercado urbano de escravos (Campinas – segunda metade do século XIX). *Primeira Versão*, IFCH/UNICAMP, n. 37, 1991.
- LEVEEN, E. Phillip. A quantitative analysis of the impact of British suppression policies on the volume of the nineteenth century atlantic slave trade. In: ENGERMAN, S.L. and GENOVESE E.D. (ed.) *Race and slavery in the Western Hemisphere: quantitative studies*. Princeton University Press, 1975.
- MATTOSO, Kátia M. Q. A carta de alforria como fonte complementar para o estudo da rentabilidade da mão-de-obra escrava urbana (1819-1888). PELAEZ, Manuel e BUESCU, Mircea (org.) *A moderna história econômica*. Rio de Janeiro, APEC, 1976.

- MENDES, José de Castro. História de Campinas: suplemento do *Correio Popular*, n. 10: 6-7. 31 de outubro de 1968, apud em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, n 162, jul/set. 1996
- PELLICCIOTTA, Mirza. Subsídios para o estudo da evolução urbana de Campinas. *Revista Humanitas*, v. 1, n. 1, agosto de 1997.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. *História da vida privada no Brasil*, v.2, ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org. do volume).
- SCOTT, Rebecca J. Abolição gradual e a dinâmica da emancipação dos escravos em Cuba, 1868-86. Trad. de Laura Teixeira Motta. *Estudos Econômicos.*, v.17, n.3, São Paulo, set./dez. 1987, p. 457-485.
- SILVA, Lígia Osório. Tavares Bastos e a questão agrária no Império. *Revista História Econômica & História das Empresas*, v.1, 1999 (ABPHE).
- SLAVERY, Urban. *The Handbook of Texas Online*. The Texas State Historical Association. <http://www.tsha.utexas.edu/handbook/online/articles/view/SS/yps2.html>
- SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. COSTA, Iraci del Nero da (org.). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 1986.
- SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 13(1): 11-49, 1983.
- SLENES, Robert. Senhores e subalternos no oeste paulista. *História da vida privada no Brasil—Império*. Coord. da coleção: Fernando A. Novais; org. do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- SOARES, Luiz Carlos. Da necessidade do bordel higienizado – tentativas de controle da prostituição carioca no século XIX. VAINFAS, Ronaldo (org.) *História e Sexualidade no Brasil*, Graal, Rio de Janeiro, 1986.
- SOUZA, Laura de Mello e. O escravismo brasileiro nas redes do poder: comentário de quatro trabalhos recentes sobre escravidão colonial. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.133-152, 1989. (Resenhas)
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. (Cartas de Campinas). In: em *Notícia Bibliográfica e Histórica*, Campinas, n. 150 abril/junho de 1993, p. 114-115.
- WELCH, Pedro L. V. *The Urban Context of Slave Life: Views from Bridgetown, Barbados, in the 18th and 19th Centuries*. <http://www.geocities.com/Athens/Ithaca/1834/document1.htm>

Livros e Teses

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. Companhia das Letras, São Paulo, SP, 2000.
- ALGRANTI, Leila M. O feitor ausente. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Vozes, Petrópolis, 1988.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. CMU-Unicamp, Campinas, 1997.
- BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *Cartas do Solitário*. 2ª edição, Typographia da Actualidade, Rio de Janeiro, 1863.
- BATTISTONI FILHO, Duílio. *Campinas: uma visão histórica*. Ed. Pontes, Campinas, 1996.
- BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo, Pioneira, 1977.
- BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução*. Universidade de São Paulo, FFLCH, dissertação de mestrado, 1990
- BRASIL: Colonização e Escravidão. Maria Beatriz Nizza da Silva (org.). Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2000.
- CARNEIRO, Edison. *Ladinos e crioulos (estudos sobre o negro no Brasil)*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- CARVALHO, Edemir de. *Crise urbana e habitação popular em Campinas 1870-1956*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, Campinas, 1991.
- CELIA, Maria Isabel Basílico. *O comércio de abastecimento em Campinas: o processo de formação da economia interna e a atuação de proprietários de terras/tropeiros na construção da cidade (1767-1830)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia –Unicamp, Mestrado em História Econômica, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Trad. de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, INL, 1975.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 2ª Edição, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1982

- DAMÁSIO, Adauto. *Alforrias e ações de liberdade em Campinas na primeira metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH / UNICAMP, 1995
- DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. Brasiliense, São Paulo, SP, 1984.
- EISENBERG, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séculos XVIII e XIX*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1989.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras – um estudo sobre o tráfico atlântico de escravos para o Rio de Janeiro, c. 1790-1830*. Rio de Janeiro, Arquivo do Estado, 1995.
- FREIRE, Regina Célia Xavier. *Histórias e vidas de libertos em Campinas na Segunda metade do século XIX*. Dissertação de mestrado, IFCH / UNICAMP, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais do século XIX*. 2ª edição aumentada. São Paulo, Ed. Nacional; [Recife]: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 3ª edição aumentada, Rio de Janeiro, 1961, 2t.
- FULLER, Cláudia Maria. *Pequenos agricultores numa economia açucareira e exportadora – Campinas 1820-1840*. Dissertação de Mestrado, Campinas, UNICAMP, 1995.
- GEBARA, Ademir. *Campinas- 1869-1875. Republicanismo, imprensa e sociedade*. Dissertação de mestrado, FFLCH/USP, São Paulo, 1975
- GOLDIN, Claudia Dale. *Urban Slavery in the American South, 1820-1860: a quantitative history*. Chicago, Univ. of Chicago, 1976.
- GOULART, Edmo. *Campinas, ruas da época imperial*. Campinas, 1983.
- GRAHAM, Douglas H. e HOLLANDA FILHO, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil: 1872-1970*. Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1984
- IANNI, Octavio. *Uma cidade antiga*. CMU-Unicamp, Campinas, (Coleção Tempo & Memória), 1996.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Trad. Pedro Maia Soares, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- KLEIN, Herbert S. *A escravidão africana: América Latina e Caribe*. Trad.: José Eduardo Mendonça. Brasiliense, 1987.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na zona da mata mineira, 1870-1920*. Campinas, Editora da UNICAMP, Brasília, CNPq, 1988.

- LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade; os cantos e os antros: Campinas 1850-1900*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Edições Cultura, São Paulo, 1944, 2v.
- MARIANO, Júlio. *Badulaques*. Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- MARIANO, Júlio. *Campinas de Ontem e de Ante-Ontem*. Editora Maranata, 1970.
- MARIANO, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. Tipografia Paulino, 1946.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. CMU-Unicamp, Campinas, 1996.
- MATOS, Odilon Nogueira de e RICCI, Maria Lúcia de S. Rangel. *Um pouco da história de Campinas*. Departamento de História, PUCCAMP, Campinas, 1985.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*, 4ª edição, Campinas, Pontes, 1990.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1998.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte agrário e o Império 1871-1889*. Editora Nova Fronteira, s.d.
- MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO: CAMPINAS (1850-1960). Nascimento, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do [et.al.]. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 1999.
- MENDES, José de Castro. *Retratos da velha Campinas*. Departamento de Cultura. São Paulo, 1951
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Editora da Unicamp, Campinas, 1999.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. *Saindo das sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas 1850-1888*. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, 1996.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 42ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1995.
- SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: café, elites e ferrovia: uma cidade em transformação: 1850-1906*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.
- SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, 1980.

- SESSO JR., Geraldo. *Retalhos da Velha Campinas*. Editora Palmeiras, Campinas, 1970.
- SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. Miriam Dolhnikoff (org.). Companhia das Letras, Publifolha, São Paulo, SP, 2000.
- SILVA, Marilena Rosa N. da. *Negro na rua (a nova face da escravidão)*. Editora HUCITEC, 1987.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Vova Fronteira, Rio de Janeiro, 1999.
- SLENES, Robert Wayne. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888*. Stanford University, Ph. D., 1976.
- SOUSA, Jorge Prata de (org.). *Escravidão: ofícios e liberdade*. Rio de Janeiro, APERJ, 1998.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio proibido de escravos*. Editora Ática, CNPq, 1988.
- TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos. O processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho. Piracicaba: 1870-1920*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia –Unicamp, Mestrado em História Econômica, 2000.
- WADE, Richard. *Slavery in the cities 1820-1860*. Londres, 1977.
- WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas (escravos e forros em São Paulo, 1850-1880)*. Editora Hucitec, São Paulo, SP, 1998.